

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Jéssica Pulino Campara**

**BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE  
SOB A ÓPTICA COMPORTAMENTAL E FINANCEIRA EM  
MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2016**



**Jéssica Pulino Campara**

**BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE SOB A  
ÓPTICA COMPORTAMENTAL E FINANCEIRA EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Kelmara Mendes Vieira**

**Santa Maria, RS  
2016**

**Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

Campara, Jéssica Pulino

BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA COMPORTAMENTAL E FINANCEIRA EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS / Jéssica Pulino Campara.-2016.

188 p.; 30cm

Orientadora: Kelmara Mendes Vieira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Administração, RS, 2016

1. Programa Bolsa Família 2. Gestão Financeira 3. Fatores Comportamentais I. Mendes Vieira, Kelmara II. Título.

---

©2016

Todos os direitos reservados a Jéssica Pulino Campara. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

Endereço: Rua José Bonifácio, 2598, apto 61, Bairro Centro, Santa Maria, RS. CEP: 97015-450

Fone: (055) 9603-3328; E-mail: jecampara@hotmail.com

---

**Jéssica Pulino Campara**

**BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE SOB A  
ÓPTICA COMPORTAMENTAL E FINANCEIRA EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Administração**.

**Aprovado em 02 de fevereiro de 2016**

---

**Kelmara Mendes Vieira, Dra.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Reisoli Bender Filho, Dr. (UFSM)**

---

**Marcelo Brutti Righi, Dr. (UFRGS)**

Santa Maria, RS  
2016



## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Genmar e Katia, que nunca mediram esforços para que eu tivesse uma boa educação, sempre me apoiaram em minhas decisões e deram todo o suporte do mundo. A vocês agradeço por terem contribuído para que eu fosse à pessoa que sou, com princípios e determinação.

Ao meu irmão, Bruno, por ter me estimulado a optar pela administração, hoje sou realizada na minha profissão, por estar sempre presente, dizendo “mana não te preocupa vai dar tudo certo”.

Ao meu marido, Guilherme, por estar sempre ao meu lado, me amparando, me apoiando nos bons e maus momentos, me dando forças para continuar, aguentando os longos finais de semana e noites de trabalho e sempre pronto para me alegrar e descontraír. Meu amor, com tua parceria, companheirismo, amizade e amor toda essa jornada se tornou mais suave. Amo-te, obrigada por tudo.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Kelmara Mendes Vieira, por ter me apresentado para o mundo da academia, ter me ensinado o verdadeiro sentido da pesquisa, ter me ensinado a sempre atuar dentro dos padrões éticos e morais, por ser a professora maravilhosa que me serve de exemplo. Além de tudo isso, pela atenção e dedicação a tudo aquilo que fiz e faço, por ser como dizemos “mãe” em muitos momentos. Obrigada, por tudo.

Aos presentes que o PPGA trouxe para minha vida, Ana, Ani, Bruna, Luana, Maríndia e Pâmela, amigas que levarei para vida. Sem dúvida vocês fizeram tudo se tornar muito mais leve. Obrigada por terem me acalmado em muitos momentos e por estarem sempre ao meu lado.

Aos professores da linha de pesquisa em finanças, obrigada por contribuírem ativamente em meus conhecimentos.

A todos que auxiliaram na coleta e tabulação dos questionários e as pessoas que se disponibilizaram a respondê-los. Muito obrigada, a concretização dessa pesquisa só foi possível pela ajuda e contribuição dessas pessoas.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós-Graduação em Administração, pela oportunidade, apoio e estrutura.

Ao MDS e SENARC, pelo apoio financeiro.

Enfim, a todos que, de alguma maneira, contribuíram para consolidação desse sonho.

Muito obrigada!





*“A persistência é o menor caminho do êxito”.*

*(Charles Chaplin)*



## RESUMO

### **BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE SOB A ÓPTICA COMPORTAMENTAL E FINANCEIRA EM MUNICÍPIOS GAÚCHOS**

AUTORA: Jéssica Pulino Campara  
ORIENTADORA: Kelmara Mendes Vieira

O Programa Bolsa Família (PBF) foi desenvolvido para minimizar as vulnerabilidades de famílias sem condições plenas de sobrevivência. Todavia, mesmo com esses auxílios, elas são impostas a uma ampla restrição orçamentária, o que enaltece a importância de práticas financeiras eficientes. Desse modo, o objetivo do estudo é identificar como as famílias da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense beneficiadas pelo Programa Bolsa Família gerem seus recursos financeiros e como percebem a atitude ao endividamento, alfabetização financeira, bem-estar financeiro e satisfação global de vida. Para isso, aplicou-se 595 questionários, os quais foram analisados por meio de estatística descritiva, análise fatorial confirmatória e análise de *cluster*. Os principais resultados revelam a predominância de mulheres, com baixo nível educacional, sazonalidade empregatícia e salarial e ampla restrição orçamentária que acarreta dificuldades no pagamento das despesas mensais e impossibilidade de poupança. Quanto aos fatores comportamentais, verifica-se atitude financeira, atitude ao endividamento e bem-estar financeiro medianos, comportamento financeiro favorável, baixo nível de conhecimento financeiro e satisfação global de vida elevada. Na análise do primeiro *clusters* percebe-se grupos de pessoas com baixo nível de Conhecimento Financeiro, Atitude e Comportamento intermediário e elevada Atitude a dívida, os quais encontram-se em uma situação financeira críticas. No segundo cluster, o grupo de maior representatividade possui alta Satisfação Global de Vida e baixo Bem-estar Financeiro, os quais se encontram com muitas dificuldades financeiras. Como conclusões, evidencia-se a necessidade de um maior aporte educacional para os beneficiários com maiores dificuldades na gestão de suas finanças. Além disso, fica claro que um dos propósitos do Governo Federal com o PBF está sendo atendido, pelo menos na região investigada, as famílias estão ampliando seu bem-estar. Por outro lado, o valor do benefício ainda não é suficiente para que as famílias atendam as suas necessidades financeiras o que implica em baixo nível de Bem-estar Financeiro.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, Fatores comportamentais, Gestão Financeira.



## **ABSTRACT**

### **BENEFICIARIES OF THE BOLSA FAMILIA PROGRAM: AN ANALYSIS THROUGH THE BEHAVIORAL AND FINANCIAL PERSPECTIVES IN GAÚCHOS MUNICIPALITIES**

**AUTHOR:** Jéssica Pulino Campara  
**ADVISOR:** Kelmara Mendes Vieira

The Bolsa Familia Program (PBF) was developed to minimize the vulnerabilities of families without full survival conditions. However, even with this support, they are imposed to wide budgetary constraints, which praises the importance of efficient financial practices. Thus, this study aims to identify how the families from the Central Western Mesoregion of Rio Grande do Sul, which are benefited by the Bolsa Familia Program, manage their financial resources and how they perceive the attitude to indebtedness, financial literacy, financial well-being and global life satisfaction. To this, we applied 595 questionnaires, which were analyzed through descriptive statistics, confirmatory factor analysis and cluster analysis. The main results show the predominance of women, with low educational levels, employment and wage seasonality and wide budget constraints, that causes difficulties in the payment of monthly expenses and saving impossibility. As for behavioral factors, we verified average financial attitude, attitude to debt and financial well-being, positive financial behavior and high global life satisfaction. In the analysis of the first cluster, we realize groups of people with low financial knowledge levels, intermediary attitude and behavior and high attitude to debt, which are in a critical financial situation. In the second cluster, the most representative group has a high global life satisfaction and low financial well-being, which are facing many financial problems. As conclusions, the study highlights the need for greater educational contribution to beneficiaries with higher difficulties in managing their finances. In addition, it is clear that one of the purposes of the Federal Government with the PBF is being serviced, at least in the investigated region, where families are expanding their well-being. On the other hand, the benefit amount is still not enough for families to attend their financial needs, implying in low financial well-being level.

**Keywords:** Bolsa Familia program, behavioral factors, Financial Management



## LISTA DE EQUAÇÕES

Equação 1 - Cálculo da amostra .....	76
Equação 2 - Atitude Financeira .....	133
Equação 3 - Comportamento Financeiro .....	133
Equação 4 - Atitude ao Endividamento .....	133
Equação 5 - Bem-estar Financeiro .....	133
Equação 6 - Satisfação Global de Vida .....	133
Equação 7 - Conhecimento Financeiro .....	134





## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Atribuições das esferas de governo na gestão do Bolsa Família .....	46
Figura 02 - Dimensões do Programa Bolsa Família .....	47
Figura 03 - Condicionais do PBF na área de saúde e educação.....	50
Figura 04 - Síntese dos pontos positivos e dos pontos a melhorar do Programa Bolsa Família. .....	55
Figura 05 - Dimensões da alfabetização financeira .....	64
Figura 06 - Mapa do Rio Grande do Sul com destaque da Mesorregião Centro Ocidental Rio- Grandense .....	76
Figura 07 - Resumo do instrumento de coleta de dados.....	80
Figura 08 - Descrição dos índices de ajuste e confiabilidade seguidos de suas finalidades e limites. ....	86
Figura 09 - Resumo das técnicas de análise e finalidade de sua aplicação .....	88
Figura 10 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira.....	115
Figura 11 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira. ....	118
Figura 12 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro.....	119
Figura 13 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro.....	122
Figura 14 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento. ....	123
Figura 15 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento.....	126
Figura 16 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Bem-estar Financeiro. ....	127
Figura 17 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida.....	129
Figura 18 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida. ....	132
Figura 19 - Síntese dos principais resultados e de suas implicações .....	150



## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Valores monetários que podem ser recebidos pelas famílias em situação e pobreza e extrema pobreza. ....	49
Tabela 02 - População, beneficiários e amostra. ....	77
Tabela 03 - Perfil dos respondentes segundo as variáveis: idade, gênero, dependentes, residência onde mora, escolaridade, quem trabalha que mora na residência, ocupação, benefício do PBF, renda bruta familiar. ....	89
Tabela 04 - Percepção dos beneficiários em relação ao Programa Bolsa Família .....	92
Tabela 05 - Percepção dos beneficiários em relação ao valor concedido pelo Programa Bolsa Família .....	94
Tabela 06 - Situação Financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família .....	95
Tabela 07 - Onde os beneficiários do PBF alocam seus recursos financeiros.....	97
Tabela 08 - Gestão financeira dos beneficiários do PBF.....	98
Tabela 09 - Ferramentas utilizadas para gestão financeira .....	100
Tabela 10 - Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro .....	102
Tabela 11 - Número de acertos por respondente, percentual válido, percentual de acerto e classificação .....	104
Tabela 12 - Estatística descritiva do construto Atitude Financeira, média e percentuais.....	105
Tabela 13 - Estatística descritiva do construto Comportamento Financeiro, média e percentuais .....	107
Tabela 14 - Estatística descritiva do construto Atitude ao Endividamento, média e percentuais .....	109
Tabela 15 - Estatística descritiva do construto Bem-estar Financeiro, média e percentuais ..	111
Tabela 16 - Estatística descritiva do construto Satisfação Global de Vida, média e percentuais .....	113
Tabela 17 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira- Modelo inicial.....	115
Tabela 18 - Índices de ajuste do construto Atitude Financeira - Modelo inicial.....	116
Tabela 19 - Índices de ajuste do construto Atitude Financeira - Modelo final.....	117
Tabela 20 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira - Modelo final .....	118
Tabela 21 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro - Modelo inicial .....	120
Tabela 22 - Índices de ajuste do construto Comportamento Financeiro - Modelo inicial.....	120
Tabela 23 - Índices de ajuste do construto Comportamento Financeiro - Modelo final .....	121
Tabela 24 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro - Modelo final .....	121
Tabela 25 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento - Modelo inicial .....	124
Tabela 26 - Índices de ajuste do construto Atitude ao Endividamento - Modelo inicial.....	124
Tabela 27 - Índices de ajuste do construto Atitude ao Endividamento - Modelo final .....	125

Tabela 28 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento - Modelo final .....	126
Tabela 29 - Índices de ajuste do construto Bem-estar Financeiro - Modelo final .....	128
Tabela 30 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Bem-estar Financeiro - Modelo final.....	128
Tabela 31 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida - Modelo inicial.....	130
Tabela 32 - Índices de ajuste do construto Satisfação Global de Vida - Modelo inicial .....	130
Tabela 33 - Índices de ajuste do construto Satisfação Global de Vida - Modelo final .....	131
Tabela 34 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida - Modelo final .....	132
Tabela 35 - Estatística descritiva dos fatores ponderados.....	134
Tabela 36 - Estatísticas descritivas dos construtos conforme a distribuição dos <i>clusters</i> .....	135
Tabela 37 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos <i>Clusters</i> e Qui <sup>2</sup> com seu valor e significância .....	137
Tabela 38 - Estatísticas descritivas dos construtos conforme a distribuição dos <i>clusters</i> .....	140
Tabela 39 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos <i>Clusters</i> e Qui <sup>2</sup> com seu valor e significância .....	142
Tabela 40 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos <i>Clusters</i> e Qui <sup>2</sup> com seu valor e significância .....	145

## LISTA DE SIGLAS

BPC - Benefício de Prestação Continuada  
BSP - Superação da Extrema Pobreza  
BVG - Benefício Variável à Gestante  
BVJ - Benefício Variável Jovem  
BVN - Benefício Variável à Nutriz  
CCSH - Centro de Ciências Sociais e Humanas  
CEP - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
CFI - *Comparative Fit Index*  
CNC - Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo  
CNDL - Confederação Nacional de Dirigentes Logistas  
CNS - Conselho Nacional de Saúde  
GAP - Gabinete de Projetos  
GFI - *Goodness-of-Fit Index*  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IGD-E/M - O Índice de Gestão Descentralizada Estadual / Municipal  
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social  
MDS - Ministério do Desenvolvimento de Combate a Fome  
MEC - Ministério da Educação  
MEE - Modelagem de Equações Estruturais  
NFCS - *National Financial Capability Study*  
NFI - *Normed Fit Index*  
NIS - Número de Informação Social  
OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Development*  
PBF - Programa Bolsa Família  
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria  
PCFM - Plano de Combate à Fome e a Miséria  
PETI - Programa de Erradicação da Pobreza Infantil  
PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima  
PIB - Produto Interno Bruto  
PME - Programa Mais Educação  
PPGA - Programa de Pós-Graduação em Administração  
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico  
PTRC - Programa de Garantia de Renda Continuada  
RMSEA - *Root Mean Square Error of Approximation*  
RMSR - *Root Mean Squares Residual*  
SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação  
SENARC - A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania  
SICON - Sistema de Condicionais  
SIE - Sistema de Informação para o Ensino  
SISNEP - Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos  
SPC - Serviço de Proteção ao Crédito  
SPSS - *Software Packages Social Science*  
SUAS - Sistema Único da Assistência Social  
SUS - Sistema Único de Saúde  
TLI - *Tucker-Lewis Index*  
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria



## **LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	173
Apêndice B - Termo de Confidencialidade.....	174
Apêndice C - Instrumento de Coleta de Dados.....	175





## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>31</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	33
1.2 OBJETIVO GERAL.....	36
<b>1.2.1 Objetivos específicos.....</b>	<b>36</b>
1.3 JUSTIFICATIVA .....	36
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	39
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>41</b>
2.1 POBREZA .....	41
2.2 HISTÓRICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL .....	42
<b>2.2.1 Programa Bolsa Família .....</b>	<b>44</b>
<b>2.2.2 Panorama dos estudos sobre o Programa Bolsa Família.....</b>	<b>52</b>
2.3 ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO .....	56
2.4 GESTÃO FINANCEIRA DOMÉSTICA.....	59
2.5 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA.....	63
2.6 BEM-ESTAR FINANCEIRO .....	67
2.7 SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA .....	70
<b>3 MÉTODO</b> .....	<b>73</b>
3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA E MÉTODO ADOTADO.....	73
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA .....	74
3.3 ASPECTOS ÉTICOS .....	78
3.4 INSTRUMENTO DE COLETA .....	79
<b>3.4.1 Percepção do PBF, Situação Financeira, Alocação dos Recursos, Gestão Financeira e Ferramentas de gestão.....</b>	<b>80</b>
<b>3.4.2 Bem-estar Financeiro .....</b>	<b>81</b>
<b>3.4.3 Atitude financeira .....</b>	<b>82</b>
<b>3.4.4 Atitude ao endividamento .....</b>	<b>82</b>
<b>3.4.5 Satisfação global de vida .....</b>	<b>82</b>
<b>3.4.6 Comportamento financeiro.....</b>	<b>83</b>
<b>3.4.7 Conhecimento financeiro .....</b>	<b>83</b>
<b>3.4.8 Perfil dos respondentes .....</b>	<b>84</b>
3.5 FORMA DE COLETA DOS DADOS .....	84
3.6 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	85
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>89</b>
4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA .....	89
4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES .....	102
4.3 VALIDAÇÃO INDIVIDUAL DOS CONSTRUTOS .....	114
<b>4.3.1 Validação do construto Atitude Financeira .....</b>	<b>114</b>
<b>4.3.2 Validação do construto Comportamento Financeiro .....</b>	<b>119</b>
<b>4.3.3 Validação do construto Atitude ao Endividamento.....</b>	<b>122</b>
<b>4.3.4 Validação do construto Bem-estar Financeiro.....</b>	<b>127</b>
<b>4.3.5 Validação do construto Satisfação Global de Vida .....</b>	<b>129</b>

<b>4.3.6 Formação dos fatores.....</b>	<b>133</b>
4.4 ANÁLISE DE CLUSTERS .....	135
4.5 SÍNTESE DOS RESULTADOS E IMPLICAÇÕES .....	146
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A diferenciação entre classes sociais no Brasil é consequência de uma longa conjuntura histórica, que parte desde a colonização do país passando pelo regime fundiário e o período republicano até chegar aos dias atuais com o sistema capitalista (SILVA, 2013; DEDECCA, 2014; YAZBEK, 2012). Sistema capitalista este, impulsionado pela Revolução Industrial em meados do século XVII e consolidado no Brasil no século XX, que conduziu a urbanização, ao processo industrial, ao acúmulo de capital, a maior oferta de emprego, mas que também contribuiu para maior desigualdade social (CODES, 2008; MONTE-MÓR, 2005).

Em decorrência dessa conjuntura histórica, existem indivíduos pobres e extremamente pobres sem condições plenas de sobrevivência, que necessitam de amparo para terem melhores condições de vida (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Percebendo essa necessidade, nos últimos vinte anos, se estabeleceu uma convergência política direcionada à redução das desigualdades e da superação da pobreza no Brasil, sendo no ano de 1991 a primeira iniciativa do Governo Federal para atender grupos com vulnerabilidades, por meio do Programa de Garantia de Renda Mínima (SUPLICY; BUARQUE, 1997; ROCHA, 2013), seguida pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), no ano de 1996 (DEDECCA, 2014; SILVA, 2005).

A consolidação desses programas impulsionou a constituição, no ano de 2001, dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, que possuíam como intuito amenizar as situações de extrema pobreza, possibilitando a inclusão desses indivíduos na sociedade (SANTANA, 2007). No ano de 2003 foi implementado o quarto programa de transferência de renda, o Cartão Alimentação. Assim, tinham-se quatro programas com perfis semelhantes, que buscavam amenizar vulnerabilidades específicas das famílias mais pobres, todavia o alcance era limitado, dado que eram programas sociais isolados, administrados por órgãos distintos, com métodos de adesão e suspensão específicos, não havendo uma coordenação mínima entre eles, o que minimizava o alcance dos programas no atendimento as famílias (SOARES; SÁTYRO, 2010).

Verificando essas dificuldades e no intuito de corrigi-las, no ano de 2003, por meio da Medida Provisória nº. 132 foi realizada a unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentar e Vale Gás, que a partir de então compunham o Programa Bolsa Família (PBF), o qual tem como objetivo principal combater a miséria e a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres (WEISSHEIMER, 2006). Para

isso, o governo baliza-se em um Programa de Transferência de Renda Condicionado, onde o poder público concede um valor monetário para alívio imediato da pobreza e juntamente com os beneficiários assume o compromisso de ampliar o acesso aos serviços públicos que constituem direitos sociais, nas áreas de saúde e educação (MDS; SENARC, 2014a).

Essa dinâmica de transmissão de renda condicionada para famílias em situações precárias vem ampliando consideravelmente a qualidade de vida dos beneficiários, que a partir do cumprimento das condicionalidades melhoram a educação e as condições de saúde e, por meio do recurso monetário auferido, passam a ter uma renda mínima para suprir as principais necessidades (CAMPELLO, 2013). Nesse âmbito, ressalta-se que, em relação a saúde e a educação há diversos estudos (CAMPOS, 2003; SENNA et al., 2007; AMARAL; MONTEIRO, 2013; OLIVEIRA; SOARE, 2013; FACCHINI et al., 2013; MAGALHÃES JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2014; SOUSA; XIMENES; JAIME, 2014) que visam identificar os impactos do PBF, os quais evidenciam como principais contribuições na educação, a menor evasão escolar, o menor número de repetências e o aumento da frequência escolar, e na saúde a melhora nas condições de gestação e conseqüentemente dos recém nascidos e melhora na nutrição e saúde infantil.

Já estudos que visam observar os impactos do PBF nas condições financeiras das famílias são mais escassos, sendo que os existentes são desenvolvidos, em sua maioria, pelo próprio Ministério de Desenvolvimento de Combate a Fome (MDS). Assim, há uma carência de estudos que investiguem a relação dos beneficiários do PBF com os seus recursos financeiros, notadamente pelo fato de que esses indivíduos têm total liberdade na alocação dos recursos financeiros advindos do Governo Federal, sendo as medidas de gestão e fatores comportamentais decisivos para consolidar uma melhora na condição de vida dessas pessoas.

Para as famílias de baixa renda, como as beneficiárias do Programa Bolsa Família, o processo de gestão financeira torna-se ainda mais importante, pois ajuda os indivíduos na definição de medidas corretivas diante de seus gastos, estabelecendo assim, os desembolsos prioritários e os superficiais que podem ser eliminados (GAO et al., 2007). Outra relevância da gestão financeira para indivíduos de baixa renda é a sua relação com a propensão ao endividamento. Zerrenner (2007) constatou que consumidores de baixa renda (até 3 salários mínimos) da cidade de São Paulo apresentavam níveis significativos de endividamento, principalmente pelo consumo indiscriminado. De forma análoga, Bricker e Kennickell (2012) salientaram um endividamento superior entre as famílias com menor nível de renda, principalmente pela restrição orçamentária. Esse panorama, amplia as preocupações em relação a saúde financeira dessa parcela da população.

Assim, para lidar com os recursos financeiros da melhor maneira possível, tornando factível atender todas as necessidades básicas dos integrantes da família sem incorrer em dívidas, faz-se necessário o conhecimento básico de aspectos financeiros, atitudes condizentes com o gerenciamento eficiente das finanças e comportamentos que proporcionem resultados satisfatórios e não comprometedores. A combinação desses conceitos é identificada como alfabetização financeira, a qual Atkinson e Messy (2012) conceituam como combinação de consciência, conhecimento, habilidade, atitude e comportamento necessários para tomar decisões financeiras sólidas para, finalmente, alcançar o bem-estar financeiro.

Neste contexto, o bem-estar financeiro é a consequência positiva de uma gestão financeira eficiente, a qual requer uma estrutura financeira alicerçada na alfabetização financeira (MALONE et al., 2010). Sendo assim, o bem-estar é o sentimento de estar financeiramente saudável e isento de preocupações, baseando-se em avaliações subjetivas ou percepções de sua situação financeira (JOO, 2008). Outra perspectiva evidencia o bem-estar financeiro como sendo o nível de preocupação do indivíduo com a sua situação financeira atual e futura que acaba por afetar a percepção de satisfação global de vida, pois é a disponibilidade de recursos financeiros que possibilita o alcance de sonhos e inspirações (NORVILITIS; SZABLICKI; WILSON, 2003; HAGERTY; VEENHOVEN, 2003).

Portanto, percebe-se a importância dos temas a serem investigados, especialmente pelo fato de as famílias de baixa renda serem mais vulneráveis ao acúmulo de dívidas. Assim, a gestão financeira e a alfabetização financeira são alicerces que antecedem a dívida, pois contribuem para uma maior equidade entre receitas e despesas, proporcionando a essas pessoas a manutenção do controle de seus gastos. Essa harmonia financeira maximiza o bem-estar financeiro e a satisfação global de vida, já que a disponibilidade monetária propicia a superação de necessidades e realização de objetivos.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

As alterações no contexto social e econômico, advindas do rearranjo do mercado capitalista desde o início do século, juntamente com a regionalização dos mercados e a crescente concentração do capital financeiro, ocasionou o crescimento de classes sociais carentes e de aglomerados populacionais (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANNI, 2004). Essa conjuntura exige das autoridades governamentais alternativas que amenizem as más condições de vida dos indivíduos que se encontram fora do mercado de trabalho ou vivendo sua precarização. Visualizando essa necessidade, o Governo Federal, desenvolveu no ano de

2003 o PBF com o intuito de amenizar as vulnerabilidades e emancipar as famílias em situações precárias.

O programa auxilia mais de 13,8 milhões de famílias em todo o Brasil, segundo informações de julho de 2015, disponibilizadas pelo do MDS (2015). Todos esses beneficiários recebem no mínimo R\$35,00 mensais, sem contar com os benefícios variáveis concedidos de acordo com o número de filhos. Havendo ainda, famílias em condições de extrema pobreza que necessitam um suporte mais expressivo, e portanto, recebem o chamado benefício para superação da extrema pobreza, cujo valor varia de acordo com as condições e necessidade da família sem que haja um limite monetário (MDS; SAGI, 2014a).

O objetivo central dessa distribuição de renda é melhorar as condições de vida dos beneficiados (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2013), que em sua maior parte não possuem rendimentos fixos, sendo os recursos do PBF uma garantia de renda mensal (SUGIYAMA; HUNTER, 2013). Desse modo, Suárez (2006) visualiza o PBF como uma importante política de geração de renda, que acaba por movimentar a economia, permitindo que classes sociais mais desfavorecidas e vulneráveis tenham acesso ao mercado consumidor. De mesmo modo, Chauvel e Mattos (2008) e Souza e Lamounier (2010) salientam que o contexto econômico de acesso ao crédito e a elevação da renda, aliados aos incentivos do governo como o PBF, produzem o fortalecimento do consumo da população de baixa renda, uma fatia de mercado até então reprimida.

Por outro lado, o estímulo ao consumo exige que essas famílias tenham maior controle dos recursos financeiros, pois a partir da restrição orçamentária os problemas financeiros podem tornam-se mais eminentes. Assim, a gestão financeira é uma ferramenta que pode subsidiar um maior equilíbrio entre receitas e despesas, combinando os recursos disponíveis com as demandas, bem como, as prioridades da família, evitando gastos supérfluos. Sua ausência maximiza os hábitos de consumo impulsivos, práticas orçamentárias disfuncionais ou ruins e consequências financeiras e pessoais graves, tais como o endividamento, os problemas de saúde e o estresse emocional (CUI; I-JUN; YAN, 2012).

Partindo da importância da gestão financeira e seus impactos na vida das pessoas, é que se enaltece a relevância de investigar também aspectos comportamentais associados às finanças dos beneficiários do PBF. Nesse sentido, evidencia-se a atitude ao endividamento, a alfabetização financeira, o bem-estar financeiro e a satisfação global de vida, pois todos esses fatores comportamentais contribuem para o equilíbrio financeiro e pessoal das famílias.

Neste sentido, entende-se por endividamento o ato de assumir compromissos financeiros a serem quitados em uma data futura, caso um indivíduo não consiga realizar o

pagamento no prazo estabelecido, o mesmo torna-se sobre-endividado (FRADE et al., 2008). Como consequências dessas situações têm-se além dos problemas de ordem financeira como a inadimplência, a insolvência e a indisponibilidade de crédito, os sociais e psicológicos como o estresse mental e a angústia, que afetam as condições de vida e as relações interpessoais (KEESE; SCHMITZ, 2011; SLOMP, 2008). Essas adversidades são ainda mais eminentes em indivíduos de baixa renda, que pela restrição orçamentária, acabam tendo uma maior propensão ao acúmulo de dívida (ZERRENNER, 2007; BRICKER; KENNICKELL, 2012)

Percebe-se, portanto, que a dívida acarreta diversos impactos na vida das pessoas e assim, investigar seus antecedentes e suas consequências, principalmente para classes sociais mais carentes é de extrema relevância. Neste sentido, salienta-se como um importante antecedente da dívida a alfabetização financeira, que segundo Remund (2010), direciona o comportamento financeiro por meio do entendimento de conceitos financeiros chaves e habilidades para administrar os recursos disponíveis. Desse modo, a falta de alfabetização financeira é um dos fatores que contribuiu para a tomada de decisões financeiras equivocadas, que acabam por repercutir de maneira negativa na vida das pessoas (OECD; INFE, 2009; OECD, 2009; GERARDI et al., 2010).

Sendo assim, a alfabetização financeira vem assumindo papel fundamental na relação monetária dos indivíduos, pois ela tem como resultado a capacitação intelectual para tomada de decisões responsáveis, o que impulsiona o alcance do bem-estar financeiro e da qualidade de vida (HUSTON, 2010). Neste âmbito, o bem-estar financeiro é representado pelo sentimento de satisfação em relação aos aspectos monetários, como também, uma questão social e político-econômica, visto que, os mais afetados pelas tensões financeiras são as famílias de baixa renda, as quais sobrevivem com orçamentos limitados e, normalmente, sem uma gestão financeira coerente às suas necessidades básicas e, dessa forma, acabam por desenvolver maiores dificuldades para atingir o bem-estar financeiro (LYONS; YILMAZERT, 2005).

Além da relevância de investigar o bem-estar financeiro, pelo simples fato desse representar o sentimento dos beneficiários em relação as suas condições financeiras presentes e futuras tem-se que um dos objetivos do Governo Federal com o Programa Bolsa Família é apoiar o desenvolvimento dessas famílias em prol de um aumento das condições de bem-estar. Nesse sentido, identificar a Satisfação Global de Vida (SGV) e Bem-estar Financeiro (BEF) dessas famílias é uma das maneiras de analisar a consecução deste objetivo. Partindo dessa percepção, Plagnol (2011) elucida que indivíduos financeiramente satisfeitos são mais

felizes com suas vidas. Hagerty e Veenhoven (2003) apontam que isso ocorre pelo fato de os recursos financeiros serem meios para alcançar sonhos e aspirações. Segundo os autores, indivíduos estáveis financeiramente e sem preocupações com compromissos monetários são mais flexíveis com a vida, percebendo-a de forma positiva (HAGERTY; VEENHOVEN, 2003).

Assim, identifica-se a necessidade de investigar de maneira mais profunda a vida dos beneficiários do PBF, especialmente no que se refere às questões finanças. Portanto, este trabalho baliza-se nas seguintes questões de pesquisa:

***“Como os beneficiários do Programa Bolsa Família residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense se comportam financeiramente? e Quão satisfeitos estão com sua vida?”***

## 1.2 OBJETIVO GERAL

Identificar como as famílias da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense beneficiadas pelo Programa Bolsa Família gerem seus recursos financeiros e como percebem a atitude ao endividamento, alfabetização financeira, bem-estar financeiro e satisfação global de vida.

### 1.2.1 Objetivos específicos

- Analisar a situação financeira, alocação dos recursos, gestão financeira e ferramentas de gestão utilizadas;
- Investigar a alfabetização financeira, a atitude ao endividamento, o bem-estar financeiro e a satisfação global de vida dos entrevistados;
- Validar os construtos investigados;
- Verificar características semelhantes em grupos específicos, segundo os fatores analisados.

## 1.3 JUSTIFICATIVA



A preocupação com as classes sociais mais vulneráveis está cada vez mais em voga no cenário acadêmico e público, tanto em países desenvolvidos, como também emergentes. Segundo Codes (2008), essa discussão está em ascensão pelo fato da pobreza ser um conceito fundamental para que se possa compreender as condições sociais vigentes, sendo a busca por erradicá-la um desafio para todo o mundo. Todavia, essa é uma tarefa árdua, principalmente pela disponibilidade de recursos monetários dessa parcela da sociedade, que de acordo com estudo realizado por Collins et al. (2009) não ultrapassa dois dólares por dia em quase 40% da humanidade, o que dificulta a manutenção de uma boa alimentação, educação para os filhos e manutenção da saúde da família.

No Brasil, as pessoas que se encontram nessas circunstâncias (pobres, renda de até R\$ 154,00 ou extremamente pobres, renda de até R\$ 77,00 e vinculados ao Cadastro Único) são atendidas pelo PBF, que é uma iniciativa do Governo Federal para amenizar as vulnerabilidades e desigualdades sociais (SOARES; SÁTYRO, 2010). A implementação desse programa representou no país um avanço na compreensão dos determinantes da pobreza e das dificuldades sociais (MESQUITA; JACCOUD; SANTOS, 2010). Paiva, Falcão e Bartholo (2013) esclarecem que a transferência de recursos monetários condicionado é uma evolução no sistema de proteção social brasileiro, que busca maximizar a qualidade de vida das pessoas mais necessitadas.

Dada à relevância do tema, o foco nos beneficiários do PBF pode ser considerado um dos argumentos para justificar o estudo, visto que atualmente, essa é uma parcela da população, que, diante do recebimento do recurso, alterou seus padrões de vida, tanto relacionados ao consumo, pois passar a ter acesso a produtos antes inatingíveis (SUÁREZ, 2006), quanto pela alteração nas condições de saúde (MAGALHÃES JÚNIOR; JAIME; LIMA 2014) e educação (OLIVEIRA; SOARES, 2013). Sendo assim, estudos que foquem nesse público alvo, são necessários para identificar e também aprofundar-se nos efeitos dessa transmissão de renda.

Além do foco em beneficiários do PBF, a pesquisa ainda justifica-se por outros dois aspectos. Primeiramente, pela localidade interiorana onde o estudo foi realizado. Esse aspecto torna-se relevante à medida em que se identificou que os principais estudos realizados com público de baixa renda vinculados as questões financeiras eram desenvolvidos em cidades metropolitanas, sem deter-se apenas em beneficiários do PBF (MOURA, 2005; PLANO CDE; BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES, 2012; MATTOSO, 2005) ou ainda, abrangiam todo o contexto brasileiro, mas sem atentar-se em explorar as peculiaridades de uma região específica (MDS; SAGI, 2014a; MDS; SAGI, 2012b; MDS; SAGI, 2007c). Por esses

motivos, nesse trabalho visa-se pesquisar os moradores da mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, beneficiários do PBF.

Essa região localiza-se no centro do estado do Rio Grande do Sul, longe de grandes centros urbanos, em sua grande maioria são cidades do interior, onde os custos de vida são menores, as pessoas são mais próximas e a complacência entre elas é maior. A economia caracteriza-se pela agropecuária e prestação de serviços, sendo o PIB per capita o menor do estado (ALONSO, 2009; MORAES, 2013). Essas especificidades ampliam o interesse na região, pois diante do cenário interiorano e do contexto econômico, as oportunidades de desenvolvimento diminuem, havendo assim a necessidade de entender como esses indivíduos sobrevivem diante de tais adversidades com a restrição orçamentária a que são impostos.

A terceira justificativa contempla o fato de a pesquisa ser voltada as questões financeiras dos beneficiários do PBF, ultrapassando dentro dessa perspectiva a visão da mera alocação de recursos e adentrando-se em aspectos comportamentais ligados às finanças. Os estudos encontrados, que se detiveram em estudar os beneficiários do PBF, focam na alocação dos recursos monetários, buscando evidenciar se essas famílias direcionam seus recursos monetários para ações que maximizem as condições de vida, como a alimentação, saúde e educação (SAMPAIO; SOUSA, 2013; FERREIRA, 2006; MAGALHÃES JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2014). Entretanto, surge a necessidade de ampliar essa visão incorporando aspectos de gestão e fatores comportamentais associados ao uso do dinheiro.

Desse modo, investigar aspectos como a atitude ao endividamento, a alfabetização financeira e o bem-estar financeiro tornam-se relevantes, bem como, o foco na satisfação global de vida, já que esse é um dos objetivos do governo com o programa. A importância de estudar a atitude ao endividamento se dá pelo fato de que pessoas em situações difusas, com contas atrasadas e indisponibilidade de caixa apresentem diversos problemas, tanto de ordem financeira, quanto psicológica e social; ampliando para o público de baixa renda, por esses serem mais predispostos a dívida (FERREIRA, 2006; KEESE; SCHMITZ, 2011; PLAGNOL, 2011; LUCKE et al., 2014; OBSERVATÓRIO DE ENVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES, 2002; BRICKER; KENNICKELL, 2012).

A alfabetização financeira é considerada um importante alicerce para tomada de decisão, segundo Amadeu (2009), ela torna as pessoas mais informadas acerca de aspectos financeiros e mais capacitadas para decidir, aproveitando as oportunidades ofertadas e identificando os riscos nelas existentes, e afastando-se de compromissos indesejáveis. O bem-estar financeiro por se tratar de um conceito pouco investigado e que reflete a situação financeira de um indivíduo, por meio de percepções subjetivas (JOO, 2008). E por fim,

satisfação global de vida, pois se destaca a importância de se considerar o bem-estar financeiro como sendo um aspecto mais amplo e inter-relacionado com outros aspectos da vida de cada pessoa, sugerindo, portanto, analisar a sua relação com o bem-estar geral, felicidade, satisfação, relacionamento e qualidade de vida (GUTTER; COPUR, 2011), aspectos estes apontados como intuitos do PBF (MDS; SENARC, 2014a).

Diante de todo contexto apresentado, evidencia-se a relevância do tema a ser investigado. Primeiramente, por se tratar de um estudo com beneficiários do PBF, possibilitando uma maior compreensão dessa realidade. Em um segundo momento, destaca-se a importância de realizar essa investigação em um contexto interiorano, a mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, pois a maior parte dos estudos com esse público se deu em grandes metrópoles, onde as realidades e necessidades são distintas. Por fim, a ênfase nos aspectos financeiros, na gestão e no comportamento e na satisfação global de vida.

#### 1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Visando atingir aos objetivos propostos, o trabalho está apresentado em cinco capítulos. Inicialmente é apresentado um panorama geral sobre os aspectos a serem investigados por meio da introdução, do problema de pesquisa, dos objetivos e da justificativa. No segundo capítulo é exposto o referencial teórico, o qual oferece embasamento para fundamentar o estudo por meio de sete subitens: Pobreza; Histórico dos programas sociais no Brasil focando posteriormente no Programa Bolsa Família; Atitude ao Endividamento; Gestão Financeira Doméstica; Alfabetização Financeira; Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida.

O terceiro capítulo descrever os procedimentos metodológicos que orientaram o estudo, apresentando a estratégia de pesquisa, o método adotado, a população e a amostra da pesquisa, a técnica de coleta e análise de dados. O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa e por fim as considerações finais.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de construir conhecimento empírico que balize a análise dos resultados busca-se compreender de maneira mais aprofundada os temas de interesse desse estudo. Dessa maneira o referencial teórico está subdividido em sete blocos: o primeiro discute a pobreza; o segundo objetiva esclarecer todos os meandros do Programa Bolsa Família, partindo de sua consolidação até suas dimensões e implicações; o terceiro adentra-se na atitude ao endividamento, que discute desde os conceitos de endividamento até suas causas e consequências; o quarto abrange a gestão financeira doméstica que engloba as decisões diárias sobre alocação dos recursos monetários e as ferramentas para lidar com o dinheiro; na quinta subseção são elencados conceitos e debates sobre a alfabetização financeira que engloba comportamento, atitude e conhecimento financeiro; por fim, os dois últimos itens elucidam sobre o bem-estar financeiro e a satisfação global de vida.

### 2.1 POBREZA

A diferenciação entre classes sociais no Brasil é consequência de uma longa conjuntura histórica, que parte desde o regime de fragmentação das terras, as sesmarias. Esse processo conduziu a sociedade a uma estrutura fundiária, extremamente concentrada, o que causou uma elevada centralização da renda nas mãos de uma pequena elite (SILVA, 2013). Esse contexto se agravou no período republicano, quando a industrialização das décadas de 1930 a 1980 foi acompanhada tanto pelo desenvolvimento econômico quanto pela maximização das desigualdades e da pobreza (DEDECCA, 2014).

Essa estrutura de ascendência das diferenças sociais poderia ter sido amenizada na década de 1970, quando houve os maiores índices de crescimento econômico, no chamado “milagre econômico brasileiro”. Todavia, isso não se confirmou, pelo contrário, houve uma ampliação na dissonância entre ricos e pobres, principalmente em função de melhores oportunidades e maior qualificação de uns em detrimento de outros (ROCHA, 2003). No início dos anos 1980, o distanciamento das classes sociais se maximizou, chegando em 1983 e 1984 a um percentual de 50% de pobres (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). Na contemporaneidade, o descarte de mão de obra com menores níveis de qualificação em detrimento da mecanização e alta tecnologia tem reduzido ainda mais as oportunidades para as classes sociais mais pobres, que sofrem na busca por trabalho, ampliando as desigualdades (YAZBEK, 2012).

Esse panorama vem estimulando a realização de pesquisas e estudos que explorem os conceitos e dimensões da pobreza (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Assim, o conceito de pobreza tem apresentado uma constante evolução, no sentido de adicionar dimensões importantes para retratar e identificar as características dos indivíduos que vivem nessas circunstâncias (OTTONELLI et al., 2011). Partindo dessa visão, atualmente é consensual a noção da pobreza por uma ótica multidimensional, que abarca desde necessidades alimentares até saúde, educação, habitação, saneamento básico, previdência social, acesso ao mercado de trabalho, meio ambiente, relações sociais, transporte e segurança (DEDECCA, 2014), ultrapassando desse modo os estudos de pobreza pela mera insuficiência de renda (SILVA, 2010).

Por meio desse conceito, compreende-se que o problema da pobreza abrange aspectos conjunturais, da economia, da política, da história, e diante disso a dificuldade de erradicá-la amplia-se, pois individualmente as pessoas nessas situações não têm condições monetárias, psicológicas e estruturais para reverter esse contexto. Sendo assim, passa a ser do governo a responsabilidade de desenvolver políticas públicas que amenizem o sofrimento das classes sociais mais pobres, proporcionando condições de vida mais dignas (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000). No cumprimento desse dever o governo brasileiro a exemplo de outros países, como o Reino Unido em 1948, a Finlândia em 1956 e a Suécia em 1957 vem, desde 1995, desenvolvendo programas de transferência de renda os quais serão discutidos no próximo subitem.

## 2.2 HISTÓRICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL

As primeiras tentativas de combate às desigualdades sociais no Brasil surgiram nos anos 1990, por meio o Programa de Garantia de Renda Mínima em 1991 (SUPLICY; BUARQUE, 1997). Posteriormente, no ano de 1996 destacaram-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), com o intuito de distanciar as crianças menores de 16 anos de trabalhos insalubres e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que consiste na transferência de um salário mínimo mensal a pessoas idosas a partir de 65 anos de idade e a pessoas portadoras de deficiências, que detenham uma renda mensal familiar inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo, não se encontrem vinculados a nenhum regime de previdência social e não recebam outros benefícios (SILVA, 2005).

Dando continuidade a essas investidas, no ano de 2001 foram criados os programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás. O primeiro, Bolsa Escola foi instituído a

partir da iniciativa do Programa Bolsa Familiar para Educação, desenvolvido no Distrito Federal no ano de 1995. A condicionalidade estipulada era a frequência mínima anual à escola de 85% para crianças de 6 a 15 anos. O benefício era concedido às famílias cuja renda per capita se situava abaixo de R\$ 90,00 e o valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança, com um teto de R\$ 45,00 por família, sendo o Ministério da Educação o órgão responsável pelo programa (SOARES; SÁTYRO, 2010). O Bolsa Alimentação tinha como contrapartidas o aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação das crianças. O valor da bolsa era de R\$ 15,00 por criança entre 0 e 6 anos, com teto de R\$ 45,00 por família. O programa coordenado pelo Ministério da Saúde tinha por objetivo combater a mortalidade infantil em famílias com renda per capita mensal de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (REIS, 2008). Por fim, o Auxílio-Gás foi desenvolvido para compensar o fim do subsídio ao gás de cozinha. Para receber o benefício não havia nenhuma condicionalidade, todavia a renda familiar per capita não deveria ultrapassar R\$ 90,00 sendo o valor do benefício de R\$ 7,50 por mês, pagos bimestralmente (REIS, 2008).

No ano de 2003, já estava sendo implementado o quarto programa de transferência de renda, o Cartão Alimentação, que concedia as famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo um valor de R\$ 50,00. Como condicionalidade para concessão do recurso, o beneficiário deveria empregar o valor recebido apenas para compra de alimentos (SOARES; SÁTYRO, 2010). Tinha como objetivo amenizar a insegurança alimentar, com vigência de seis meses, podendo ser prorrogado por no máximo 18 meses (REIS, 2008).

Observando o desenvolvimento e implementação desses programas em prol de assistir as famílias mais necessitadas, identifica-se uma iniciativa apreciável do Governo Federal. Todavia, a gestão de cada um desses programas era desenvolvida por um órgão específico, sendo a coordenação entre eles mínima, por esse motivo, uma família poderia receber os quatro benefícios (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás e Cartão Alimentação), enquanto outra, vivendo em condições iguais, poderia não receber transferência alguma. Os métodos de adesão e suspensão dos programas também eram distintos, assim o Governo Federal poderia estar atendendo de maneira diferente duas famílias que estivessem em situações semelhantes (SOARES; SÁTYRO, 2010).

Outro problema corrente era que nenhum dos programas atingia todo o território nacional, tendo a necessidade de estados e municípios realizarem suas próprias estratégias de combate à pobreza. Assim, tinha-se um emaranhado de iniciativas isoladas, com objetivos diferentes e para públicos distintos. No entanto, todos os programas federais, estaduais e municipais reconheciam a pobreza como risco social e tinham como público alvo indivíduos

de domicílios pobres, embora segundo linhas de pobreza diferentes. Por esses motivos, compreendia-se que as iniciativas eram boas e indispensáveis, mas necessitavam de reformas gerenciais, assim surge o Programa Bolsa Família no ano de 2003 (SOARES; SÁTYRO, 2010).

Além da criação do PBF, medidas administrativas para suprir essas necessidades também foram realizadas. A primeira iniciativa governamental foi a criação de órgãos específicos para a gestão dos programas de assistência social. Assim, em 2004, foi desenvolvido um novo modelo de gestão de assistência social denominado Política Nacional da Assistência Social: o Sistema Único da Assistência Social (SUAS). A partir desse sistema foi implantada a gestão descentralizada, participativa e regionalizada, cujos serviços devem acontecer em parceria com os municípios, o Distrito Federal, os Estados e a União, sendo que cada federado assume suas responsabilidades frente à assistência social (RIBEIRO, 2007).

Ampliando a estrutura pública para a gestão dos programas de assistência social, em 2004 também foi instaurado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A cargo do MDS ficou a articulação das informações, o monitoramento, a avaliação e o desenvolvimento das políticas de assistência social no Brasil (DURIEUX, 2011). Para maximizar ainda mais a articulação dos programas de assistência social no ano de 2011 foi lançado o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), coordenado pelo MDS com o objetivo de erradicar a extrema pobreza no Brasil até 2014. Esse plano foi subdividido em três eixos de atuação: garantia de renda, tendo o PBF como o maior representante, acesso a serviços e inclusão produtiva urbana e rural, segundo o Manual de gestão do Programa Bolsa Família (MDS; SENARC, 2014a).

### **2.2.1 Programa Bolsa Família**

Diante de todas as dificuldades apresentadas, o Governo Federal identificou a necessidade de desenvolver um programa que atendesse a uma maior gama da sociedade, que atingisse o território nacional como um todo e que amenizasse a burocratização no acesso aos programas para as famílias por meio de um projeto organizado (BRASIL, 2009). De tal modo, no ano de 2003, o PBF foi criado a partir da unificação dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentar e Vale Gás, por meio da Medida Provisória nº. 132, posteriormente convertida na Lei nº. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (SANTANA, 2007; MDS; SENARC, 2014a).

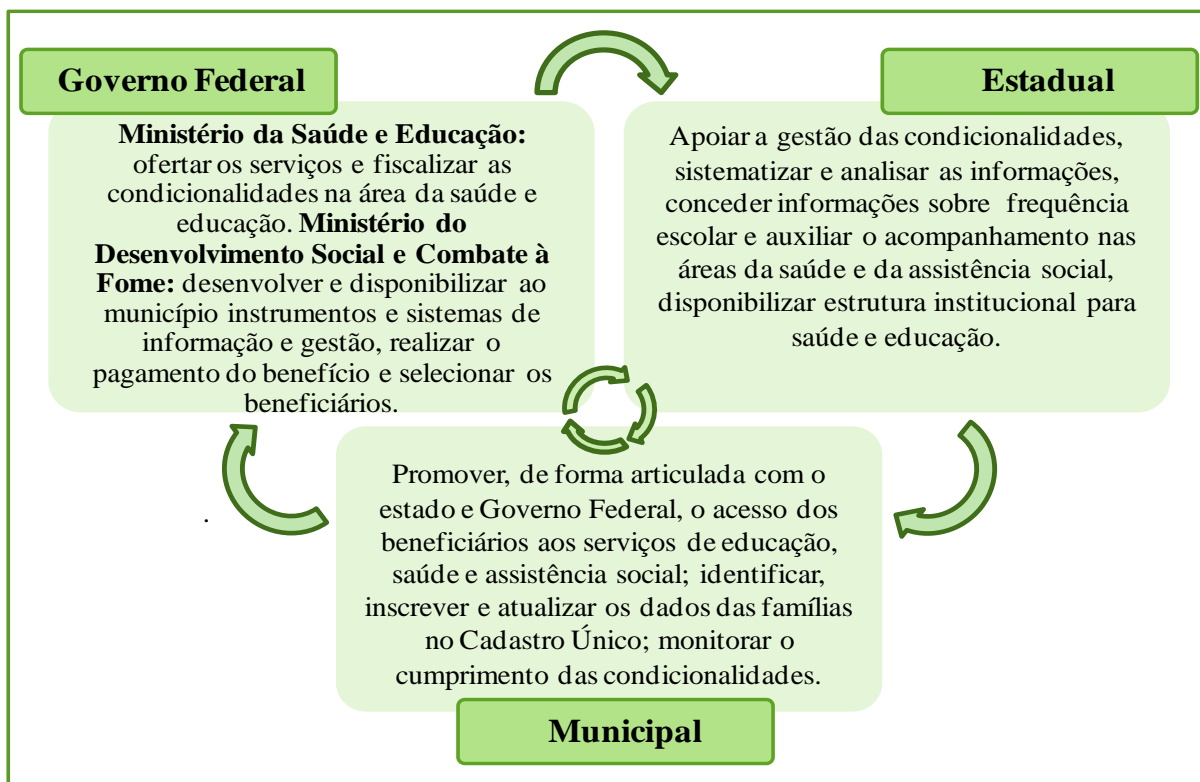


Para realizar a unificação, a gestão do PBF se beneficiou da existência do Cadastro Único, que vinha sendo aperfeiçoado e expandido de forma lenta desde sua criação, e cujo objetivo era integrar as informações sobre os beneficiários dos programas federais de assistência social (SOARES; SÁTYRO, 2010). Segundo o Manual de Gestão do Cadastro Único para Programadas Sociais do Governo Federal (MDS; SENARC, 2014b, p. 8), o Cadastro Único “é um instrumento que possibilita a identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda”, o que facilita o desenvolvimento de políticas públicas como o PBF, por disponibilizar uma base de dados contendo quem são, onde moram e quais as principais características, necessidade e potencialidades das pessoas mais vulneráveis da população brasileira.

Com posse dessas informações, o PBF foi consolidado tendo como objetivo principal aliviar a pobreza e melhorar a educação e a saúde da sociedade de baixa renda (SUGIYAMA; HUNTER 2013). De maneira detalhada, o Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (MDS; SENARC, 2014a) elucida que o PBF foi implementado com os seguintes propósitos: combater a fome, minimizando a insegurança alimentar; promover o acesso das pessoas mais vulneráveis aos serviços públicos, priorizando a saúde e educação; apoiar o desenvolvimento dessas famílias em prol de um aumento das condições de bem-estar; amenizar a pobreza e a desigualdade e incentivar os órgãos públicos a atuarem de maneira articulada nas políticas de assistência social.

Para efetivar todas essas aspirações em relação ao PBF, foi necessário o desenvolvimento de uma gestão descentralizada, capaz de fazer com que União, estados, Distrito Federal e municípios atuem de maneira corresponsável e cooperativa, possibilitando assim a manutenção e administração de todas as esferas do programa. A Figura 01 ilustra as atribuições de cada esfera do governo na gestão do PBF.

Figura 01 - Atribuições das esferas de governo na gestão do Bolsa Família



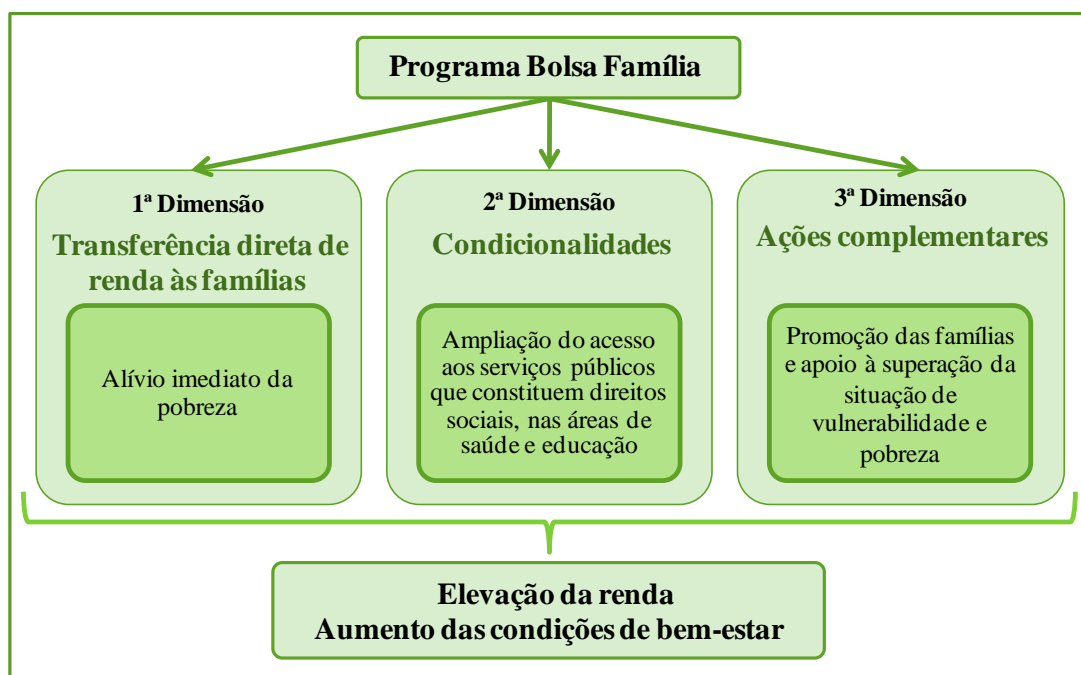
Fonte: Adaptada do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (MDS; SENARC, 2014a).

Como se pode observar, a gestão do PBF é estruturada de maneira conjugada e descentralizada, onde os esforços de uma esfera estão inter-relacionados com a de outra, sendo os resultados positivos e negativos auferidos com a execução do programa responsabilidade de todos. Esse modelo de gestão entrou em vigor no ano de 2005, quando se realizou a adesão de todos os envolvidos ao Programa e ao Cadastro Único. Para fortalecer ainda mais essa estrutura, o Governo Federal desenvolveu mecanismos que estimulassem a qualidade e melhoramento da gestão do programa nos estados e municípios, para isso criou o Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) e o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGD-E) (MODESTO; CASTRO, 2010). Assim, estados e municípios que tiverem a coleta sobre frequência escolar, acompanhamento dos beneficiários nos postos de saúde, cadastramento correto e atualização são recompensados com um valor monetário (SENNA et al., 2007).

### 2.2.1.1 Dimensões do Programa Bolsa Família

A dificuldade de operacionalização de um programa de transferência de renda é eminente, ainda mais em países continentais como o Brasil. Assim, para sanar de maneira mais efetiva as vulnerabilidades da sociedade o governo organizou o PBF em três esferas: transferência de renda, condicionalidades e ações complementares, as quais visam melhorar as condições de vida dos beneficiários (SUGIYAMA; HUNTER, 2013). A Figura 02 ilustra esses três eixos.

Figura 02 - Dimensões do Programa Bolsa Família



Fonte: Adaptada do Manual de Gestão do Programa Bolsa Família (MDS; SENARC, 2014a).

O eixo de transferência de renda propicia às famílias beneficiadas uma receita mensal concedida pelo Governo Federal, sem intermediações de qualquer natureza, sendo esse processo fundamental, na medida em que auxilia rapidamente as famílias em situação de vulnerabilidade e pobreza. Assim, a distribuição da renda ocasiona uma maior elevação dos padrões de vida, especialmente pelo fato do maior dilema das famílias de baixa renda ser a sazonalidade da renda mensal (COLLINS et al., 2009), sendo para maior parte dos beneficiados o valor recebido do PBF o único recurso fixo auferido mensalmente (SUGIYAMA; HUNTER, 2013).

Esse mecanismo de transferência de renda direta foi instaurado desde o início do PBF, mas os valores e tipos de benefícios passaram por algumas modificações, no intuito de

incrementar sua eficácia. Portanto, no ano de 2003 quando o programa foi desenvolvido, o valor básico repassado era de R\$ 15,00 para famílias com renda entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 e apenas uma criança e, no máximo de R\$ 95,00 para famílias com renda per capita igual ou inferior a R\$ 50,00 e três crianças ou mais, sendo que os rendimentos mensais após o recebimento do benefício não poderia ultrapassar R\$ 111,20 (ROCHA, 2011). No ano de 2007, o benefício básico passou para R\$ 58,00, e o benefício variável, para R\$ 18,00, sendo que cada família poderia acumular apenas três, totalizando R\$ 54,00 por família.

Em 2011, as alterações na estrutura de pagamento do programa foram mais incisivas. Houve um reajuste de 45% no benefício variável para crianças e adolescente de até 15 anos e de 15% para o público de 16 e 17 anos, sendo que o limite dos benefícios variáveis elevaram-se de três para cinco, o Benefício Variável à Jovens (BVJ) passou a ser pago automaticamente a todos os jovens de 16 e 17 anos de famílias beneficiárias do PBF e dois novos benefícios variáveis foram criados, o Benefício Variável à Nutriz (BVN) e o Benefício Variável à Gestante (BVG) que concedem uma ajuda de custos de R\$ 32,00 nos nove meses de gestação (RÜCKERT; RABELO, 2013). Foi também em 2011 instituído o “retorno garantido”, ou seja, quando houver o desligamento voluntário do Programa, em função de novo emprego ou de renda superior ao estabelecido, fica garantido, no período de 36 meses, o retorno da família para o Programa, independentemente do limite de vagas no município (MDS; SAGI, 2014a)

Partindo dessa evolução, atualmente o PBF repassa quatro tipos de benefícios: Benefício Básico; Benefício Variável; Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ); e Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP). O Benefício Básico é concedido apenas às famílias em situação de extrema pobreza, mesmo que estas não tenham em sua composição crianças, adolescentes ou jovens (MDS; SENARC, 2014a). O valor desse benefício é de R\$ 77,00 mensais (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014a). Já o Benefício Variável é destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que tenham em sua estrutura familiar gestantes, nutrizas (mãe que amamenta) com crianças de até 6 anos e adolescentes de até 15 anos (MDS; SENARC, 2014a). Cada família pode acumular até cinco benefícios de R\$ 35,00, podendo alcançar até R\$ 175,00 mês, para as gestantes o valor é concedido durante os nove meses de gravidez (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014a).

Além dos cinco benefícios variáveis, as famílias ainda podem receber até dois Benefícios Variáveis Jovem, destinado a famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos (MDS; SENARC, 2014a). O valor do benefício é de R\$ 42,00 e cada família pode acumular até dois benefícios, chegando a R\$ 84,00 (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014a). Por fim, foi criado

recentemente o Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP), designado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza, cuja renda familiar per capita se mantenha igual ou inferior a R\$ 77,00, mesmo após o recebimento dos benefícios do PBF (Básico, Variável e/ou BVJ) (MDS; SENARC, 2014a). Logo, o BSP varia em razão do cálculo realizado a partir da renda per capita da família e do benefício já recebido no PBF, sendo concedido a família um valor equivalente à soma necessária para que a renda por pessoa supere a linha de extrema pobreza (R\$ 77,00). Estando nessas condições a família beneficiada pode acumular o Benefício Básico, o Variável e o Variável para Jovem, até o máximo de R\$ 336,00 por mês e, além disso, concentrar mais o benefício para Superação da Extrema Pobreza.

Além desses benefícios disponibilizados pelo governo federal, ressalta-se que cada município tem autonomia para desenvolver seus próprios projetos de superação da pobreza, somando esforços com Governo Federal para ampliar a base de atendimento de seus programas e, dessa forma, ampliar o valor máximo dos benefícios para as famílias atendidas (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2014a). Para melhor visualizar essa estrutura de transferência de renda apresenta-se a Tabela 01.

Tabela 01 - Valores monetários que podem ser recebidos pelas famílias em situação e pobreza e extrema pobreza.

<b>Tipo de Benefício</b>	<b>Famílias em Situação de Pobreza</b>	<b>Famílias Extremamente Pobres</b>
Benefício Básico	R\$ 0,00	R\$ 77,00
Benefício Variável até 5	De R\$ 35,00 a R\$ 175,00	
Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) até 2	De R\$ 42,00 a R\$ 84,00	
Total a receber	De R\$ 35,00 a R\$ 259,00	De R\$ 77,00 a R\$ 336,00
Benefício para a Superação da Extrema Pobreza (BSP)	Calculado caso a caso (não há teto)	

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDS e SENARC (2014a).

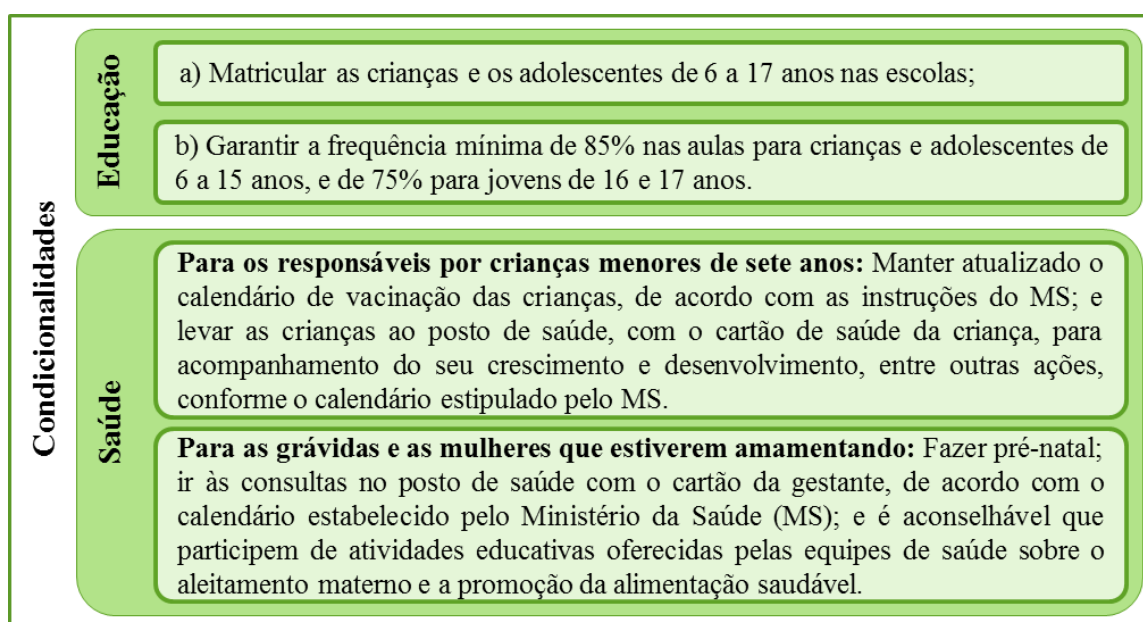
Para ter acesso ao PBF e a todos esses benefícios é necessário que a família seja cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e que esteja em condições de pobreza ou extrema pobreza. As famílias em situação de extrema pobreza são aquelas com renda familiar mensal per capita de até R\$77,00, sendo consideradas pobres as famílias com renda mensal por pessoa entre R\$77,01 e R\$154,00 (MDS; SENARC, 2014a). Para chegar a esses valores, a gestão do PBF faz uso do conceito de renda adotado

pelo Cadastro Único, que se apóia da soma dos rendimentos mensais brutos de todos os componentes da família e divide o valor pelo número de indivíduos da unidade familiar chegando ao recurso mensal por pessoa (MDS; SENARC, 2014b).

Atenta-se para o fato de que a concessão do benefício é realizada apenas pela análise da renda mensal por pessoa dentro de uma família. Esse mecanismo é passível de crítica, pois somente a renda não é suficiente para qualificar a pobreza, fenômeno multifacetado (SENNA et al., 2007). Sugiyama e Hunter (2013) além de observarem esse aspecto preocupam-se com o valor disponibilizado aos beneficiários, questionando se ele é suficiente em todos os contextos do Brasil para atender às necessidades básicas e desenvolver o capital humano.

O segundo eixo, condicionalidades, são mecanismos que reforçam o exercício de direitos básicos da sociedade no âmbito da saúde e educação dos brasileiros em situação de pobreza e extrema pobreza. Dessa maneira, passa a ser responsabilidade das famílias o cumprimento de ações nas áreas de saúde e de educação e dos estados, municípios e Governo Federal possibilitar o acesso dos beneficiários a esses serviços que devem ser ofertados pelo serviço público (MDS; SENARC, 2014a). A Figura 03 elenca as condicionalidades na área da educação e da saúde.

Figura 03 – Condicionalidades do PBF na área de saúde e educação.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MDS e SENARC (2014a).

Por meio dessas ações, tanto no âmbito da educação quanto na saúde o governo consegue maximizar os resultados do PBF, pois amplia as ações do programa, saindo exclusivamente do auxílio financeiro para o atendimento a outras necessidades. As condicionalidades permitem o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, ou seja, da manutenção da condição de pobreza de uma geração a outra (MDS; SENARC, 2014a). Por exemplo, crianças que cumprem as condicionalidades do PBF, ao ter acesso aos serviços de saúde e educação, poderão ter melhores condições de vida que seus pais. Evidencia-se que tal aporte faz com que o foco das condicionalidades sejam as crianças e os adolescentes das famílias beneficiadas, tanto na área da saúde quanto educação (SOUSA; XIMENES; JAIME, 2014).

Para assegurar o cumprimento das condicionalidades e de todos os benefícios que elas proporcionam, o MDS, juntamente com estados e municípios realizam a vistoria da situação de cada uma das famílias beneficiadas. O período de acompanhamento das condicionalidades de educação é bimestral enquanto que os na área da saúde é semestral. As famílias em situação de descumprimento de condicionalidades passam pelo processo de repercussão (MDS; SENARC, 2014a). Assim, ficam sujeitas a uma série de sanções, que vão desde advertência, passando pelo bloqueio e pela suspensão do benefício, podendo chegar ao cancelamento (SENNA et al., 2007). Salienta-se que essas medidas são adotadas pelo PBF não com o intuito de punir essas pessoas, mas sim de estimular as ações voltadas a saúde e educação e permitir que as mesmas corrijam os problemas que acarretaram o descumprimento das condicionalidades. Para os entes governamentais, essa estrutura permite a identificação das famílias mais vulneráveis, tornando-as foco de suas ações (MDS, SENARC, 2009c).

Por fim, o último eixo do programa (ações complementares) visa gerar oportunidades para auxiliar as famílias na superação da situação de vulnerabilidade social em que se encontram, sendo que a situação de vulnerabilidade social de um indivíduo ou de uma família está relacionada à sua exposição aos riscos e à sua capacidade de enfrentá-los. Essa situação pode ser momentânea, como no caso de famílias vitimadas por enchentes ou por longos períodos de seca. Ou também podem ser situações mais duradouras, a exemplo de famílias que vivem em localidades com alto grau de violência e com dificuldades de inserção dos adultos no mercado de trabalho (MDS; SENARC, 2014a). Desse modo, as ações complementares devem ser focadas no atendimento das carências de cada grupo. Elas podem ser ações relacionadas à geração de trabalho e renda, aumento da escolarização, condições habitacionais, direitos sociais, desenvolvimento local, melhoria dos serviços básicos, segurança alimentar e nutricional entre outros (MDS; SENARC, 2014a).

Todavia, diferentemente das outras duas dimensões do PBF, as ações complementares não correspondem a obrigações dos entes federados e, portanto não constituem contrapartidas. Por esse motivo, não há um regimento que fixe as ações que devem ser realizadas, o que impossibilita ações polarizadas em prol de dificuldades consideradas pelo governo como porta de saída do PBF e da situação de pobreza, tendo cada esfera do poder público, autonomia para executar as ações que considerar relevante (SENNA et al., 2007). Assim, como as ações são isoladas, os estados e municípios necessitam articular outros programas e políticas setoriais em um trabalho intersetorial. Pensando nisso, o Governo Federal vem desenvolvendo alguns programas de articulação intersetorial com o PBF, que possam balizar e sustentar as ações dos estados e municípios. Entre eles pode-se citar três de grande relevância: Programa Mais Educação (PME), Programa Saúde na Escola e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

### **2.2.2 Panorama dos estudos sobre o Programa Bolsa Família**

Dada à importância do PBF, o interesse de pesquisas que investiguem as várias facetas do programa vem se intensificando. Assim, observando o PBF em toda sua magnitude Cavalcante (2014) destaca as inúmeras inovações assertivas implementadas pelo governo, como a proteção da família em sua totalidade ao invés do indivíduo, simplificação da gestão de todos os programas num só, aumento do valor dos benefícios pagos, exigência de um maior compromisso por parte das famílias atendidas e melhoramento das ações do governo por meio de uma gestão descentralizada que articula União, Estados e Municípios.

Por meio dessas inovações, o alcance e a cobertura do PBF atingem hoje milhares de brasileiros em situações precárias, que por meio do benefício e das contrapartidas que são responsabilizados a fornecer, melhoram suas condições de vida (CAMPELLO, 2013). Paiva, Falcão e Bartholo (2013) ainda elucidam que o PBF representa uma evolução definitiva do sistema de proteção social brasileiro na direção de famílias que ainda não possuíam nenhum tipo de assistência, aproximando o estado de bem-estar aqueles mais vulneráveis, especialmente as crianças e adolescentes, que não dispunham de tanta proteção.

Em relação às crianças e adolescentes, destaca-se a ampla repercussão do PBF inicialmente no contexto educacional. Os jovens pertencentes às famílias beneficiadas apresentam em relação aos demais estudantes, uma menor evasão escolar (AMARAL; MONTEIRO, 2013), menor número de repetências (OLIVEIRA; SOARES, 2013) e aumento da frequência escolar. De mesma forma, Campello (2013) clarifica que o PBF contribuiu para



uma menor evasão escolar principalmente para as faixas etária entre os 6 e os 16 anos e taxas de aprovação, no ensino médio, mais favoráveis entre os alunos do Bolsa Família que à média nacional do ensino público.

No âmbito da saúde destaca-se à contribuição do programa na redução da desnutrição, mortalidade infantil e baixo peso ao nascer, temas importantes em termos de saúde pública (MAGALHÃES JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2014). Além disso, os beneficiários estão sendo mais assíduos nas Unidades Básicas de Saúde o que maximiza os atendimentos primários, evitando maiores complicações correspondentes a doenças facilmente controláveis e melhor monitoramento das situações graves. Para as crianças, os benefícios estão na redução da desnutrição, da mortalidade, nas taxas de hospitalização entre menores de 5 anos, bem como no aumento da porcentagem de crianças de até 6 meses alimentadas exclusivamente por amamentação e na porcentagem de crianças a completar o calendário de vacinação (CAMPELLO, 2013; FACCHINI et al., 2013).

A partir disso, percebe-se que as condicionalidades na área da saúde e educação contribuem para uma melhor assistência dessas famílias, mas ainda se pondera sobre a qualidade e facilidade do acesso aos serviços prestados. Nesse sentido, Campos (2003) salienta a necessidade de maiores investimentos no contexto educacional que visem melhorar a infraestrutura, a qualidade do ensino e a ampliação do acesso a escolas para todos. No âmbito da saúde, Facchini et al. (2013) evidencia que os resultados com o PBF e suas condicionalidades poderiam ser mais expressivos, caso fossem superados os limites sistêmicos dos serviços de saúde, como a rotatividade dos profissionais, a precariedade da infraestrutura e os problemas de acesso e de qualidade.

Por outro lado, mesmo que tenham essas dificuldades, Senna et al. (2007) apontam que as condicionalidades são uma das maiores potencialidades do programa por ampliar o acesso a educação e a saúde, principalmente de crianças e jovens. Todavia, chama a atenção do fato de que apesar do PBF optar pelo foco na família, a análise de sua estrutura organizacional demonstra que as exigências de contrapartidas estão previstas apenas para aqueles grupos tradicionalmente priorizados na política social, quais sejam: gestantes, nutrizes, crianças e adolescentes (SENNA et al., 2007; SOUSA; XIMENES; JAIME, 2014)

Distanciando-se dos estudos que abordam os impactos do PBF exclusivamente na esfera de saúde e educação, busca-se compreender outros impasses e destaques. Assim, sob a óptica das desigualdades na distribuição de renda Leboutte (2010), exibiu que o PBF representa uma importante iniciativa no processo de redução da diferença de distribuição de renda em todas as unidades federativas do país, o que permite um maior acesso a educação,

alimentação de qualidade e conseqüentemente no combate a miséria. Na mesma perspectiva, Cavalcanti, Costa e Silva (2013) revelam que o PBF tem conseguido reduzir a desigualdade de renda e a pobreza em todo o cenário nacional, proporcionando melhores condições de vida para os beneficiários. Assegurado, assim os níveis básicos de proteção social, ajudando a reduzir a pobreza e a desigualdade social (SUGIYAMA; HUNTER, 2009).

Todavia, Ancochea e Mattei (2011) descrevem que esses avanços, em relação à distribuição de renda, diminuição da pobreza e melhora na qualidade de vida, são realmente notórios em um período de curto prazo, mas que não se pode observar uma melhora substancial em decorrência do programa no longo prazo. Como sugestão para incrementar os resultados do programa, Ancochea e Mattei (2011) destacam a necessidade de uma maior expansão e qualificação nos serviços públicos, juntamente com uma transformação no sistema econômico e no volume de investimentos.

Ratificando esse entendimento, Sugiyama e Hunter (2009) corroboram, enfatizando que os investimentos do governo brasileiro em programas como o Bolsa Família são pequenos, apenas 2,5% de todos os gastos federais (0,5% do PIB do Brasil). Para solucionar esse impasse e promover resultados mais efetivos, os autores sugerem maiores investimentos monetários no programa, bem como uma reestruturação sistemática, que permita uma maior qualidade de vida aos beneficiários também no longo prazo. Reestruturação esta que inclui campanhas educacionais, programas para garantir a assiduidade escolar dos alunos, ou a inclusão de trabalhadores informais no sistema previdenciário existente.

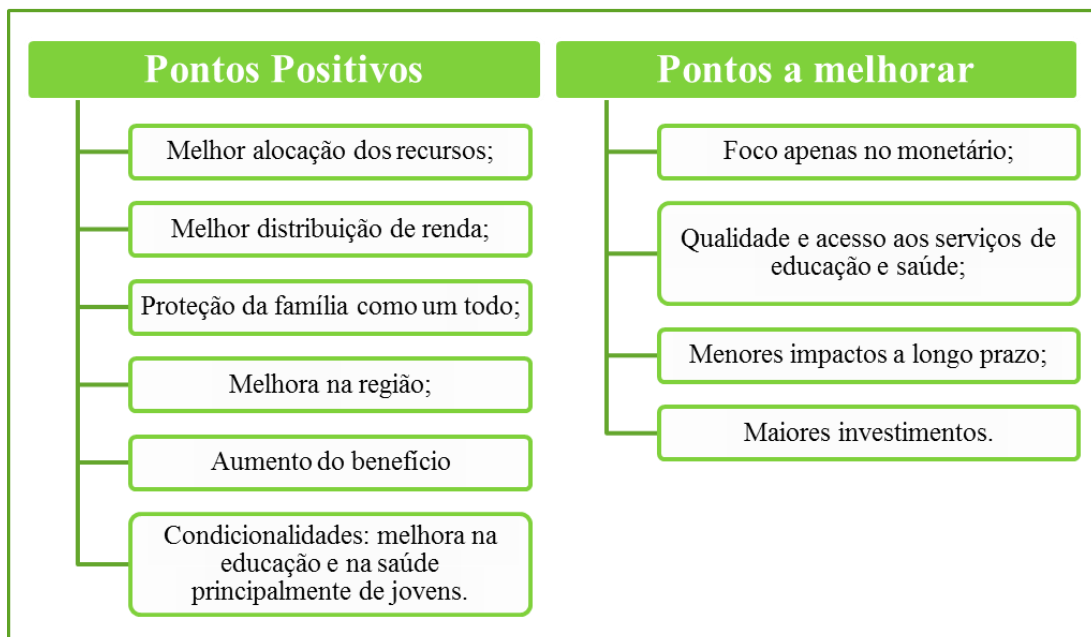
Outro aspecto que merece discussão é o comportamento financeiro dos beneficiários do PBF. Neste contexto, Sampaio e Sousa (2013) concluíram que existem diferenças significativas entre os gastos com alimentação, material escolar, medicamentos, moradia, vestuário e aquisição de bens realizados pelos beneficiários antes e depois que receberam o benefício do PBF. Nesse mesmo sentido, Ferreira (2006) salienta que as famílias que recebem os recursos do PBF por ter um incremento na renda mensal alocam um maior montante financeiro em alimentação do que aquelas em mesmas condições que não recebem. Além disso, a destinação de recursos financeiros para essas famílias gera a dinamização da economia nacional, pois cria um novo grupo de indivíduos que passam a integrar o mercado consumidor (MAGALHÃES JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2014).

Mesmo que haja essa melhora na qualidade de vida das pessoas por terem uma maior flexibilidade no orçamento, Senna et al. (2007) em um estudo com o objetivo de identificar as principais potencialidades e limites do desempenho do programa apontou como ponto negativo o foco do PBF ser apenas monetário. Segundo os autores, existem outras

vulnerabilidades que deveriam ser consideradas como, por exemplo, a pouquíssima ênfase atribuída a medidas direcionadas à geração de emprego e renda que, associadas a estratégias socioeducativas junto às famílias, poderiam contribuir para romper com o ciclo de reprodução da pobreza.

Em relação a todos os resultados positivos destacados, Colin, Pereira e Gonelli (2013) revelam a importância da gestão integrada, com utilização de instrumentos e estratégias que permitem construir a convergência entre demandas da população brasileira e investimentos públicos para assegurar ofertas com serviços de qualidade. Magalhães et al. (2011) compreendendo a relevância dessa gestão integrada desenvolveu um estudo na cidade de Manguinhos, Rio de Janeiro. Para isso, foram realizadas entrevistas com os gestores da secretaria municipal de assistência social. Os resultados obtidos difundem uma alternativa de maximizar o alcance do Programa Bolsa Família, ampliando a gestão descentralizada e integrada em uma aproximação entre programas, como o Bolsa Família, o Saúde da Família e o PAC, o que poderia potencializar as ações de combate à pobreza e à miséria. A Figura 04 sintetiza os pontos positivos e os pontos a melhorar do programa com base em todos os resultados dos estudos apresentados e discutidos anteriormente.

Figura 04 - Síntese dos pontos positivos e dos pontos a melhorar do Programa Bolsa Família.



Fonte: Elaborado pela autora com base na revisão de literatura (2015).

Diante de todo esse debate, pode-se dizer que o PBF é de extrema importância no panorama das políticas sociais no Brasil, que realmente reduz a pobreza, a desigualdade de renda, gera uma maior frequência escolar e garante que crianças beneficiárias não se submetam ao trabalho infantil, mas por outro lado aponta a necessidade de rearranjos, inovações e novas sugestões (SOARES; SÁTYRO, 2010). Percebendo isso, espera-se que investigações acerca da atitude ao endividamento, da gestão financeira doméstica, da alfabetização financeira, do bem-estar financeiro e da satisfação global de vida possam trazer subsídios para a construção de *insights* para o Governo Federal no sentido maximizar os alcances do programa.

### 2.3 ATITUDE AO ENDIVIDAMENTO

Dado ao contexto econômico dos últimos anos, o nível de endividamento da população elevou-se significativamente (CNC, 2015). Segundo Moura (2005), significa que as pessoas passaram a consumir e firmar obrigações financeiras futuras. Todavia, alguns indivíduos chegam a um nível de consumo tão elevado que se esgotam as possibilidades de pagamento, ultrapassando assim, a barreira do endividamento, atingindo o sobreendividamento e a inadimplência (DYNAN; KOHN, 2007; FRADE et al. 2008; LUSARDI; TUFANO, 2009; GATHERGOOD, 2012). Assim, se intensifica a necessidade de pesquisas nesse âmbito.

Todavia, antes de adentrar-se especificamente nas causas e consequências da dívida, faz-se necessário identificar os conceitos que envolvem o endividamento, o sobreendividamento e a inadimplência, ainda mais que muitas vezes estes são tratados como sinônimos. Neste sentido, inicialmente esclarece-se que o endividamento é uma palavra derivada do verbo endividar-se, representando assim a contração de uma dívida (FERREIRA, 2006). É um compromisso financeiro firmado hoje para ser quitado posteriormente (GREENBERG, 1980). De maneira mais detalhada, Marques e Frade (2004) relatam que o endividamento é um saldo devedor assumido por determinado indivíduo, que pode ser resultado de um agregado de responsabilidades financeiras, as quais são geradas a partir da utilização de capital de terceiros e que devem ser quitadas em um determinado período já fixado. Elucida-se, portanto, que o endividamento é o ato de contrair responsabilidades financeiras a serem quitadas mensalmente em prazos pré-estabelecidos.

Já o sobreendividamento é uma situação mais grave do que o endividamento, sendo essa situação correspondente à impossibilidade do devedor de arcar com o pagamento de suas

dívidas em tempo hábil (ANDERLONI; VANDONE, 2010). Keese e Schmitz (2011) salientam que no momento em que um indivíduo torna-se incapaz de cumprir com sua responsabilidade monetária, deixando em atraso contas e despesas, ultrapassa a barreira do endividamento e chega a patamares de sobreendividamento. Autores evidenciam que essa situação pode acontecer de forma ativa ou passiva. Ativa seria quando o indivíduo contribui para a dívida, ou seja, tem consciência de que está consumindo além de suas possibilidades e mesmo assim o faz; e de forma passiva, quando a pessoa não contribui, como, em casos de doença e desemprego (BRUSKY; MAGALHÃES, 2007; KEESE; SCHMITZ, 2011).

Por fim, a inadimplência representa a situação mais grave de dívida, diz respeito ao fato de um indivíduo contrair um montante tão elevado de dívida que ultrapasse suas condições de pagamento e assim os prazos pré-estabelecidos não sejam cumpridos (OLIVATO; SOUZA, 2007). Sehn e Carlini Junior (2007) observam a inadimplência como sendo um risco que toda empresa corre, decorrente da possibilidade do não cumprimento do pagamento por parte dos clientes que contrataram a dívida, ou seja, é o risco que a empresa tem de vender um produto ou serviço e não receber por isso. Diante do exposto, percebe-se que no momento em que um indivíduo contrai uma dívida já é considerado automaticamente endividado, quando deixa de pagar algumas parcelas torna-se sobreendividado e quando a situação ultrapassa todas as condições de pagamento a pessoa torna-se inadimplente.

Todas essas situações representam adversidades financeiras que, como salientado anteriormente, estão cada vez mais eminentes, seja pela ampla disseminação de produtos financeiros, pela oferta de crédito (BRAIDO, 2014), pelas campanhas apelativas de marketing (LUCKE et al., 2014), pelo surgimento de eventualidades que exigem desembolsos imediatos, (SANTOS; SILVA, 2014) ou até mesmo pelos aspectos comportamentais como o mau uso do cartão de crédito (ROBERTS; JONES, 2001), as compras compulsivas (KYRIUS; MCQUEEN; MOULDING, 2013), o materialismo (RICHINS, 2011), a falta de planejamento e controle dos recursos financeiros (SANTOS; SILVA, 2014) e o baixo nível de conhecimento financeiro (TOLOTTI, 2007; PICCINI; PINZETTA, 2014). A inquietude diante de tantos aspectos que podem levar uma pessoa a complicações no âmbito financeiro é ainda maior no cenário de estudo (beneficiários do Programa Bolsa Família), pois diversos estudos apontam que indivíduos de baixa renda são mais propensos a contraírem dívidas e a se tornarem inadimplentes (KATONA, 1975; ZERRENNER, 2007; KIM; DEVANEY, 2001)

Para comprovar essa evidência, as empresas Plano CDE e Bankable Frontier Associates (2012) realizaram um estudo com indivíduos das classes C, D e E. Como resultado, apontaram que o acúmulo de dívidas entre essas pessoas é significativo, pois elas

sofrem com a sazonalidade de suas receitas, com o número de parcelas que acumulam por acreditarem que “cabe no bolso” e com um orçamento restrito colocado em risco pela multiplicidade de limites de crédito que têm a disposição. Zerrenner (2007) também investigou o endividamento de pessoas com baixa renda e identificou que estas apresentam altos níveis de endividamento, pois não conseguem se manter com seus próprios proventos, não possuem uma reserva para incidentes e imprevistos, sofrem com o desemprego, são instigadas pelo contexto econômico a consumir e não realizam planejamento e gestão dos gastos.

Mas o endividamento não é uma adversidade exclusivamente das famílias de baixa renda. Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo divulgados por meio da Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor de agosto de 2015, com público em geral, apontam que 62,7% das famílias brasileiras estão endividadas e que o nível de inadimplentes (com contas em atraso) já chega a 22,4%, revelando um crescimento se comparado com o mesmo período do ano anterior (19,2% em agosto de 2014) (CNC, 2015). Do mesmo modo, os índices econômicos divulgados pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), no dia 10 de setembro de 2015, revelam uma variação positiva de 4,86% das famílias endividadas em relação ao mesmo mês de 2014. Além disso, quando observadas as variações das contas em atraso, há um aumento percentual de 6,28% na comparação anual (SPC, 2015).

Diante da eminência dessas questões, a academia tem buscado identificar os efeitos tanto financeiros e pessoais quanto sociais que os problemas de ordem financeira acarretam. No âmbito financeiro, o problema mais amplamente salientado é a insolvência financeira, situação em que o indivíduo perde totalmente o controle sobre seus recursos monetários (SPC; IEGV, 2013; KEESE; SCHMITZ, 2011; FERREIRA, 2006). Ferreira (2006) ainda acrescenta que as pessoas endividadas têm pouca ou nenhuma habilidade em lidar com dinheiro, não elaboram um planejamento financeiro e não conseguem passar o mês dentro do orçamento fazendo com que os mesmos passem a trabalhar exclusivamente para quitar as dívidas, dificultando a recuperação do equilíbrio econômico. Há um agravo ainda maior dessas dificuldades quando a pessoa, dado o nível de inadimplência, fica com seu nome vinculado a um cadastro de dívida ativa, sendo que em alguns casos pode até se considerar excluído do sistema de crédito, tornando inacessível o consumo a prazo (LUCKE et al., 2014).

Em relação à vida pessoal os efeitos da dívida também são visíveis. Keese e Schmitz (2011) destacam o desenvolvimento de problemas de saúde, como o stress e a angústia, menor percepção da capacidade de gerenciamento do dinheiro, menor sensação de bem-estar

financeiro e emoções negativas. Plagnol (2011) ratifica essas evidências, exibindo que o endividamento ocasiona problemas emocionais. De mesma forma, Loiola (2014) revela que quanto maior o volume de dívidas (em meses de salário), maior o estresse financeiro. Partindo dessas evidências percebe-se que a dívida altera a qualidade de vida dos indivíduos que passam a ter um agravo na saúde psicológica, podendo chegar a patamares drásticos como o desencadeamento de sintomas de depressão, doenças do coração e insônia (LUCKE et al., 2014).

Além desses aspectos pessoais, a dívida gera consequências para vida social das pessoas. Segundo o Observatório de Endividamento dos Consumidores da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2002), o endividamento gera muitas vezes preconceito por parte de amigos e familiares que não admitem que alguém, por falta de controle ou qualquer outra justificativa possa chegar a essa situação, havendo a exclusão social. Essa hostilidade é ainda maior entre os cônjuges que, por não aceitarem as decisões financeiras de seu parceiro(a) acabam, em alguns casos, gerando dissolução da família.

Observando em um âmbito mais amplo, percebe-se que o endividamento pode causar danos a sociedade como um todo. Em um estudo realizado na Grécia isso é abordado. Os autores revelam que a crise econômica no país, no ano de 2007, reduziu o número de empregos e o nível salarial, o que elevou o endividamento da sociedade, que a partir da falta de recursos financeiros passou a apresentar diversos problemas como o aumento da infecção do vírus HIV, disseminação do uso de drogas, maximização do número de suicídios e elevação da violência (KENTIKELINIS et al., 2011).

Por fim, atenta-se para muitos casos de endividamento brando, que não causam grandes preocupações as pessoas. As quais, por pensarem que estão no controle da situação, deixam seus compromissos financeiros despercebidos, o que acaba ampliando a probabilidade de descontrole. Neste sentido, evidencia-se que a falta da devida atenção a qualquer que seja o valor da dívida a situação pode se agravar e atingir níveis críticos de endividamento chegando à inadimplência (VILAIN; PEREIRA, 2013). Assim, observa-se que a preocupação, o controle e a gestão dos dispêndios financeiros devem ser constantes, para que problemas futuros não surjam e acabem por desencadear todas as consequências anteriormente descritas.

## 2.4 GESTÃO FINANCEIRA DOMÉSTICA

A gestão financeira familiar é um aspecto de extrema complexidade na consolidação de uma estrutura sólida em termos monetários. Isso ocorre, pois a vasta gama de produtos

financeiros disponibilizados pelos bancos e lojas acarretam em um aumento do consumo e conseqüentemente em parcelamentos mensais que devem ser cumpridos regularmente, encargos estes que requerem dos indivíduos uma gestão financeira robusta que evite a insolvência (GODWIN, 1990). Assim, a gestão financeira parte desde os cuidados com questões domiciliares, como vestuário e alimentação, até aspectos como gestão de caixa, gestão do crédito, acumulação de capital, gestão da aposentadoria e planejamento imobiliário (PORTER; GARMAN, 1993), ou seja, gestão financeira é o processo de ajuste entre os recursos que as famílias têm disponível e suas demandas (CUI, I-JUN; YAN, 2012).

Percebe-se, portanto, que para gerir os recursos monetários eficientemente é necessário equidade entre receitas e custos, tendo as famílias que analisar com precisão quais as suas fontes de renda e quais suas prioridades, evitando que gastos supérfluos incorram em detrimento de despesas com necessidades básicas. Neste sentido, Veldhooven e Groeland (1993) salientam que o manejo do dinheiro é resultante do comportamento racional, orientado por metas e baseado na avaliação das conseqüências de diferentes cursos de ação para alcançar determinadas metas. Budescu e Taylor (2013) corroboram, evidenciando que estas questões são ainda mais importantes entre famílias mais pobres, pois se torna um elemento de intervenção junto a esses indivíduos no uso do dinheiro.

Visualizando a relevância da gestão financeira para famílias de baixa renda, as empresas Plano CDE e Bankable Frontier Associates (2012) desenvolveram um estudo com o intuito de compreender como as classes C, D e E gerenciam o seu dinheiro. Os principais resultados revelaram que os brasileiros mais pobres são experientes e criativos na hora de gerir os recursos monetários e utilizam diversas ferramentas para isso. Com o mesmo intuito, Collins et al. (2009) realizaram uma pesquisa em Bangladesh, Índia e África do Sul, onde entrevistaram famílias em situações precárias financeiramente pelo menos duas vezes por mês ao longo de um ano. Os achados apontaram que as famílias nessas situações são reféns de um orçamento restrito, que não chega a mais de dois dólares por dia, o que dificulta a manutenção de uma boa alimentação, educação para os filhos e garantia de saúde, tendo essas pessoas que realizar verdadeiros malabarismos para se manter.

Partindo dessas duas perspectivas, busca-se compreender quais são esses mecanismos de gestão utilizados pela sociedade de baixa renda. Inicialmente, identifica-se que para ter acesso ao mercado consumidor, essas pessoas se beneficiam da ampla oferta de crédito principalmente de lojas de eletrodomésticos e eletroeletrônicos que vendem esses produtos muitas vezes caros, em pequenas e longas prestações, o que estimula o consumo, pois a maioria desses indivíduos acabam comprando considerando apenas o valor da parcela (MDS,



SAGI, 2014a). Esse mecanismo, por um lado, permite que as famílias de baixa renda, antes afastadas do mercado consumidor possam ter acesso, mas por outro geram descontroles, pois o acúmulo de parcelas na maioria das vezes ultrapassa as condições de pagamento.

Diferentemente da facilidade do acesso ao crédito em lojas é o acesso dessa parcela da população aos produtos financeiros tanto básicos quanto os mais complexos. O percentual de famílias cadastradas no Cadastro Único que possuem conta corrente simplificada, por exemplo, não passa de 36%, em cidades de pequeno e médio porte, sendo que para conta corrente normal esse percentual em cidades de grande porte cai para 16% (MDS, SAGI, 2012d). Produtos mais complexos como empréstimos para pessoas físicas e jurídicas na maioria das vezes nem são concedidos, o que direciona esses indivíduos em situações inesperadas a recorrerem a obtenção de recursos por meios informais, pedindo dinheiro para familiares, amigos ou agiotas (que cobram elevados juros) (COLLINS et al., 2009).

Para aquelas pessoas que conseguem algum recurso financeiro com bancos ou até mesmo por meios informais há ações que devem ser evitadas. Segundo a Plano CDE e a Bankable Frontier Associates (2012), um grande problema de contrair empréstimos é a vinculação destes como parte do orçamento mensal, tornando-se não um recurso momentâneo para cobrir alguma dificuldade e sim um instrumento permanente. Por esse motivo, qualquer que for o crédito assumido a necessidade de controle é eminente, caso contrário o que inicialmente representaria um alívio pode tornar-se uma grande preocupação chegando a fechar as possibilidades e comprometer as relações pessoais.

Identificando essas adversidades atenta-se para a importância da economia de recursos financeiros disponíveis para eventualidades. Canova, Rattazzi e Webley (2005) esclarecem que a prática de poupar refere-se ao comportamento de manter determinado valor residual por motivos de especulação (aproveitar oportunidades futuras), transação (arcar com os compromissos diários) e precaução (evitar problemas em situações de instabilidade), ações que são capazes de subsidiar o equilíbrio financeiro de uma família. Todavia, esse hábito não é comum entre os brasileiros de baixa renda muitas vezes por indisponibilidade de caixa e outras por optarem pelo consumo como estratégia para sentir-se parte integrante da sociedade (LUCKE et al., 2014). A pequena parcela que consegue economizar, o faz em casa e raramente acumula um grande montante financeiro (PLANO CDE; BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES, 2012).

A dificuldade de guardar algum montante financeiro maximiza-se ainda mais pelo fato da renda auferida pelas famílias de baixa renda ser sazonal, fruto da informalidade. Assim, aqueles que recebem auxílios do Governo Federal como o benefício do Programa Bolsa

Família o veem como um alicerce no orçamento mensal que propícia uma maior liberdade e autonomia nas tomadas de decisão (RÊGO; PINZANI, 2013). Mas mesmo recebendo esse recurso mensalmente as famílias vislumbram em jogos da loteria, títulos de capitalização, sorteios informais e no fundo de garantia (aqueles que o possuem), mecanismos para complementar a renda e auferir melhores condições de vida (PLANO CDE; BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES, 2012).

Em virtude dessas dificuldades, desde o número de parcelas que descontrolam o orçamento até a indisponibilidade de economizar é que se amplia, principalmente para essa parcela da sociedade, a relevância da gestão de caixa, que baliza a tomada de decisão (COLLINS et al., 2009). Ratificando, Leal e Nascimento (2012) salientam que a gestão de caixa, ou também denominado fluxo de caixa, é uma importante ferramenta que possibilita o controle das entradas e saídas de dinheiro, facilitando a visualização das reais condições financeiras, estimulando as pessoas a viverem dentro de suas reais condições, administrando seu dinheiro de forma eficiente e eficaz (LEAL; NASCIMENTO, 2012)

Talvez, se esses indivíduos conseguissem efetivar a gestão de caixa, conseguiriam controlar seus gastos, poupar, fixar prioridades, definir metas para o futuro e evitar o parcelamento de tantos ativos, o que melhoraria suas condições de vida. Ratificando o exposto, Braido (2014) destaca que os controles financeiros são grandes aliados na busca por uma gestão coerente sobre os recursos próprios, principalmente na definição da maneira de utilizá-los, tendo como objetivo indicar ou mostrar o melhor momento para resguardar, investir ou acumular dinheiro ou ativos. A não aplicação desses conceitos financeiros na vida pessoal e a falta de conhecimentos necessários para gerenciar recursos dificilmente permitirão que um indivíduo se mantenha financeiramente saudável (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012).

Por estes motivos, estar satisfeito financeiramente gerindo os recursos disponíveis de forma consciente é o método mais conveniente para a manutenção da saúde financeira, o que propicia uma relação favorável com o cumprimento financeiro das necessidades, evitando níveis elevados de endividamento (PLAGNOL, 2011). Por outro lado, a falta de planejamento e a má gestão financeira acarretam em insatisfação financeira, tanto de indivíduos de baixa renda ou não (KIM; GARMAN; SORHAINDO, 2003). Portanto, com o intuito de evitar situações desfavoráveis, ressalta-se nesse processo a importância da alfabetização financeira, a qual baliza a tomada de decisões e auxilia no processo do gerenciamento dos recursos monetários.

## 2.5 ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA

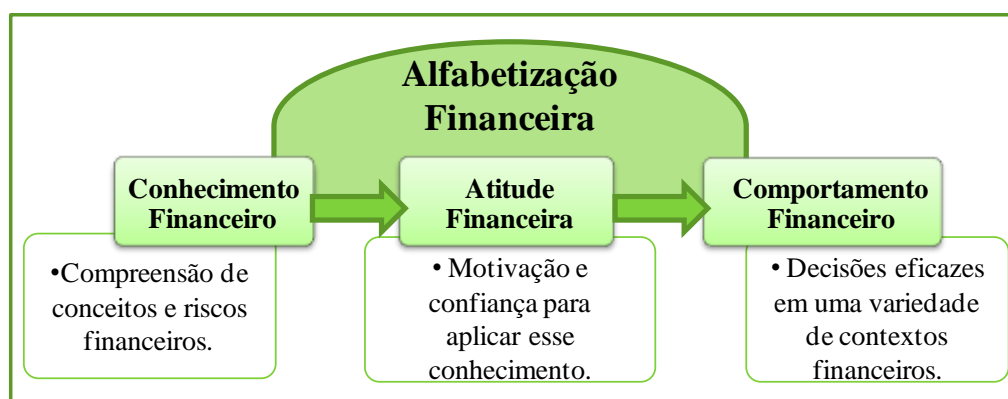
A alfabetização financeira é um tema em ascendência nas pautas de pesquisa, especialmente pelo fato de ter um papel central na sustentabilidade da saúde financeira e econômica dos indivíduos, à medida que a detenção de conhecimentos e habilidades financeiras subsidiam o controle e a tomada de decisões. Assim, ela é tida como um importante elemento de prevenção para adversidades financeiras (OPLETALOVÁ, 2015), pois atua como uma ferramenta de capacitação intelectual para tomada de decisões mais responsáveis (HUSTON, 2010). Ela potencializa a capacidade de ler, analisar, gerenciar e comunicar as condições financeiras pessoais, sendo possível discernir escolhas financeiras, discutir questões relacionadas ao uso do dinheiro sem nenhum tipo de desconforto, planejar para o futuro e responder com competência aos eventos que afetam as decisões cotidianas (VITT et al., 2004).

Compreende-se, portanto, que a alfabetização financeira é a capacidade de tomar decisões financeiras simples por meio da aplicação de conhecimentos básicos acerca dos produtos financeiros disponíveis no mercado (LUSARDI; TUFANO, 2009). De maneira mais pontual, Remund (2010) elucida que a alfabetização financeira engloba um conjunto de aspectos, partindo desde o entendimento de conceitos financeiros chaves, passando pela habilidade e confiança para administrar de forma apropriada suas finanças pessoais até chegar em um comportamento eficiente, balizado em decisões de curto prazo e planejamento financeiro de longo prazo, que possibilitem a manutenção financeira em meio a qualquer evento relacionado a vida e as mudanças de condições econômicas.

Diante desse contexto, percebe-se que há uma congruência entre os estudiosos do conceito amplo de alfabetização financeira e seu auxílio na melhora da tomada de decisão financeira. Todavia, não se tem um consenso literário em relação à definição dos construtos que englobam a mensuração da alfabetização financeira. Assim, Donadio, Campanario e Rangel (2012) a visualizam como sendo um conjunto de conhecimento e comportamento, sendo o conhecimento aplicado na gestão financeira pessoal. Jump\$Start e Coalition (2007) e Hung, Parker e Yoong (2009) diferentemente, a compreendem como a capacidade de usar os conhecimentos e as habilidades adquiridas para melhorar a gestão financeira, sendo assim sua mensuração contemplada pelo conhecimento e a habilidades. Ampliando esse panorama, Remund (2010) esclarece que a alfabetização financeira estaria pautada em conhecimento e habilidades financeiras que balizariam o comportamento financeiro.

Partindo dessas concepções, destaca-se a representatividade dos conceitos e medidas desenvolvidos pela *Organisation for Economic Co-Operation and Development* (OECD), a qual definiu a alfabetização financeira como uma combinação de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos financeiros (ATKINSON; MESSY, 2012). Recentemente essa perspectiva foi aprimorada, sendo a alfabetização financeira compreendida como o conhecimento e a compreensão de conceitos e riscos financeiros; as habilidades, a motivação e a confiança para aplicar esse conhecimento; e a compreensão, a fim de tomar decisões eficazes em uma variedade de contextos financeiros, para com isso, melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade, a fim de permitir a participação na vida econômica (OECD, 2013a). Assim, a OECD engloba a alfabetização financeira em três dimensões: o conhecimento financeiro, a atitude financeira e o comportamento financeiro. A Figura 05 retrata as dimensões da alfabetização financeira.

Figura 05 – Dimensões da alfabetização financeira



Fonte: Elaborado pela autora com base na OECD (2013a)

O conceito de alfabetização financeira desenvolvido pela OECD (2013a) revela uma interligação entre suas dimensões, sendo que o conhecimento financeiro é a ferramenta que coordena as atitudes, as quais, por sua vez, influenciam o comportamento de gestão financeira (HUNG; PARKER; YOONG, 2009). Diante desse primeiro panorama, busca-se esclarecer o que representa cada uma dessas dimensões e o que significam.

Assim, inicialmente aborda-se o conhecimento financeiro, também denominado educação financeira, que envolve, como em qualquer outro processo de aprendizagem, as etapas de receber, assimilar e absorver as informações transmitidas, tornando-se capazes de aperfeiçoar e aprofundar os conhecimentos, melhorando assim as práticas (LIZOTE;

VERDINELLI, 2014). Logo, o conhecimento financeiro pode ser entendido como a capacidade de um indivíduo compreender as informações financeiras vinculadas as transações operacionais (HUSTON, 2010). Segundo Atkinson e Messy (2012) e Lusardi e Mitchell (2013), essas informações referem-se ao conhecimento de conceitos como juro simples e compostos, risco e retorno, e inflação. Conceitos esses, adquiridos ao longo da vida, que maximizam a capacidade de gerir receitas, despesas e poupança de forma eficaz (DELAVANDE; ROHWEDDER; WILLIS, 2008).

Todavia, não basta apenas ter esses conhecimentos para estabilizar-se financeiramente, pois para colocá-los em prática além da aprendizagem dos conceitos é imprescindível o entendimento da dinâmica do fluxo de caixa doméstico, pois cada família possui em seu orçamento peculiaridades que devem ser levadas em consideração. Deste modo é indispensável o reconhecimento de sua situação financeira para que assim, a pessoa possa operar suas despesas, ganhos e investimentos que foram e que serão realizados, interessando-se pelo dinheiro e identificando as oportunidades, ampliando sua inteligência financeira, respeitando suas características e suas potencialidades, para que estas se intensifiquem (PIETRAS, 2014). Oliveira (2012) corrobora, explicando que o conhecimento financeiro não é apenas conferir contas bancárias ou construir orçamentos para poupança futura, mas ter uma visão sistêmica de todas as decisões de crédito, poupança, investimento e consumo, compatível com sua realidade financeira.

Observando essas explicações, percebe-se a importância do conhecimento financeiro. Pois, é por meio dele que as pessoas moldam o seu curso de vida, melhorando o acesso a saúde, crédito, investimento, acumulação e proteção de ativos (VITT, 2004). Para a sociedade de baixa renda, esses aspectos tornam-se ainda mais representativos, pois diante de um orçamento reduzido, a posse de conhecimentos financeiros auxiliam na tomada de decisões, fazendo com que o recurso monetário, mesmo escasso, atenda ao menos as necessidades básicas da família (ANDERLONI; VANDONE, 2010).

No entanto, o conhecimento financeiro individualmente não é capaz de garantir uma gestão eficaz dos recursos monetários, uma vez que há influência do conhecimento financeiro sobre a atitude financeira (NORVILITIS; MACLEAN, 2010 e XIAO et al., 2011). Atitude esta reconhecida como a combinação de conceitos, informações e emoções sobre a aprendizagem, que resulta em uma predisposição a reagir favoravelmente diante de eventualidades (SHOCKEY, 2002). Ela pode ser desenvolvida por meio de sentimentos, emoções ou opiniões momentâneas ou evoluir para uma posição habitual, que influencia a longo prazo o comportamento de alguém (QFINANCE, 2013).

Pode resultar tanto de experiências diretas, vinculadas ao uso do dinheiro como indiretas, fruto de estímulos contextuais. Fazio, Shook e Eiser (2004) elucidam que as atitudes decorrentes diretamente do uso do dinheiro se estabelecem pelas experiências que cada indivíduo é condicionado, portanto como cada um tem seu próprio contexto econômico as atitudes financeiras, nesse âmbito, são distintas de uma pessoa para outra. Contemplando essa percepção, Dasgupta e Greenwald (2001) esclarecem que a atitude financeira influenciada pela conjuntura social, é determinada pelas crenças e valores da sociedade e são incorporados a atitude financeira de cada um. Assim, a atitude financeira engloba, tanto aspectos relacionados a crenças econômicas como não econômicas, que são fatores chaves no processo de tomada de decisão, pois balizam o comportamento financeiro (AJZEN, 1991).

O comportamento financeiro é a última dimensão da alfabetização financeira, mas é revelado pela OECD (2013a), como sendo um elemento essencial, e sem dúvida o mais importante dentre os três, pois é o comportamento que concretiza o equilíbrio ou o desequilíbrio financeiro. De mesma maneira, Atkinson e Messy (2012) salientam que são os comportamentos financeiros que determinam os resultados positivos de ser financeiramente alfabetizado, tais como o planejamento das despesas e a construção da segurança financeira para o futuro e, ao mesmo tempo, são os comportamentos que determinam os resultados negativos da ausência de alfabetização financeira, como o uso excessivo do crédito e o consumo exagerado.

Dada sua importância, ter um comportamento financeiro adequado requer no mínimo cinco requisitos: honrar com as despesas mensais, ter as finanças sob controle, planejar o futuro, fazer escolhas assertivas de produtos financeiros e manter-se atualizado das questões financeiras (MUNDY, 2011). Desenvolvendo esses comportamentos, a segurança financeira familiar torna-se mais eminente, pois as decisões inerentes ao uso do dinheiro serão pautadas nos saldos de caixa, nas possibilidades de investimento e nos riscos. Conclui-se, portanto, que o comportamento financeiro é a maneira como os indivíduos lidam com o dinheiro em suas vidas (OECD, 2013b).

Portanto, conclui-se que indivíduos considerados alfabetizados financeiramente deveriam ser bem informados e educados acerca de questões relacionadas ao gerenciamento de ativos, investimentos, poupança, crédito, entendessem de conceitos básicos subjacentes à gestão dos recursos e soubessem utilizar adequadamente o conhecimento adquirido para planejar e implementar decisões financeiras. Por meio desse conjunto de procedimentos, percebe-se que a alfabetização financeira somente é capaz de auxiliar no desenvolvimento das capacidades necessárias para fazer escolhas bem informadas ao inter-relacionar

conhecimentos, atitudes e comportamentos financeiros (VITT et al. 2000). É no esforço sistemático e contínuo de desenvolvimento e aprimoramento dos conhecimentos, atitudes e comportamentos que a alfabetização financeira desempenha papel chave para a tomada de decisões responsáveis (XIAO et al., 2011).

A ausência desse aparato na tomada de decisão financeira faz dos indivíduos, seres vulneráveis a diversidade de produtos financeiros ofertados, incapaz de discernir o que é um bom investimento do que seria algo muito arriscado, tendo assim uma maior propensão a dificuldades financeiras como o endividamento e a inadimplência (NORVILITIS et al., 2006; LYONS, 2007). Corroborando com esses pressupostos, Beal e Delpachitra (2003) observaram que baixos níveis de alfabetização financeira ocasionam uso inadequado do cartão de crédito, aumento do consumo e descontrole orçamentário, levando os indivíduos a assumirem compromissos financeiros sem a capacidade de cumpri-los, o que contribui para o aumento do endividamento. Logo, compreende-se que a falta dessa ferramenta faz com que as pessoas tomem decisões ineficientes diante dos diversos produtos financeiros ofertados (MITCHELL; LUSARDI, 2015).

Por esses motivos, ser alfabetizado financeiramente é tão importante, pois torna as pessoas mais informadas acerca de aspectos financeiros e mais capacitadas para decidir, aproveitando as oportunidades ofertadas e identificando os riscos nelas existentes (AMADEU, 2009). Sendo assim, a detenção da alfabetização financeira, faz com que as pessoas tomem decisões mais assertivas diante do uso do dinheiro e assim maximizem o bem-estar financeiro da família (OECD, 2013B; ATKINSON; MESSY 2012; HUSTON, 2010, HUNG; PARKER; YOONG, 2009; JOO, 2008; JUMP\$TART; COALITION, 2007).

## 2.6 BEM-ESTAR FINANCEIRO

A capacidade de gerenciar efetivamente os recursos monetários, em prol de um equilíbrio financeiro capaz de proporcionar tranquilidade orçamentária é fator crítico para maioria das famílias, todavia quando se atinge essa estabilidade, alcança-se o bem-estar financeiro (PLAGNOL, 2011). Segundo Chan, Chan e Chau (2012), o bem-estar financeiro é o sentimento geral de cada pessoa referente a sua segurança financeira, tanto no presente quanto no futuro. Arber, Fenn e Meadows (2014) ratificam, salientando que o bem-estar financeiro é uma classificação auferida por cada indivíduo em relação a adequação de sua renda para satisfazer suas necessidades gerais.

Aprofundando o estudo em relação ao bem-estar financeiro, percebe-se que este não abarca apenas questões monetárias, mas também é constituído a partir de aspectos materiais e não-materiais, ou seja, é definido como um sentimento de estar financeiramente saudável, feliz e isento de preocupações, baseando-se em avaliações subjetivas ou percepções de sua situação financeira (JOO, 2008). Do mesmo modo, Delafrooz e Paim (2011) conceituam o bem-estar financeiro como um construto que inclui a satisfação com a situação financeira pessoal, percepção ou avaliação subjetiva dos recursos financeiros, estabilidade, adequação dos recursos financeiros, bem como o valor objetivo dos bens. Neste sentido, Schmeiser e Hogarth (2013) destacam que o bem-estar financeiro é influenciado por inúmeros fatores, tanto financeiros como não-financeiros.

A definição de bem-estar financeiro também abarca à percepção da situação financeira atual e futura. Dessa forma, Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) definem o bem-estar financeiro como sendo o nível de preocupação do indivíduo com a sua situação financeira atual e futura, sendo que a visão atual abrange os rendimentos mensais e o atendimento das necessidades momentâneas, já a situação futura corresponde as expectativas e aspirações de cada indivíduo para períodos posteriores. Neste âmbito surge outro aspecto relevante dentro dos bem-estar financeiro, a percepção de segurança tanto no presente quanto no futuro. Para Chan, Chan e Chau (2012), o equilíbrio e a estabilidade financeira subsidiam o sentimento de segurança para cumprir com os compromissos mensais e alcançar os sonhos futuros. Apropriando-se dessa perspectiva Xiao, Sorhaindo e Garman (2006) conceituam o bem-estar financeiro como a relação entre grau de segurança e a adequação financeira dos indivíduos.

Outra perspectiva enfatiza o bem-estar financeiro entre duas dimensões, primeiramente a satisfação financeira pessoal e posteriormente a transferência de recursos financeiros e rendas entre gerações nas famílias (CHUAN; KAI; KOK, 2011). Assim, o nível de satisfação financeira está positivamente relacionado com o nível de riqueza e de renda de um indivíduo, a qual deve possibilitar e ao mesmo tempo suprir as necessidades pessoais do presente e do futuro como também consolidar uma estrutura financeira capaz de subsidiar a família (nomeadamente, relacionado aos filhos, para os quais os pais desejam deixar bens que os assegurem no futuro).

Além do conceito, outro aspecto relevante do bem-estar financeiro é a sua mensuração. Nesse sentido, identificou-se que há diferentes configurações para se mensurar o nível de bem-estar financeiro de um indivíduo. Uma perspectiva proposta por Sumarwan (1990), ainda nos anos 1990, avaliou o bem-estar econômico levando em consideração eminentemente aspectos objetivos tais como: renda familiar, itens materiais (alimentação,



vestuário, habitação e transporte), recursos financeiros disponíveis para atender emergências e patrimônio líquido (diferença entre o ativo e todas as dívidas). De forma similar, Lown e Ju (1992) mensuram o bem-estar financeiro por meio dos seguintes aspectos: nível de renda, dinheiro para as necessidades da família, capacidade para lidar com emergências financeiras, o montante da dívida, o nível de poupança e dinheiro para necessidades futuras.

Ao passar do tempo, a conjuntura unicamente objetiva acerca do bem-estar financeiro deu espaço aos aspectos subjetivos, sendo esta uma grande evolução para a literatura. A questão passa, então, a ser analisada de forma mais global, abordando sentimentos, especificamente, em relação à segurança financeira em uma escala entre o extremamente seguro e o extremamente inseguro (LEACH; HAYHOE, 1999). A partir desse avanço, as investigações sobre o bem-estar financeiro passaram a ser pautadas em indicadores objetivos e subjetivos. No estudo de Kim (2000), por exemplo, os indicadores objetivos foram representados por meio de fundos de emergência, poupança mensal para a aposentadoria e percentual de poupança mensal; já os indicadores subjetivos incluíram bem-estar financeiro global, satisfação com as finanças pessoais e percepção das mudanças na situação financeira. Corroborando com esta perspectiva, Shim et al. (2009) também destacam a relevância de variáveis objetivas e subjetivas nas pesquisas de bem-estar financeiro.

Ressalta-se que os aspectos objetivos também podem ser analisados de forma subjetiva. A subjetividade da análise de bem-estar financeiro está intimamente relacionada com as características pessoais de cada indivíduo, ou seja, os valores, as experiências, as expectativas, as metas e a disposição refletem de forma significativa no sentido ou sensação global de bem-estar financeiro. Então, é a diretriz psicológica da vida de cada um, como a auto-realização, a autoestima, as crenças, os valores, os interesses, as capacidades e as ambições pessoais que determinam o bem-estar financeiro como um todo (SHIM et al., 2009). Sendo assim, seria um equívoco avaliar o bem-estar financeiro sem considerar os aspectos psicológicos como preponderantes ao estudo.

Diante desse contexto e com embasamentos teóricos, constata-se que as pessoas são mais felizes, ou seja, sentem-se satisfeitas financeiramente quando se encontram em boas condições, não só monetárias como também de saúde, educação e relacionamento (O' NEILL et al., 2005). Assim, o bem-estar financeiro é uma variável que pode ser afetada pelas diversas mudanças nas circunstâncias da vida pessoal, não sendo, portanto, um traço estável. Portanto, o bem-estar financeiro é uma abordagem dinâmica, que pode ser alterado em decorrência do ciclo de vida das pessoas, com relação não somente a idade, mas com outros fatos marcantes, como o nascimento de uma criança, o casamento ou a dissolução matrimonial (PLAGNOL,

2011; HAYHOE; WILHELM, 1998). Todos esses indicativos, levam a percepção de que o bem-estar financeiro está intimamente relacionado com a satisfação global de vida.

## 2.7 SATISFAÇÃO GLOBAL DE VIDA

Os estudos inerentes ao bem-estar global com a vida ou satisfação global de vida tiveram como ponto de partida os anos 1960, época em que as pesquisas em psicologia focavam-se nas instâncias patológicas e avaliações psicológicas, surgindo à necessidade de investigar o crescimento, a saúde, o desenvolvimento saudável, ou seja, a felicidade global com a vida (TOMASI, 2013). O surgimento do interesse por essas investigações na época foi de grande valia, todavia, os resultados lá encontrados já não fazem tanto sentido atualmente, pois cada período da história possui suas peculiaridades, assim as investigações acerca da satisfação devem ser constantes. Na contemporaneidade, a relevância desse nicho de pesquisa é ainda maior, pois o desenvolvimento econômico e tecnológico, a melhora nas condições de vida e o acesso ao consumo não são garantias de satisfação, assim as pesquisas devem ser tanto no âmbito material quanto psicológico (SELIGMAN, 2009).

Essa visão mais global da satisfação com a vida vem ganhando maior notoriedade nos últimos vinte anos, quando descobertas importantes estão sendo relatadas em relação aos fatores que a influenciam (KUPPENS; REALO; DIENER, 2009). Nessa perspectiva, Hutz (2014, p. 43) clarifica que estar satisfeito de maneira global com a vida, engloba diversos aspectos, tanto materiais, quanto psicológicos, sendo a satisfação com a vida conceituada de maneira sucinta como o “contentamento que alguém percebe quando pensa sobre sua vida de modo geral”. De maneira mais detalhada, Teodoro (2009) esclarece que a satisfação com a vida é decorrência de como as pessoas percebem, definem e avaliam suas condições, baseadas em critérios como a satisfação com a vida, com a família, ausência de características indicadoras de depressão e ansiedade e os índices de emoções positivas.

A partir desses conceitos, compreende-se, portanto, que para um indivíduo estar satisfeito com sua vida, ele deve avaliar positivamente tanto suas relações afetivas quanto cognitivas. Isso significa ter experiências que desencadeiem emoções positivas, ao invés de situações desagradáveis, estar envolvido em atividades interessantes tanto no trabalho quanto com a família, estar sem problemas de saúde, ter boas condições financeiras e ser realizado (DIENER, 2000). Todavia, essa concepção de satisfação com a vida não descarta a importância dos problemas e imprevistos da vida. De acordo com Kuppens, Realo e Diener (2008), eventos negativos não podem ser considerados de todo ruim, pois são eles que

propiciam aprendizado, para que em situações de adversidade se saiba como se comportar, absorvendo apenas os ensinamentos e a felicidade de ultrapassar tal circunstância, o que proporciona sentimentos de autocritica que impulsiona a busca pelos próprios ideais gerando harmonia interpessoal.

Outro aspecto importante, quando se discute a satisfação global é a percepção de cada indivíduo. Estar satisfeito com a vida, significa suprir as próprias necessidades, desejos e vontades, é contrastar as expectativas com as conquistas, mas cada pessoa tem suas ambições e percebe como primordial os seus interesses (JOIA, 2012). Dessa forma, percebe-se que o que satisfaz uma pessoa pode não satisfazer outra, pois os interesses e valores de cada um são distintos. Diener (2000) ratifica, elucidando que a satisfação de vida é um construto democrático, em que cada indivíduo tem o direito de decidir se sua vida vale a pena ou não, por meio de fatores subjetivos e objetivos, pelos quais se pode mensurar a satisfação pessoal.

Aqueles indivíduos que sentem-se satisfeitos com suas vidas são mais felizes, possuem uma melhor relação social, têm boas condições de saúde, infraestrutura e lazer. Corroborando Comis e Pinto (2014) com o objetivo de identificar quais variáveis teriam uma relação positiva com o estado de satisfação global de vida fizeram uma ampla revisão de literatura. Posterior à investigação, concluíram que indivíduos com uma percepção positiva de suas vidas melhoram em muitos aspectos, tais como: melhores relações sociais, boas condições financeiras, sentem-se mais bonitos, com elevada autoestima, são mais otimistas, proativas e flexíveis, aumentam as imunidades, têm maior facilidade de aprendizagem, melhoram as relações e conquistas profissionais e esquecem com facilidade os eventos negativos.

Em contrapartida, pessoas insatisfeitas com suas condições são mais propensas a apresentarem baixa autoestima, ansiedades, medos e frustrações (LIPOVETSKY, 2007), pois o mal-estar é responsável por desenvolver alterações psicossomáticas que acarretam disfunções tanto físicas quanto emocionais. Os problemas físicos são relacionados a maiores índices de obesidade ou anorexia, hipertensão, dores de cabeça, insônia e diminuição da imunidade, já os psicológicos desencadeiam maior irritabilidade, impaciência, apatia, distanciamento afetivo e perda de entusiasmo profissional (NUNES, MENEZES, 2014).

Por fim, pode-se constatar a importância das pesquisas inerentes a satisfação global de vida, pois ela é responsável por tornar a vida de uma pessoa mais amena ou mais árdua. Nesse sentido, Kuppens, Realo e Diener (2008) sugerem que as pessoas deem mais relevâncias aos acontecimentos positivos de suas vidas, busquem trabalhar no que gostam, relacionem-se com pessoas de alto-astrol, superem os acontecimentos negativos, absorvendo deles ensinamentos

e tenham atividades que deem prazer, para assim, tornarem-se satisfeitos e desfrutarem de melhores condições de vida.

Relacionando esses aspectos ao cenário de pesquisa, justifica-se a inserção desse construto, pois um dos objetivos do Governo Federal com o PBF é ampliar o sentimento de bem-estar dessas famílias (MRD; SENARC, 2014a). Assim, avaliar a satisfação global de vida dos indivíduos pode ser uma maneira de verificar se um dos objetivos do Governo Federal está sendo atingido. Além disso, tem-se a relevância de investigar esse tema, já que os beneficiários do PBF vivem em condições financeiras precárias e já que muito se discute se o “dinheiro traz felicidade” (DIENER et al., 2010; BECCHETTI; ROSSETTI, 2009), mas poucas evidências são identificadas com brasileiros de baixa renda.

### 3 MÉTODO

Neste capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos que foram adotados neste trabalho. Dessa maneira, discutem-se as estratégias e método da pesquisa, a população e a amostra investigada, os aspectos éticos contemplando os risco e benefícios, o instrumento de coleta de dados, a forma de coleta de dados e, por fim as técnicas de análise dos dados.

#### 3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA E MÉTODO ADOTADO

Visando atingir aos objetivos propostos pelo estudo foi adotada uma pesquisa de caráter descritivo, pois visou identificar, descrever e analisar a gestão financeira dos beneficiários do PBF, bem como suas percepções em relação a fatores comportamentais vinculados as finanças. Essa estratégia permite um detalhamento com mais exatidão dos fatos e fenômenos referentes ao estudo (MATTAR, 1996). Gil (2008) ratifica, elucidando que a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência, estabelecendo relação entre as variáveis e o objeto de estudo analisado. Ela é indicada nos casos em que o tema já está delimitado, mas ainda merece investigações de determinadas realidades que ampliem as conclusões sobre a temática.

Como estratégia de pesquisa foi empregada uma survey, pois está é apontada por Hair et al. (2010) como sendo a mais adequada em estudos que envolvem grande amostra de indivíduos. De acordo com Malhotra (2011), este método se baseia no interrogatório dos participantes por meio de um questionário estruturado e destina-se a provocar informações específicas dos entrevistados. É uma estratégia de pesquisa que possibilita descobrir fatos, determinar atitudes e opiniões e melhor compreender determinados comportamentos mediante a avaliação e descrição de uma população baseada em uma amostra (BAKER, 2001). Ademais, as pesquisas desse tipo fornecem descrições quantitativas de uma população por meio do uso de um instrumento predefinido.

No que se refere à abordagem, a pesquisa caracterizou-se como quantitativa. Malhotra (2011) comenta que as pesquisas quantitativas procuram quantificar os dados para compreender o problema de pesquisa, utilizando técnicas estatísticas. Gil (2008) afirma que as pesquisas quantitativas possibilitam uma interrogação direta aos indivíduos visando à compreensão de seu comportamento e permitem minimizar a heterogeneidade dos dados conferindo maior confiabilidade aos resultados devido ao estabelecimento de uma estrutura pré-definida.

Para coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado. Segundo Gil (2008), a utilização desse tipo de instrumento é configurada de maneira que o entrevistado seja submetido a responder perguntas estruturadas com um conjunto de alternativas como resposta, assim o pesquisado evidencia seus pontos de vista permitindo, ao pesquisador, conhecer as opiniões, crenças, interesses e situações vivenciadas pelo sujeito da pesquisa.

### 3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população alvo do estudo compreende os beneficiários do Programa Bolsa Família residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, a qual é composta por 31 municípios (agrupados em 3 microrregiões - Microrregião de Santa Maria, Microrregião de Restinga Seca e Microrregião de Santiago). O interesse em investigar esse público, se deu inicialmente pela identificação de que os principais estudos realizados com público de baixa renda que abordaram aspectos financeiros foram desenvolvidos em cidades metropolitanas e capitais.

Para ratificar essa assertiva destaca-se alguns desses estudos. Moura (2005), por exemplo, realizou um estudo com a população de baixa renda na cidade de São Paulo, buscando identificar o impacto do materialismo na atitude ao endividamento e no nível de dívida. As empresas Plano CDE e Bankable Frontier Associates (2012), com o objetivo de melhor entender como as famílias nas classes C, D e E gerenciam o seu dinheiro investigaram beneficiários do Programa Bolsa Família e indivíduos das classes C, D e E nos municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Belém. Mattoso (2005) buscou investigar aspectos simbólicos das soluções dadas aos problemas financeiros pelos pobres a partir de uma abordagem interpretativa na comunidade da Rosinha no Rio de Janeiro.

De maneira mais ampla, o MDS juntamente com a SAGI, em duas pesquisas e o Instituto Pólis, em outra, buscaram explorar os conhecimentos, atitudes e práticas financeiras das famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais bem como o padrão de consumo, endividamento e acesso a serviços/produtos financeiros dessas famílias, com os beneficiários do PBF foi investigado como eles alocam os rendimentos mensais (MDS; SAGI, 2014a; MDS; SAGI, 2012b; MDS; SAGI, 2007c). A amostra desses estudos foi ampla, englobando todas as regiões do Brasil estratificadas pelo porte dos municípios, todavia esses estudos fornecem indicativos referentes sobre o tema em um contexto mais amplo, não buscando explorar especificamente cidades mais interioranas.

Esse panorama evidencia que a preocupação com a sociedade de baixa renda se dá principalmente em grandes metrópoles, onde o contexto social, as dificuldades ultrapassadas e as vulnerabilidades enfrentadas são distintas de localidades interioranas ou por meio de uma visão mais global da situação como as realizadas pelos órgãos governamentais. Diante disso, visualizou-se a necessidade de estudos que se aprofundem na compreensão das relações da sociedade de baixa renda em uma conjuntura específica como a Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

Essa região é caracterizada por uma economia voltada para agropecuária e o setor terciário, onde predominam as pequenas e as médias propriedades rurais, sendo o parque industrial dessa área é constituído por micro, pequenas e médias empresas, que, em geral, processam alguns produtos da agropecuária e produzem bens para o mercado regional (ALONSO, 2009). Dentre os 31 municípios que a compõe, o município de Santa Maria é a de maior representatividade, nela destacam-se os serviços de natureza pública, em especial ensino de nível superior e segurança nacional. Os demais municípios dessa mesorregião articulam-se em torno de Santa Maria, não havendo muito espaço para o surgimento de outros centros urbanos na região (MORAES, 2013).

Além dessas questões, o desempenho do PIB per capita também é um aspecto a ser salientado. Segundo pesquisa realizada por Moraes (2013), o PIB per capita da mesorregião Centro Ocidental é o mais baixo e o que apresentou menor crescimento de todas as sete mesorregiões apontadas pelo IBGE (2010). Esse panorama torna essa região ainda mais interessante para essa pesquisa, pois diante dessas dificuldades econômicas as oportunidades para essa gama da sociedade são ainda menores, havendo assim a necessidade de se compreender como estão as relações dessas pessoas, no caso dos beneficiários do PBF, com os recursos monetários, para que posteriormente possa-se sugerir o desenvolvimento de políticas que amenizem suas vulnerabilidades. A localização da Mesorregião no estado é exposta na Figura 06.

Figura 06 - Mapa do Rio Grande do Sul com destaque da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense



Fonte: (IBGE, 2010).

Para identificar a população a ser investigada utilizaram-se os dados disponíveis no portal da transparência no mês de outubro de 2014 (foi adotado o mês de outubro de 2014 como base, pois foi o último dado disponível antes do início da coleta de dados). Assim, a coleta foi realizada com base no número de beneficiários correspondentes a cada um dos 31 municípios pertencentes à Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense identificados naquele período. Por meio dessa coleta identificou-se que há 31.671 beneficiários do PBF nessa mesorregião (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2014).

Considerando a amplitude dessa população alvo, buscou-se por meio do processo de amostragem, o qual permite selecionar um número adequado de indivíduos de modo que se possam fazer generalizações de forma confiável, minimizar o número de entrevistados (MATTAR, 2005). Para isso, utiliza-se o método de Martins (2011) para determinar da amostra, sendo a estimativa apresentada na Equação 1.

$$\frac{n = (z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N)}{e^2(N-1) + z_g^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q}} \quad (1)$$



em que:

$n$  = tamanho da amostra;

$z_g$  = abscissa da distribuição normal padrão, fixado um nível de confiança  $g$ ;

$\hat{p}$  = estimativa da proporção  $p$ ;

$\hat{q} = 1 - \hat{p}$ ;

$N$  = tamanho da população;

$e$  = erro amostral (máxima diferença permitida entre  $p$  e  $\hat{p}$ ).

Para calcular o processo de amostragem considerou-se um erro amostral de 4%, com 95% de confiança e uma população finita de 31.671 indivíduos que representam o total de beneficiários da região escolhida para o estudo. A Tabela 02 apresenta a distribuição da população, dos beneficiários e da amostra coletada.

Tabela 02 – População, beneficiários e amostra.

Cidade	Nº Habitantes	Beneficiados	Amostra
Cacequi	13.676	1.483	28
Dilermando de Aguiar	3.064	317	6
Itaara	5.010	330	6
Jaguari	11.473	759	14
Mata	5.111	417	8
Nova Esperança do Sul	4.671	208	4
Santa Maria	261.031	11.377	212
São Martinho da Serra	3.201	270	5
São Pedro do Sul	16.368	1.046	19
São Sepé	23.798	1.572	29
São Vicente do Sul	8.440	786	15
Toropi	2.952	143	3
Vila Nova do Sul	4.221	457	9
<b>Total Microrregião de Santa Maria</b>	<b>363.016</b>	<b>19.165</b>	<b>357</b>
Agudo	16.722	928	17
Dona Francisca	3.401	233	4
Faxinal do Soturno	6.672	343	6
Formigueiro	7.014	584	11
Ivorá	2.156	88	2
Nova Palma	6.342	315	6
Restinga Seca	15.849	1.402	26
São João do Polêsine	2.635	125	2
Silveira Martins	2.449	114	2
<b>Total Microrregião de Restinga Seca</b>	<b>63.240</b>	<b>4.132</b>	<b>77</b>
Capão do Cipó	3.104	420	8
Itacurubi	3.441	468	9
Jarí	3.575	181	3
Júlio de Castilhos	19.579	1.450	27
Pinhal Grande	4.471	317	6
Quevedos	2.710	285	5
Santiago	49.071	2.742	51

Tabela 02 – População, beneficiários e amostra.

			(conclusão)
Cidade	Nº Habitantes	Beneficiados	Amostra
Tupanciretã	22.281	2.176	41
Unistalda	2.450	335	6
<b>Total Microrregião de Santiago</b>	<b>110.682</b>	<b>8.374</b>	<b>156</b>
<b>TOTAL</b>	<b>536.938</b>	31.671	590

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do IBGE (2010) e Portal da Transparência (2014).

Sendo assim, a amostra final a ser investigada seria de 590 famílias beneficiadas com o PBF, distribuídas entre as cidades da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense, sendo que cada município tem sua amostra específica baseada no número de beneficiários de cada município. Todavia, 595 questionários válidos foram coletados.

### 3.3 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi registrado no Gabinete de Projetos (GAP) do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) por meio do Sistema de Informação para o Ensino (SIE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Após esse procedimento, o projeto foi submetido ao Sistema Nacional de Informações sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (SISNEP), o qual tem por principal preocupação a proteção dos direitos dos sujeitos da pesquisa. A submissão ao SISNEP se deu via site Plataforma Brasil, base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos. Após a submissão, o projeto foi avaliado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da UFSM. Somente após o cumprimento de todos os trâmites e aprovação do projeto é que foi dado início a pesquisa.

Cumprindo com as exigências impostas pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) foi entregue juntamente com o questionário o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A). Somente participaram da pesquisa os sujeitos que, após a leitura do termo, concordaram, de forma livre e esclarecida, a responder à pesquisa. Conforme a Resolução, o Termo de Consentimento garante entre outras coisas, o esclarecimento, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia utilizada; a liberdade para desistir de participar da pesquisa, em qualquer uma das etapas, sem nenhum tipo de penalização ou prejuízo; indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa e; o sigilo quanto aos dados divulgados a fim de manter a privacidade do respondente.

A privacidade dos respondentes e a garantia de utilização dos dados única e exclusivamente para execução do presente trabalho foi assegurada mediante o Termo de Confidencialidade, Privacidade e Segurança dos Dados (Apêndice B), o qual foi assinado pela orientadora da pesquisa.

### 3.4 INSTRUMENTO DE COLETA

Para coletar os dados foi utilizado um questionário estruturado, com 93 questões fechadas, subdivididas em oito blocos de perguntas. Essa estrutura se deu posterior a execução de três etapas: tradução reversa, avaliação de especialistas e o pré-teste. Realizou-se esse processo, com o intuito de verificar se a semântica e os questionamentos estavam coerentes com o contexto social dessas pessoas, bem como se as perguntas estavam realmente questionando o que se pretendia investigar. De maneira mais detalhada, elucida-se que a tradução reversa foi realizada com algumas variáveis da parte inicial do instrumento (questões 11, 13, 14 e 15) e com as escalas de bem-estar financeiro, atitude financeira, comportamento financeiro e conhecimento financeiro, pois estas derivam de pesquisas internacionais. O processo de tradução foi realizado por duas pessoas em três etapas, as perguntas foram traduzidas do inglês para o português, do português para o inglês e finalmente para o português novamente. A avaliação por especialistas foi feita por três profissionais conhecedores da área de pesquisa.

Ressalta-se que o questionário foi desenvolvido de maneira ilustrada, sendo que em cada uma das questões há uma imagem que a representa. Optou-se por essa estratégia, pois o público alvo foram indivíduos carentes, na maioria das vezes com baixa escolaridade, assim esperava-se que as ilustrações os ajudassem a compreender, interpretar e responder os questionamentos mais facilmente. O questionário completo é apresentado no Apêndice C. A Figura 07 apresenta um resumo das questões que foram abordadas, contendo o tema de cada bloco, a quantidade de variáveis ou componentes e as referências utilizadas para elaborar o instrumento de coleta de dados.

Figura 07 - Resumo do instrumento de coleta de dados.

Tema	Questões	Referências
Sentimento dos beneficiários e relação ao recebimento dos recursos. Gestão, decisões, práticas e experiências financeiras	Da questão 1 a 35	Brasil (2009) MDS; SAGI (2014a), Adaptado de Shockey (2002); OCED (2013b).
Bem-estar Financeiro	Da questão 36 a 43	Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003)
Atitude Financeira	Da questão 44 a 53	Adaptado de Shockey (2002); OECD (2013b).
Atitude ao Endividamento	Da questão 54 a 62	Moura (2005)
Satisfação global de vida	Da questão 63 a 69	Hutz (2014).
Comportamento financeiro	Da questão 70 a 77	Shockey (2002); O'Neill e Xiao (2012); OCED (2013b).
Conhecimento Financeiro	Da questão 78 a 82	Rooij, Lusardi e Alessie (2011); OCED (2013b); Klapper, Lusardi e Panos (2013); <i>National Financial Capability Study</i> (NFCS, 2013).
Perfil	11 questões	Elaboradas pelos autores

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Para melhor compreender cada um desses subitens identificados na Figura 7, quais os elementos que os compõem, qual a dinâmica de interpretação que foi adotada e qual o objetivo de sua utilização desenvolve-se os seguintes tópicos.

### 3.4.1 Percepção do PBF, Situação Financeira, Alocação dos Recursos, Gestão Financeira e Ferramentas de gestão

A primeira seção do questionário foi estruturada com 35 variáveis de múltipla escolha, nas quais os entrevistados foram convidados a externalizar tanto suas percepções em relação ao PBF quanto suas experiências e comportamento em relação à situação financeira, alocação dos recursos, gestão financeira e ferramentas de gestão.

A primeira parte, abrange sete (da 1 a 5 e a 34 e 35) questões referentes a percepção dos beneficiários sobre o Programa Bolsa Família. Com essas variáveis buscou-se evidenciar se na visão desses indivíduos o recurso concedido pelo Governo Federal melhora ou não a sua qualidade de vida, o que eles pensam sobre o valor que recebem, qual a nota que dão ao programa, se estão conseguindo se alimentar bem, de que maneira auferem o recurso do PBF (cartão ou guia) e se já sofreram preconceito e onde isso ocorreu. Para estabelecer essas

indagações, buscou-se subsídio no instrumento de coleta de dados da pesquisa Domiciliar com os Beneficiários do Programa Bolsa Família desenvolvida pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação da Esplanada dos Ministérios no ano de 2009 (BRASIL, 2009). Com o resultado dessas informações foi possível compreender o impacto do programa na Mesorregião Centro Ocidental do Rio-Grandense.

A segunda parte desse bloco de perguntas refere-se à situação financeira, alocação do recursos, gestão financeira e ferramentas de gestão. O intuito desses questionamentos foi identificar principalmente como é a relação dos beneficiários do PBF com os recursos monetários, buscando assim identificar como eles gerenciam seus gastos. Para atingir esse objetivo, elencou-se 28 variáveis, as quais questionam o tempo em que o recurso do PBF é gasto, se possuem dívida, cartão de crédito, carnês de lojas, se estão dentro do orçamento mensal, quem decide como vai ser os gastos da família e por que essa pessoa toma essas decisões, qual a situação financeira que se encontram, se controlam os gastos mensalmente, se sentem-se financeiramente satisfeitos, se conseguem economizar, como alocam os recursos do PBF, qual a prioridade de gastar logo que recebe, se sobra algum montante desse benefício ao final do mês e o que é feito com ele, quando surge uma necessidade qual atitude tomar, como escolhe o lugar onde compra, se já teve o nome vinculado a algum cadastro negativo de dívida, se empresta ou já emprestou o nome para alguém e se possui conta em banco. A estruturação dessas questões se deu a partir da adaptação de modelos já aplicados por Shockey (2002), OCED (2013b), MDS e SAGI (2014a), Flores (2012) e Brasil (2009).

### **3.4.2 Bem-estar Financeiro**

O segundo bloco refere-se ao fator bem-estar financeiro, estabelecido com oito questões (da 36 a 43), as quais visaram identificar o sentimento dos indivíduos em relação à dívida, à preocupação com o cumprimento dos compromissos, à satisfação com a situação financeira e às perspectivas futuras. Para isso, foram utilizadas as questões elaboradas por Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) e adequadas ao escopo do projeto. Para mensurar esse construto utilizou-se uma escala do tipo *likert* de cinco pontos, com alternativa de resposta partindo de discordo totalmente (1), discordo (2), indiferente (3), concordo (4) a concordo totalmente (5). Como interpretação das respostas, tem-se que quanto maior for a concordância com as alternativas mais satisfeito o indivíduo estará com sua situação financeira. Todavia, atenta-se para o fato de que as questões 40, 41, 42 e 43 são invertidas, ou seja, quanto maior a

concordância menor o bem-estar financeiro. Na análise, para padronizar as questões, inverteu-se essas quatro questões para o mesmo sentido das demais.

### **3.4.3 Atitude financeira**

O terceiro bloco apresenta as questões referentes à atitude financeira. Para mensurar tal fator, utilizou-se um instrumento elaborado com base nas escalas de Shockey (2002) e da OECD (2013b). A escala da atitude financeira, composta por dez questões do tipo *likert* de cinco pontos, visou identificar como os indivíduos avaliam sua gestão financeira. Quanto mais o respondente discordasse das afirmações feitas, melhores seriam suas atitudes financeiras. Todavia, salienta-se que as questões 44 e 45 (“Para você, é importante definir metas para o futuro” e “Você acredita que a maneira como administra seu dinheiro vai afetar o seu futuro”) são invertidas, ou seja, quanto maior a concordância do entrevistado melhor seria sua atitude financeira. Para padronizar as respostas dessas duas questões, foi utilizada uma ferramenta do SPSS.

### **3.4.4 Atitude ao endividamento**

O quarto bloco, corresponde à escala de atitude ao endividamento, desenvolvida originalmente por Lea, Webley e Walker (1995) e validada no Brasil por Moura (2005). Assim a escala já validada no Brasil é composta por nove questões (da 54 a 62), as quais buscam identificar como os indivíduos se comportam com o uso do dinheiro, como planejam suas aquisições, se acha adequado o consumo a prazo, o que pensam sobre a aquisição de empréstimos com amigos entre outros questionamentos ligados aos recursos financeiros e a probabilidade de executar tarefas que possam torná-los mais propensos ao consumo. Nesse sentido, se a pessoa respondesse um, representava ser menos propensa ao endividamento, se marcar cinco teria uma tendência maior de acumular níveis elevados de dívida, sendo a escala do tipo *likert* de cinco pontos. Ressalta-se que as questões 58, 59, 60, 61 e 62 são invertidas, tal como descrito na escala anterior, essas variáveis passaram por um tratamento estatístico para que ficassem com o mesmo processo interpretativo que as demais alternativas.

### **3.4.5 Satisfação global de vida**

O quinto bloco de questões buscou avaliar a satisfação global de vida das pessoas, a fim de identificar se os entrevistados são satisfeitos com suas vidas, com o seu jeito de ser, se possuem tudo o que precisam e se são felizes e realizados. Para isso, adaptou-se a escala global de satisfação desenvolvida e validada por Hutz (2014). A escala original é formada por dez variáveis, mas posterior a uma análise de conteúdo (realizada para adequar a escala ao contexto do estudo) optou-se por utilizar sete (da 63 a 69) questões com escala do tipo *likert* de cinco pontos. Quanto maior fosse o nível de concordância com as afirmações, melhor seria a percepção do indivíduo em relação a sua vida.

### **3.4.6 Comportamento financeiro**

O aspecto comportamento financeiro representa o sexto bloco de perguntas. O objetivo foi identificar o comportamento financeiro mantido pelos respondentes por meio da adaptação das escalas propostas por Shockey (2002), O'Neill e Xiao (2012) e pela OCED (2013b). Das questões elaboradas por estes autores, oito (da 70 a 77) foram selecionadas e adaptadas para compor o questionário. A finalidade foi identificar qual o nível de comportamento financeiro dos indivíduos, se atuam de forma a proteger ou arriscar seus recursos monetários, com variáveis referentes ao controle dos gastos, comparação de preços e poupança. Ressalta-se que quanto menor a frequência do respondente nas afirmações feitas, pior seria o seu comportamento no gerenciamento de suas finanças, pois a escala *likert* de cinco pontos teve como alternativa de resposta nunca (1), quase nunca (2), às vezes (3), quase sempre (4) e sempre (5).

### **3.4.7 Conhecimento financeiro**

Na sétima parte do questionário foram expostas cinco questões (da 78 a 82) referentes ao conhecimento financeiro, etapa onde os entrevistados foram convidados a pensarem sobre questões financeiras e marcar uma alternativa que considerassem correta, sendo que em cada uma das perguntas existia apenas uma alternativa verdadeira. Assim foi construído um índice que teve por base questões de múltipla escolha adaptadas de Rooij, Lusardi e Alessie (2011), OCED (2013b), Klapper, Lusardi e Panos (2013) e pela National Financial Capability Study (NFCS, 2013).

O objetivo dessas perguntas foi explorar o nível de conhecimento dos respondentes em relação a questões de taxa de juros, valor do dinheiro no tempo, matemática básica, risco e

retorno e inflação. Assim, teve-se um panorama de como estão os conhecimentos financeiros dos beneficiários do PBF, possibilitando a identificação de uma maior ou menor necessidade de cursos que capacitem esses indivíduos a compreenderem os aspectos inerentes aos recursos monetários.

Para isso, o índice de conhecimento financeiro foi composto pela soma dos acertos obtidos pelo respondente em cada uma das questões. O peso atribuído a cada pergunta foi de um, o qual foi fixado a partir de uma média aritmética das cinco questões. Dessa forma, a pontuação do índice de conhecimento financeiro irá variar de zero (pontuação obtida se o entrevistado errar todas as questões) a cinco (pontuação obtida caso o entrevistado acerte todas as questões). De acordo com a pontuação obtida, os respondentes foram classificados como detentores de baixo nível de conhecimento financeiro (pontuação inferior a 60% do máximo, ou seja, pontuação até 3), nível mediano de conhecimento financeiro (entre 60% e 79% da pontuação máxima, ou seja, pontuação de 3 a 4) e alto nível de conhecimento financeiro (acima de 80% da pontuação máxima, ou seja, pontuação de 4 a 5). Tal classificação foi estabelecida por Chen e Volpe (1998).

### **3.4.8 Perfil dos respondentes**

Na última seção foram listadas as questões referentes ao perfil dos respondentes, as quais visaram caracterizar as famílias entrevistadas, proporcionando maior conhecimento dos beneficiários do PBF da mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense. As variáveis inerentes a esse bloco são: idade, gênero, estado civil, número de dependentes, tipo de moradia, se trabalha, nível de escolaridade, número de pessoas que residem na mesma casa, quais desses trabalham, qual a ocupação do respondente, quanto ganha do Programa Bolsa Família e qual o total da renda mensal familiar.

## **3.5 FORMA DE COLETA DOS DADOS**

Inicialmente, para ajuizar o questionário, foi realizado um pré-teste com uma pequena amostra de beneficiários do PBF, que visou identificar possíveis irregularidades no questionário, ou seja, se a estrutura, os questionamentos e a semântica estavam sendo compreendidas pelo público alvo. Com esses resultados foram realizadas as alterações necessárias e posteriormente iniciada a coleta efetiva dos dados. Para efetivar essa etapa, os questionários foram aplicados em ambiente externo, a partir do contato direto com indivíduos



que se mostraram favoráveis em responder a pesquisa. Aqueles que se mostraram dispostos a participar foram abordados individualmente, em formato de entrevista. O pesquisador leu cada uma das perguntas e o entrevistado acompanhou, respondendo uma a uma. Optou-se por esse contato mais direto para garantir maior compreensão por parte dos pesquisados.

O contato com essas pessoas se deu de duas maneiras: inicialmente os pesquisadores tentaram auxílio nas prefeituras, para que essas direcionem a pesquisa a estabelecimentos com os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) ou postos médicos que atendessem um grande número de beneficiários, caso esse contato não tenha sido efetivado os entrevistadores se deslocavam até os bairros e abordavam as pessoas questionando inicialmente se eram beneficiárias do PBF, e posteriormente se estariam dispostos a participar da pesquisa. Salienta-se que a pesquisa foi realizada apenas com os titulares dos benefícios, pois são eles que recebem e na maioria das vezes gerem o dinheiro, assim teve-se uma maior veracidade da gestão financeira familiar.

### 3.6 TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

O processamento dos dados foi realizado nos softwares SPSS e AMOS. A análise de dados foi realizada em duas fases: a estatística descritiva e a estatística multivariada. Inicialmente, com o intuito de conhecer o perfil dos participantes da pesquisa foi realizada a estatística descritiva que, segundo Freund (2006) resume e descreve os dados amostrais. Sendo assim, a estatística descritiva compromete-se em caracterizar a amostra e descrever o comportamento dos indivíduos em relação a cada um dos construtos pesquisados: avaliação do Programa Bolsa Família, situação financeira, alocação dos recursos, gestão financeira, ferramentas de gestão, Alfabetização Financeira (Conhecimento, Atitude e Comportamento Financeiro), Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida. Para isso, foram desenvolvidos dois processos, o primeiro utilizando as frequências, evidenciou as características principais do grupo pesquisado e dos processos de situação e gestão financeira, já a segunda, através do cálculo das médias, da mediana e do desvio-padrão, salientou o comportamento dos entrevistados referente aos construtos investigados.

Na etapa seguinte, com o objetivo de validação dos construtos foi utilizada a Análise Fatorial Confirmatória (AFC), por meio do *software* AMOS. Para o processo de estimação de cada modelo, deve-se escolher o tipo de matriz de entrada, os critérios para a estimação dos parâmetros e o processo de estimação a ser utilizado. Assim, como a matriz de entrada foi utilizada a matriz de variância-covariância, como critérios para estimação adotou-se o de

máxima verossimilhança e como processo de estimação do modelo foi realizado o procedimento de *bootstrapping* (HAIR et al., 2010; KLINE, 2011).

Tendo esses procedimentos delimitados, passou-se para a validação dos modelos de mensuração. Neste contexto, Byrne (2010) considera necessária a análise de diversos índices de ajustamento, de forma a avaliar a adequabilidade do modelo proposto aos dados da amostra. Assim, foi verificada a validade convergente, a confiabilidade e a unidimensionalidade de cada construto, seguindo recomendação de Hair et al. (2010). Primeiramente, a validade convergente de cada construto foi analisada pela observação da magnitude e significância estatística dos coeficientes padronizados, bem como pelos índices de ajustes absolutos. Já a confiabilidade foi avaliada pelo índice de confiabilidade e *Alfa de Cronbach*. A Figura 08 evidencia os índices de ajustes, suas finalidades e limites (representam a validade convergente do modelo), bem como os testes de confiabilidade, seguidos de suas finalidades e limites.

Figura 08 - Descrição dos índices de ajuste e confiabilidade seguidos de suas finalidades e limites.

<b>Índices de ajuste</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Limites</b>
Qui-quadrado (Valor) Qui-quadrado (probabilidade) Graus de liberdade	- Significância das diferenças entre a matriz observada ( $\Sigma$ ) e a matriz estimada ( $\Sigma\Theta$ ). Quando a amostra é grande ele tende a ser significativo, assim testa-se Qui-quadrado / Graus de liberdade;	Qui-quadrado / Graus de liberdade < 3
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	- Representa o grau geral de ajuste, não sendo ponderada em termos dos graus de liberdade;	> 0,95
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	- Medida comparativa global entre os modelos estimado e nulo;	> 0,95
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	- Indica a proporção em que o ajuste do modelo proposto é melhor que o ajuste do modelo nulo;	> 0,95
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	- Apresenta interpretação similar ao NFI incluindo uma medida de ajuste para a complexidade do modelo;	> 0,95
RMSR - <i>Root Mean Square Residual</i>	- Comparar o ajuste de dois modelos diferentes elaborados a partir da mesma base de dados;	< 0,05
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	- Representa a discrepância entre a matriz de covariância observada e estimada pelo grau de liberdade.	< 0,08
<b>Confiabilidade</b>	<b>Finalidade</b>	<b>Limites</b>
Índice de Confiabilidade <i>Alfa de Cronbach</i>	- Verificam a consistência interna de uma escala agregada com base na correlação média entre os pares de indicadores	> 0,7

Fonte: Elaborado pela autora com base em Byrne (2010); Hair et al. (2010); Schumacker e Lomax (1996); Hooper et al. (2008) e Kline (2011).

Por fim, foi verificada a unidimensionalidade, que indica o grau em que um conjunto de itens representa apenas um construto ou ainda a existência de um construto subjacente a

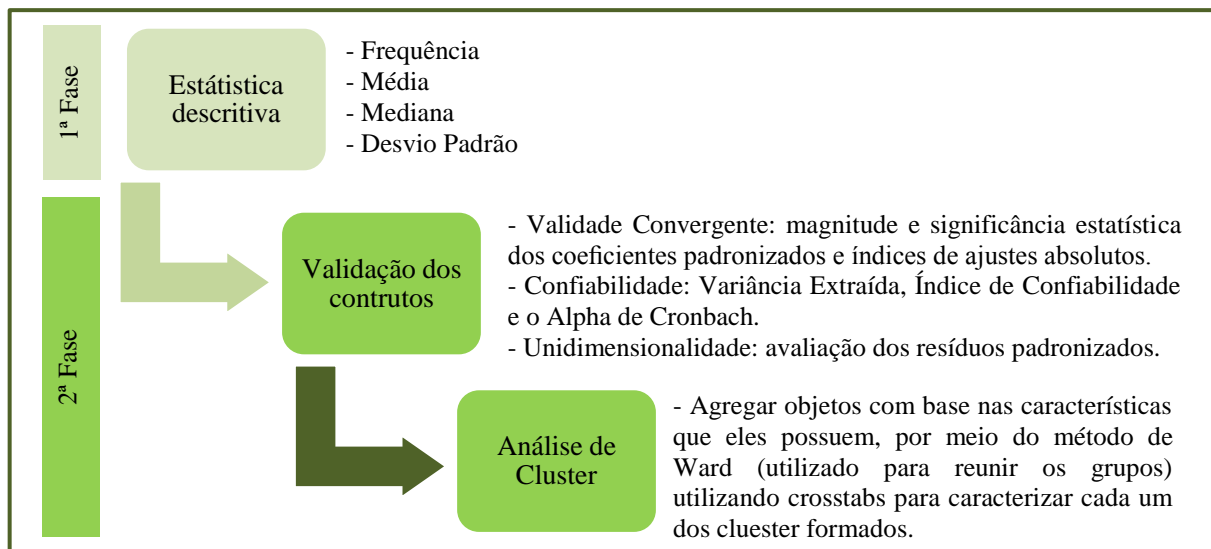
um conjunto de itens (GARVER; MENTZER, 1999). Sua avaliação foi realizada a partir da identificação dos resíduos padronizados relativos aos indicadores de cada variável latente. Resíduos padronizados com valores elevados podem indicar que os itens não são unidimensionais, ou seja, são inadequados. Nesse sentido, foram considerados unidimensionais os construtos que apresentaram, para um nível de significância de 5%, resíduos padronizados inferiores a 2,58 (HAIR et al., 2010).

Após realizar a análise fatorial confirmatória dos construtos, foram formados os indicadores de Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida, para os quais se aplicou a análise de *cluster*, também conhecida como análise de conglomerados. Segundo Hair et al. (2010), esta análise pode ser definida como um grupo de técnicas multivariadas cuja finalidade primária é agregar objetos com base nas características que eles possuem. De acordo com Malhotra (2011), os conglomerados obtidos devem apresentar tanto uma homogeneidade interna (dentro de cada conglomerado), assim como heterogeneidade externa (entre conglomerados), se diferenciando dos demais. Como método de aglomeração foi utilizado o Ward, também denominado método da variância. O método de Ward foi selecionado por ser um dos mais consistentes para escalas intervalares (HAIR et al., 2010).

Após conhecer o *cluster* ao qual cada indivíduo pertence, calcularam-se as estatísticas descritivas dos construtos dentro de cada *cluster*, para conhecer o nível de Conhecimento Financeiro, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida de cada grupo formado. Além disso, a fim de verificar se há diferença significativa entre os grupos, aplicou-se o teste de diferença de média (Teste ANOVA). Para aprofundar-se na caracterização dos clusters, realiza-se a estatística descritiva das variáveis vinculadas aos aspectos de gestão, situação financeira, ferramentas e perfil nos diferentes grupos da amostra pesquisada. Nessa etapa todas as variáveis da questão 1 a 35 e todas referentes ao perfil foram testadas, mas apenas as que mostraram significância estatística por meio do teste de Qui-Quadrado foram apresentadas.

A Figura 09 apresenta uma síntese das técnicas e métodos de análise dos dados que foram utilizadas nesse estudo e da finalidade de aplicação de cada uma delas.

Figura 09 – Resumo das técnicas de análise e finalidade de sua aplicação



Fonte: Elaborado pela autora (2015).

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da coleta de dados, junto aos beneficiários do Programa Bolsa Família, nos 31 municípios pertencentes à Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense. Assim, o capítulo é subdividido em quatro seções, sendo apresentados, na primeira parte, o perfil, a situação financeira, onde alocam o dinheiro do PBF, como geram seus recursos e quais as ferramentas que utilizam. A segunda seção contempla a estatística descritiva das variáveis pertencentes aos fatores Atitude Financeira, Conhecimento Financeiro, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e a Satisfação Global de Vida dos respondentes. Na terceira etapa foram validados os construtos individualmente e por fim, no último processo de análise foram formados clusters, aglomerando indivíduos com características semelhantes e os caracterizando.

### 4.1 ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Inicialmente, buscando compreender quais as características dos beneficiários do Programa Bolsa Família na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense investigam-se as variáveis de perfil. A Tabela 03 apresenta o perfil dos respondentes.

Tabela 03 – Perfil dos respondentes segundo as variáveis: idade, gênero, dependentes, residência onde mora, escolaridade, quem trabalha que mora na residência, ocupação, benefício do PBF, renda bruta familiar.

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Idade	Até 29 anos	141	23,7
	De 30 a 36 anos	142	23,9
	De 37 a 45 anos	173	29,1
	Mais de 45 anos	139	23,4
Gênero	Masculino	14	2,4
	Feminino	581	97,6
Estado civil	Casado(a)	287	48,3
	Solteiro(a)	182	30,6
	Viúvo(a)	25	4,2
	Separado(a)	100	16,8
Possui dependentes (filhos, enteados, menores, etc.):	Não	26	4,4
	Sim	569	95,6
A casa onde você mora é:	Própria	399	67,1
	Alugada	61	10,3
	Financiada	40	6,7
	Emprestada	86	14,5
	Outros	9	1,5

Tabela 03 – Perfil dos respondentes segundo as variáveis: idade, gênero, dependentes, residência onde mora, escolaridade, quem trabalha que mora na residência, ocupação, benefício do PBF, renda bruta familiar.

(conclusão)			
Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Qual seu nível de escolaridade?	Nunca estudou.	37	6,2
	Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série (antigo Primário)	192	32,4
	Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série	226	38,1
	Ensino Médio incompleto (antigo 2º Grau)	49	8,3
	Ensino Médio (antigo 2º Grau)	86	14,5
	Faculdade (Ensino Superior)	3	0,5
	Quem trabalha na sua casa?	Você	305
Parceiro(a)		285	40,2
Filhos		86	12,1
Netos		0	0,0
Pais		13	1,8
Irmãos		8	1,1
Avós		1	0,1
Outros		11	1,6
Qual é a sua ocupação?	Assalariado (com carteira de trabalho assinada)	64	10,8
	Assalariado (sem registro em carteira de trabalho)	23	3,9
	Funcionário Público	1	0,2
	Autônomo regular (Paga ISS)	13	2,2
	Free-lance / Bico	128	21,6
	Estagiário/aprendiz (Remunerado)	1	0,2
	Dona de casa	234	39,5
	Só aposentado	13	2,2
	Só estudante	14	2,4
	Desempregado (à procura de emprego)	33	5,6
	Desempregado (não procuro emprego)	15	2,5
	Outra	54	9,1
Quanto você recebe por mês do Programa Bolsa Família	Até 112 reais.	199	33,4
	De 112,01 a 147 reais	109	18,3
	De 147,01 a 212 reais	140	23,5
	Mais de 212,01 reais	147	24,7
Qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis, bicos?	Até 100 reais	9	1,5
	De 100 a 200 reais	31	5,2
	De 200 a 500 reais	161	27,1
	De 500 a 700 reais	89	15,0
	De 700 a 800 reais	108	18,2
	De 800 a 1.000 reais	110	18,5
	De 1.000 a 1.500 reais	58	9,8
	De 1.500 a 2.000 reais	17	2,9
	Mais de 2.000 reais	11	1,9

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A idade foi subdividida em quatro intervalos, nos quais há grande diversidade de faixas etárias, 27% possuem até 29 anos, 23,9% estão no intervalo de 30 a 36 anos, 25,2% encontram-se de 37 a 45 anos e 23,4% têm mais de 45 anos. Essa diversidade não é verificada ao observar o gênero, pois dentre os pesquisados apenas 14 são homens, essa característica ratifica a discussão acerca da priorização do Governo Federal em conceder o benefício do PBF preferencialmente às mulheres, pois estas são consideradas mais conhecedoras das necessidades da família e tendem a utilizar o benefício em prol da alimentação e melhores condições de vida para seus filhos (TRALDI; ALMEIDA; FERRANTE, 2012). Esse resultado torna-se mais esclarecedor pelo fato de que, na aplicação da pesquisa, nenhuma imposição foi realizada a respeito da coleta ser realizada exclusivamente com mulheres, a exigência era ser o titular do PBF, mas mesmo com essa liberdade apenas 14 homens foram entrevistados ampliando as evidências de que o recurso do PBF realmente é direcionado ao gênero feminino maximizando assim, suas responsabilidades diante das decisões financeiras familiares.

Verificando o estado civil, identifica-se que a maior parte dos entrevistados são casados (48,3%) ou solteiros (30,6%), havendo ainda 16,8% de separados e apenas 4,2% viúvos. Investigando a existência de dependentes, constata-se que a maioria dos pesquisados possuem filhos (95,6%), isso corrobora o fato de o PBF priorizar a disponibilização dos recursos para famílias que possuem dependentes, principalmente crianças e adolescentes de até 17 anos, que são considerados mais vulneráveis. Quanto à residência, 67,1% diz possuir casa própria, provavelmente por que a maior parte das prefeituras dos municípios visitados concedem as famílias pobres ou extremamente pobres, as chamadas residências populares. Além destes, ainda visualiza-se 14,5% residentes em moradia emprestada, 10,3% alugada e 6,7% financiada.

Quanto ao nível de escolaridade, constatou-se que 76,7% dos pesquisados estudaram até a 8ª série (ensino fundamental), essa característica não se restringe apenas a esta amostra. Um estudo realizado com o mesmo público alvo no bairro de Manguinhos – RJ, cidade metropolitana com condições completamente distintas das cidades onde este estudo foi desenvolvido também evidenciou que a maioria dos entrevistados (82,1%) possuem apenas o ensino fundamental (PINTO, 2010). Assim, ratifica-se o baixo nível educacional dos beneficiários do PBF, o que enaltece a importância da vinculação do programa a algum tipo de ação voltada à ampliação do nível educacional dessas pessoas. Essa estratégia poderia ampliar a própria qualidade de vida dessa parcela da população, que com maior escolaridade teria maiores conhecimentos e melhores oportunidades de trabalho.

Observando a ocupação, exibe-se que 43,0% trabalham, sendo que os parceiros também possuem vínculo empregatício. Todavia, grande parte dessas atividades são realizadas informalmente (21,6%), normalmente como diaristas ou atividades domésticas de donas de casa (39,5%). Apenas 8,7% dos pesquisados possuem emprego formal ou aposentadoria. Por meio dessas atividades auferem uma renda mensal média de R\$200,00 a R\$500,00 (27,1%), sendo que parte desse valor é decorrente do PBF que transfere até R\$112,00 para 33,4% dos entrevistados, de R\$112,01 a R\$147,00 para 18,3%, de R\$147,01 a R\$212,00 para 23,5% e mais de R\$212,01 para 24,7% dos pesquisados. Visualizando essas condições, Traldi, Almeida e Ferrante (2012) enaltecem a importância da transferência de renda do PBF, pois em seus estudos, também verificaram que cerca de 64% dos beneficiários que possuem renda menor do que um salário mínimo, sendo o valor concedido pelo programa indispensável para a satisfação das necessidades básicas.

Por meio dessas características, pode-se identificar um perfil específico, de indivíduos com uma estrutura familiar consolidada, cônjuge e filho, casa própria, baixo nível de escolaridade e sazonalidade no aspecto empregatício, o que vinculado aos baixos níveis de renda maximiza as vulnerabilidades e dificuldades na manutenção de uma qualidade de vida mínima. Dadas essas características, a importância do PBF se amplia, pois o recurso recebido torna-se indispensável na vida dessas pessoas, sendo este, na maioria das vezes, o único rendimento fixo auferido por essas pessoas (COLLINS et al., 2009). Na Tabela 04 são apresentadas as variáveis relacionadas à percepção dos entrevistados em relação ao PBF.

Tabela 04 - Percepção dos beneficiários em relação ao Programa Bolsa Família

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Depois que passou a receber o benefício do Programa Bolsa Família, a sua vida:	Piorou Muito	0,00	0,00
	Piorou	1,00	0,17
	Continua Igual	75,00	12,63
	Melhorou	402,00	67,68
	Melhorou Muito	116,00	19,53
De 0 a 10, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota, que nota você dá para o Programa Bolsa Família?	0	2,00	0,34
	1	1,00	0,17
	2	1,00	0,17
	3	3,00	0,50
	4	5,00	0,84
	5	32,00	5,38
	6	15,00	2,52
	7	33,00	5,55
	7,5	1,00	0,17
	8	92,00	15,46
	9	74,00	12,44
10	336,00	56,47	



Tabela 04 - Percepção dos beneficiários em relação ao Programa Bolsa Família (conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Pensando na quantidade de alimentos consumidos na sua casa, em um mês, você diria que:	Muitas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.	96,00	16,16
	Algumas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.	217,00	36,53
	Sempre é suficiente para todos se alimentarem bem.	281,00	47,31
Alguma vez você, ou alguém da sua família, sofreu algum preconceito ou constrangimento, pelo fato de receber o Bolsa Família?	Sim	112,00	18,86
	Não	482,00	81,14
Onde isso aconteceu?	Na escola.	12,00	2,03
	No serviço de saúde.	3,00	0,51
	No local de recebimento do benefício.	6,00	1,01
	No local de trabalho.	13,00	2,20
	Na comunidade onde mora(m).	56,00	9,46
	Em prefeituras.	2,00	0,34
	Em algum outro lugar.	15,00	2,53
Não se aplica.	485,00	81,93	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ressalta-se inicialmente a percepção positiva em relação à inserção no PBF, pois 67,68% dos entrevistados relataram que as condições de vida melhoraram e 19,53% elucidaram que a vida melhorou muito. Além disso, quando instigados a atribuir uma nota ao programa 56,47% apontaram a nota máxima (10), corroborando a visão favorável dos entrevistados. Esse panorama é ratificado por pesquisas anteriores, que já indicavam uma visão dos beneficiários de que a vida melhora com o PBF (SANTOS et al., 2014; BRASIL, 2009). Segundo Fonteles et al. (2011), isso se dá pelo fato de o programa proporcionar aos seus beneficiários uma maior segurança financeira, autonomia na tomada de decisão, independência, ampliação da capacidade de compra e da manutenção de uma qualidade de vida mínima.

Outra evidência disso é que a maior parte dos entrevistados (47,31%) sempre possuem alimentos suficientes para toda família, indo ao encontro com os resultados de Almeida, Mesquita e Silva (2014) que observaram um efeito positivo do PBF na alimentação, ampliando a segurança nutricional e alimentar dessas famílias. No entanto, ainda há aqueles que relatam que algumas vezes os alimentos consumidos não são suficientes (36,53%) ou em casos mais críticos, muitas vezes a comida não é suficiente para todos se alimentarem bem (16,16%). Justifica-se essa vulnerabilidade por essas pessoas viverem em condições de extrema restrição orçamentária, sendo que o recurso advindo do PBF pode não ser suficiente

para suprir essas necessidades. Como sugestão pra minimizar essa adversidade Monteiro e Schmidt (2014) apontam políticas públicas que promovam práticas alimentares saudáveis e garantam que o acesso seja regular e permanente.

Vale observar ainda, a receptividade de outras pessoas com os beneficiários do PBF. Para isso, questiona-se se eles já haviam sofrido algum preconceito por participarem do programa e 81,14% dos respondentes alegaram que não, sendo 9,46% dos que sofreram algum preconceito, este ocorreu na comunidade onde moram. Esse resultado é de extrema relevância, pois demonstra uma mudança na percepção da sociedade, já que por muitos anos os pobres foram associados a marginais, e os beneficiários do PBF além desse “rótulo”, também eram acusados de acomodados (SANTOS; PIRES, 2014).

Posterior à investigação das características dos entrevistados e da percepção destes acerca do PBF, adentra-se no foco desse estudo, os aspectos financeiros vinculados a essas famílias. A Tabela 05 evidencia a percepção dos beneficiários em relação ao valor concedido pelo programa.

Tabela 05 - Percepção dos beneficiários em relação ao valor concedido pelo Programa Bolsa Família

<b>Variáveis</b>	<b>Alternativas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Na sua opinião, o valor que a sua família recebe do Programa Bolsa Família é:	Muito Baixo	220,00	36,97
	Suficiente	149,00	25,04
	Médio	192,00	32,27
	Alto	31,00	5,21
	Bastante Alto	3,00	0,50

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A ampliação da qualidade de vida dos beneficiários do PBF, já discutida anteriormente, se dá em grande parte pelo programa disponibilizar aos pobres ou extremamente pobres um montante monetário mensal que subsidia parte das necessidades. Todavia, a maior parte dos entrevistados alegaram que esse valor é muito baixo (36,97%), suficiente (25,04%) e médio (32,04%), tendo apenas 0,5% percebido como um valor bastante alto. Santos et al. (2014) ratifica, esclarecendo que os beneficiários sentem-se realizados pela possibilidade de ampliação da renda por meio de um programa social, no entanto este não é suficiente para suprir todas as necessidades para a emancipação sustentada da família. Para aprofundar-se nas condições financeiras dessas famílias, apresenta-se a Tabela 06.

Tabela 06 - Situação Financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Qual a frase que MELHOR descreve a situação do dinheiro que a sua família ganha a cada mês?	Geralmente, têm mais do que precisam para pagar todas as contas mensais e podemos.	9,0	1,5
	Pagam todas as contas e de vez em quando sobra um pouco para comprarmos coisas extras.	98,0	16,5
	Pagam todas as contas e têm o suficiente para gastos esporádicos (ex. presentes de aniversário).	77,0	13,0
	Pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras.	217,0	36,5
	Geralmente, não conseguem pagar todas as despesas mensais.	193,0	32,5
Com relação aos seus gastos, você diria que:	Gasta mais do que ganha.	316,0	53,1
	Gasta igual ao que ganha.	199,0	33,4
	Gasta menos do que ganha.	80,0	13,4
Em quanto tempo o recurso do Bolsa Família é gasto?	Quando recebo já estou com todo o dinheiro gasto.	319,0	53,8
	Em uma semana.	165,0	27,8
	Em duas semanas.	69,0	11,6
	Em três semanas.	21,0	3,5
	Em um mês.	17,0	2,9
Você possui dívidas?	Não possui dívidas.	219,0	36,8
	Sim, com algum banco/financeira.	69,0	12,8
	Sim, no supermercado do bairro.	141,0	26,3
	Sim, com amigo e/ou colegas.	35,0	6,5
	Sim, com lojas de crediário próprio (Quero-Quero).	229,0	42,6
	Sim, com agiotas	-	-
	Sim, com familiares.	25,0	4,7
Você já teve, ou tem, seu nome ligado ao cadastro negativo? (Nome sujo na praça).	Não	208,0	35,0
	Sim, já esteve no passado.	152,0	25,6
	Sim, está atualmente.	234,0	39,4
Você já emprestou seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?	Não	278,0	47,1
	Sim, já emprestou.	277,0	46,9
	Sim, está emprestando.	35,0	5,9
No geral, quanto satisfeito você está com sua situação financeira?	Totalmente Insatisfeito.	39,0	6,6
	Insatisfeito.	194,0	32,6
	Indiferente.	124,0	20,8
	Satisfeito.	220,0	37,0
	Totalmente Satisfeito.	18,0	3,0

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Analisando a situação financeira dessa parcela da população, atenta-se para um cenário bastante adverso. Quando questionados a respeito do pagamento das despesas mensais a resposta com maior representatividade revela que os entrevistados pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras (36,5%), ou em casos mais críticos, não

conseguem pagar todas as despesas mensais (32,5%) gerando acúmulo de contas. Esse panorama é agravado pelo fato da maior parte deles evidenciarem gastar mais do que ganham (53,1%), sendo que o dinheiro auferido do PBF já está todo comprometido (53,8%) no ato do recebimento ou é consumido na primeira semana (27,8%). De acordo com Zerrenner (2007), indivíduos de baixa renda chegam a essas condições, pois os recursos disponíveis não são suficientes para suprir as necessidades da família, fazendo com que estas se endividem.

E esse contexto econômico é o que faz com que o percentual de pessoas com algum tipo de conta em atraso na amostra investigada chegue a 63,2%, principalmente com lojas de crediários (80,2%) ou supermercados (26,3%). Esse perfil da dívida confirma o fato das mulheres serem as responsáveis por gerenciar os recursos monetários dessas famílias, pois são elas que normalmente se preocupam com itens domésticos (CARVALHO; ALVES, 2010) como a aquisição de móveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos comprados em lojas de crediário próprio (Becker, Obino ou Quero-Quero). Esse crediário próprio fornecido por estas lojas estimula o consumo e faz com que essas famílias, mesmo sem condições, comprem o que desejam observando apenas se a parcela “cabe no bolso”, mas acabam sobrepondo uma parcela a outra ultrapassando muitas vezes as condições de pagamento, chegando assim ao endividamento (PLANO CDE; BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES, 2012). O nível elevado de dívida em supermercado também corrobora as inquietações das mães das famílias com a manutenção de uma alimentação mínima nomeadamente aos filhos, revelando que mesmo em situações precárias algumas delas mantêm o consumo de alimentos como evidenciado por Traldi, Almeida e Ferrante (2012).

Perante todas essas controvérsias, 39,4% dizem estar com o nome vinculado a algum cadastro de dívida ativa, 25,6% já estiveram com o nome nessa situação e 35% nunca chegaram a condições tão críticas. Dentre as justificativas para tal adversidade, muitos apontam o ato de terem emprestado o nome para alguma outra pessoa (46,9%), mas observando o risco dessa atitude no momento apenas 5,9% dos entrevistados estão emprestando o nome para alguém. Lucke et al., (2014) esclarecem que quando os problemas financeiros chegam a patamares em que o nome do indivíduo é vinculado a um cadastro de dívida ativa, as dificuldades afloram-se ainda mais.

Mesmo diante desse cenário, 37% das entrevistadas relataram estarem satisfeitas com as suas condições financeiras. Esse fato pode ser justificado pela concessão do benefício do PBF, que de certa maneira amenizou as dificuldades vivenciadas por essas famílias, que a partir do recebimento do recurso ampliam suas possibilidades de consumo e qualidade de vida (SOUZA; LAMOUNIER, 2010).

Dada a situação financeira vivenciada por estas famílias, busca-se analisar como essas famílias geram o pouco de recursos monetários disponíveis, assim inicialmente verifica-se onde elas alocam esse dinheiro (Tabela 07).

Tabela 07 - Onde os beneficiários do PBF alocam seus recursos financeiros

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
No dia em que você recebe o dinheiro do Bolsa Família, o que você faz primeiro:	Paga suas dívidas (prestação de lojas, carnês).	77,0	13,4
	Compra material escolar para as crianças.	65,0	11,3
	Compra passagens para o transporte.	16,0	2,8
	Compra remédio.	29,0	5,1
	Compra alimentos.	230,0	40,1
	Paga as contas de água/luz/gás/aluguel.	92,0	16,1
	Compra roupas/calçados/créditos para o celular.	40,0	7,0
	Guarda o dinheiro.	10,0	1,7
	Outros.	14,0	2,4
<b>Como você gasta o dinheiro do Programa Bolsa Família?</b>			
Paga suas dívidas (prestação de lojas, carnês).	Não	381	64,0
	Sim	214	36,0
Compra material escolar para as crianças.	Não	122	20,5
	Sim	473	79,5
Compra passagens para o transporte.	Não	518	87,2
	Sim	76	12,8
Compra remédios.	Não	209	35,2
	Sim	385	64,8
Compra alimentos.	Não	76	12,8
	Sim	519	87,2
Paga as contas de água/luz/gás/aluguel.	Não	295	49,6
	Sim	300	50,4
Compra roupas/calçados/créditos para o celular.	Não	227	38,2
	Sim	368	61,8
Compra bebidas alcoólicas e/ou cigarro.	Não	579	97,3
	Sim	16	2,7
Compra bens duráveis (geladeira, televisão, etc.).	Não	515	86,7
	Sim	79	13,3
Guarda o dinheiro.	Não	499	84,0
	Sim	95	16,0

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Quanto à alocação dos recursos, percebe-se que as famílias beneficiadas investem mais em alimentação, sendo que 40,1% dos respondentes apontam a comida como a prioridade nos gastos mensais. Em segundo lugar revela-se o desembolso com as contas de água/luz/gás/aluguel (16,1%), posteriormente o pagamento das prestações de lojas (carnê de

crediário, 14,4%) e compra de material escolar (11,3%). Sampaio e Sousa (2013) confirmam esses resultados, especificando que existem diferenças significativas entre os gastos com alimentação, material escolar e aquisição de bens realizados pelos beneficiários antes e depois que receberam o dinheiro do PBF.

Ratificando esses resultados, questionou-se para quais dos itens listados o pesquisado fazia uso do recurso auferido pelo PBF, sendo que para as respostas favoráveis o entrevistado marcava sim e para os itens não adquiridos com esse dinheiro marcava não. Mais uma vez a alimentação destacou-se, sendo que 87,2% do total alegaram utilizar o dinheiro do PBF para ampliar o consumo de alimentos. Na sequência, 79,5% utilizam o recurso para compra de material escolar para as crianças, 64,8% relatam utiliza-lo também para remédios, 61,8% para compra de roupas, calçados e créditos para celular e 50,4% para arcar com as contas de água, luz, gás e aluguel. Em contrapartida, apontam não utilizar o dinheiro para comprar bebidas alcoólicas e/ou cigarro (97,3%), passagens para transporte (87,2%), bens duráveis como geladeira, televisão, etc (86,7%), pagamento de dívidas em lojas (64,0%) e nem para guardar dinheiro (84,0%).

Esse panorama permite evidenciar que as famílias buscam utilizar o dinheiro recebido do PBF realmente em prol da ampliação da qualidade de vida da unidade familiar, com investimentos mais eminentes na área da alimentação, educação, saúde e bem estar das crianças. Santos e Pires (2014) também observaram que a concessão do benefício a famílias carentes amplia o acesso destas a alimentação, compra de material escolar, calçados e roupas para as crianças. Nesse cenário, um questionamento que se faz é de como esses indivíduos decidem onde e como alocar seus recursos, assim explora-se a gestão financeira dessas famílias (Tabela 08).

Tabela 08 - Gestão financeira dos beneficiários do PBF

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Na sua casa, quem decide como vai ser gasto o dinheiro?	Você.	411,0	69,3
	Seu(a) parceiro(a).	29,0	4,9
	Você e seu(a) parceiro(a).	140,0	23,6
	Seus filhos e/ou netos.	5,0	0,8
	Seus pais.	6,0	1,0
	Outros membros da família.	2,0	0,3
Por que essas pessoas decidem como/onde gastar o dinheiro da casa?	Porque são os responsáveis.	348,0	59,0
	Porque são os que trabalham.	24,0	4,1
	Porque são os que ganham mais.	2,0	0,3
	Porque contribuem financeiramente.	3,0	0,5
	Porque estudam/entendem melhor de contas.	8,0	1,4

Tabela 08 - Gestão financeira dos beneficiários do PBF

(conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Por que essas pessoas decidem como/onde gastar o dinheiro da casa?	Porque sabem o que precisa comprar/quais as necessidades da casa.	198,0	33,6
	Outro motivo.	4,0	0,7
	Não sabe.	3,0	0,5
Qual das seguintes afirmações MELHOR descreve o quanto você controla seus gastos regulares.	Não costuma controlar seus gastos.	63,0	10,6
	Mantém um pequeno controle sobre seus gastos.	127,0	21,3
	Não mantém escrito, mas controla os gastos.	184,0	30,9
	Utiliza anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos.	221,0	37,1
Quando sobra dinheiro no final do mês, o que você faz?	Nunca sobra dinheiro.	266,0	45,4
	Compra mais alimentos.	131,0	22,4
	Gasta com lazer.	20,0	3,4
	Investe no negócio ou no aumento da produção.	1,0	0,2
	Faz uma reforma/ampliação da casa.	7,0	1,2
	Paga prestações.	18,0	3,1
	Guarda o dinheiro para gastos futuros.	99,0	16,9
	Compra roupas e calçados.	43,0	7,3
O que você faz quando não tem dinheiro e surge uma necessidade?	Outros	1,0	0,2
	Compra fiado.	197,0	34,7
	Pede dinheiro emprestado para amigo/familiar.	317,0	55,9
	Pede dinheiro ao banco ou a uma financeira.	10,0	1,8
Como você escolhe o lugar onde vai realizar suas compras? (Supermercado, farmácia, roupas, etc).	Pede para algum conhecido comprar no nome dele.	43,0	7,6
	Pela proximidade com sua casa.	69,0	11,7
	Pesquisa os preços e compra no local mais barato.	452,0	76,4
	Por que o dono é seu amigo.	13,0	2,2
	Por que tem conta (anota no caderninho).	54,0	9,1
	Onde é autorizado a comprar no vale alimentação.	4,0	0,7

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

No que se refere à decisão de alocação do benefício do PBF, 69,3% dos entrevistados relatam decidir como vai ser gasto o dinheiro, o que significa que a maioria dos titulares do programa, que na maior parte são mulheres, também são responsáveis por tomar as decisões financeiras da família. Quando questionadas do por que delas decidirem como/onde gastar o dinheiro da casa, elas apontam o fato de serem mais responsáveis (59,0%) e saberem o que precisa comprar/quais as necessidades domésticas (33,6%). Esse empoderamento feminino se

dá primeiramente pela opção do governo de priorizar a concessão do recurso do PBF ao gênero feminino, segundo pelo fato delas terem uma maior preocupação em sanar as necessidades básicas da família, nomeadamente no atendimento aos filhos e por fim, por elas serem caracterizadas como mais organizadas e cautelosas financeiramente (KEESE, 2012).

O que confirma esta última justificativa é a evidencia de que 37,1% realizam anotações por escrito para manter um maior controle sobre os gastos, sendo que 68,0% dizem controlar seus gastos de alguma maneira. Baek e Hong (2004) e Moura (2005) também discutem a gestão financeira e esclarecem que as mulheres são mais prudentes, mais preocupadas com o planejamento e orçamento familiar e mais organizadas, o que desencadeia uma gestão mais pontual da movimentação monetária da família. Por essas características, pesquisam preço, dando preferências para os lugares mais baratos (76,4%).

Todavia, mesmo com esse manejo cuidadoso, essas famílias não conseguem fazer com que o recurso do PBF reunido com os demais rendimentos durem até o final do mês (45,4%), sendo que as necessidades na falta de recursos financeiros são supridas por meio de empréstimos com amigos e/ou familiares (55,9%) ou pelo consumo de bens no crediário de supermercados, farmácias e lojas (compra fiada) (34,7%). Justifica-se a utilização dessas alternativas por serem de mais fácil acesso, dependendo apenas da disponibilidade dos amigos/familiares ou da concessão da compra fiada e também pela informalidade, que não exige contrapartidas e nem a passagem por processos burocráticos. Esse último quesito preocupa, pois na maioria das vezes a informalidade nas operações gera custos mais elevados e insegurança. Ainda na análise da gestão financeira explora-se qual a relação dos beneficiários com outras ferramentas financeiras (Tabela 09).

Tabela 09 – Ferramentas utilizadas para gestão financeira

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Na sua casa, alguém possui cartão de crédito (Visa, Mastercard, Banricompras, etc.)?	Não.	477,0	80,2
	Sim, você.	66,0	55,9
	Sim, outra pessoa.	50,0	42,4
	Não sabe.	2,0	1,7
Na sua casa, alguém possui carnê de crediário (Quero-Quero, etc.)?	Não	295,0	49,6
	Sim, você.	252,0	80,3
	Sim, outra pessoa.	59,0	18,8
	Não sabe.	3,0	1,0
Você faz algum tipo de poupança?	Não, nunca fez.	438,0	73,6
	Não, mas já fez.	84,0	14,1
	Sim, em dinheiro, em casa.	24,0	32,0
	Sim, em dinheiro, no banco/caderneta de poupança.	49,0	65,3



Tabela 09 – Ferramentas utilizadas para gestão financeira

(conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
Você faz algum tipo de poupança?	Sim, em animais, sementes e/ou outros produtos.	-	-
	Sim, em estoque/equipamentos do negócio.	-	-
	Sim, de outra forma.	2,0	2,7
Quando você vai ao banco, o benefício em dinheiro é retirado com o cartão ou com a guia?	Cartão	587,00	98,99
	Guia	6,00	1,01
Você tem conta em algum banco?	Não possui conta.	352,0	59,5
	Só possui conta poupança.	89,0	15,0
	Só possui conta corrente.	87,0	14,7
	Só possui conta salarial.	27,0	4,6
	Possui conta corrente e poupança.	32,0	5,4
	Possui conta corrente, conta salário e poupança.	5,0	0,8

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Investigando as ferramentas adotadas por essas famílias identifica-se que o cartão de crédito não é utilizado (80,2%), todavia 80,3% dos entrevistados relataram possuir carnê de crediário, o que amplia suas possibilidades de compra, mas em contra partida a necessidade de gestão financeira eficiente que distancie esses indivíduos do endividamento, pois já se evidenciou que 42,6% dos que possuem dívidas, às tem com lojas de crediário próprio, o que aumenta a preocupação e a necessidade de instruir essas famílias a utilizarem essa ferramenta de consumo. A relevância desse fato amplia-se, pois Ponchio (2006) revelou que as mulheres são suscetíveis à aquisição de carnês.

Contrária a essas ferramentas que levam ao consumo, a poupança seria uma boa estratégia para ampliação da qualidade e segurança na vida dessas pessoas. No entanto, 73,6% nunca realizaram nenhum tipo de poupança, o que é salientado por Lucke et al. (2014) como um hábito comum entre os brasileiros de baixa renda, muitas vezes por indisponibilidade de caixa e outras por optarem pelo consumo como estratégia para sentir-se parte integrante da sociedade.

Outro aspecto relevante é o baixo contato desses indivíduos com o sistema bancário. Apesar de 98,9% dos beneficiários estarem recebendo o dinheiro do PBF por meio de um cartão, 59,5% não possuem nenhum tipo de conta em banco. Para alterar esse panorama, já se tem hoje as chamadas contas simplificadas, desenvolvidas especialmente para indivíduos mais vulneráveis conseguirem algum acesso ao sistema bancário. Todavia, mesmo com essas alternativas, outros estudos, de maior amplitude, já apontaram o baixo número de pessoas

com contas em bancos, como por exemplo, o MDS e SAGI (2012b) que evidenciaram que o percentual de beneficiários utilizando ativamente contas simplificadas em cidades interioranas, como as pesquisadas neste estudo, não passa de 36,0%.

Realizando um apanhado geral das caracterizações descritas, percebe-se que as famílias vivem com rendimentos mensais restritos, auferidos por meio de trabalhos informais com elevada instabilidade. Financeiramente, não conseguem pagar suas despesas mensais, gastam mais do que ganham, o dinheiro do PBF já é todo comprometido mesmo antes do recebimento, possuem contas em atraso principalmente com lojas de crediário e supermercados, não possuem conta em banco, em caso de necessidade compram fiado ou pedem dinheiro emprestado para familiares e/ou amigos. Collins et al. (2009) esclarecem que esse perfil de família sofre com o que denominam por "tripla ameaça", ou seja, baixos rendimentos, fluxos de caixa irregulares e o comportamento das instituições financeiras que fazem pouco para amenizar seus problemas. Diante disso, enaltece-se a importância de criação de estratégias pelo poder público poderia amenizar essas vulnerabilidades.

#### 4.2 ESTATÍSTICA DESCRITIVA DOS FATORES

Neste item são apresentadas às médias, medianas, desvios padrão e percentuais válidos das variáveis formadoras dos fatores: Conhecimento Financeiro, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida. Inicialmente, buscando verificar a Alfabetização Financeira dos beneficiários do Programa Bolsa Família investiga-se o Conhecimento Financeiro, a Atitude Financeira e o Comportamento Financeiro. A Tabela 10 apresenta a estatística descritiva do Conhecimento Financeiro.

Tabela 10 - Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
78. Você tem R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.	Menos do que R\$ 150,00.	24	4,1
	Exatamente R\$ 150,00.	88	15,0
	Mais do que R\$ 150,00.*	97	16,5
	Não sabe.	379	64,5
79. Suponha que no ano de 2015 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2015, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?	Mais do que hoje.	72	12,2
	Exatamente o mesmo.*	164	27,9
	Menos do que hoje.	119	20,2
	Não sabe.	233	39,6

Tabela 10 - Frequência e percentual válido na escala do construto Conhecimento Financeiro (conclusão)

Variáveis	Alternativas	Frequência	Percentual
80. Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai ganhar?	100	26	4,4
	200*	264	44,7
	1000	9	1,5
	5000	7	1,2
	Não sabe.	284	48,1
81. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:	Verdadeira.*	194	32,9
	Falsa.	50	8,5
	Não sabe.	345	58,6
82. Alta inflação significa que o custo de vida está subindo rapidamente. Essa afirmação é:	Verdadeira.*	370	62,9
	Falsa.	23	3,9
	Não sabe.	195	33,2

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

\* Respostas corretas

De maneira geral, identifica-se que há um maior percentual de erro nas questões do que de acertos, indicando baixo nível de Conhecimento Financeiro por parte dos entrevistados. Pontualmente, verifica-se que a questão em que os entrevistados tiveram maior dificuldade foi a primeira, referente à taxa de juros, sendo que apenas 16,5% souberam responde-la e 64,5% responderam que não sabem. Para o MDS e SAGI (2014a), esse resultado se da pelo fato desses indivíduos não conseguirem operacionalizar os cálculos que lhes permitiriam saber qual o rendimento dessa taxa de juros. No segundo questionamento, os pesquisados também não apresentaram bom rendimento, sendo que 27,9% assinalaram corretamente a respeito do valor do dinheiro no tempo, mas 32,4% erraram e 39,6% responderam não saber a resposta. Esse resultado indica que os respondentes têm dificuldade em compreender a desvalorização do dinheiro ao longo do tempo, talvez por nunca terem pensado nesses aspectos ou não terem perspectivas futuras que façam com que busquem compreender qual comportamento do dinheiro ao longo do tempo.

Resultado mais satisfatório é verificado na pergunta referente à matemática simples, em que 44,7% dos respondentes acertaram a divisão de 1.000 por 5. Todavia, 48,1% indicaram não saber a resposta e 7,1% a tentaram responder, mas erraram, o que é preocupante, à medida que, cálculos básicos como estes são de extrema importância para operações diárias, como compra de alimentos, controle de troco e até mesmo para relação de despesas e receitas. Pesquisas realizadas com a população em geral no estado do Rio Grande do Sul evidenciaram resultado distinto, onde os respondentes obtiveram elevado nível de acertos correspondente a essa variável (POTRICH et al., 2014) enaltecendo a dificuldade de

realização de cálculos básicos por indivíduos de baixa renda, os quais possuem baixa escolaridade como já destacado anteriormente.

A quarta questão refere-se a um aspecto talvez menos vivenciado por este público, a relação de retorno e risco, confirmado pelo fato de que 58,6% dos respondentes assinalaram que não sabem a resposta e apenas 32,9% acertaram. Por fim, a variável correspondente a inflação foi a que os entrevistados demonstraram um maior desempenho (69,2% acertaram), provavelmente por esse ser um assunto recorrente na mídia em que eles seguidamente ouvem falar que os preços dos produtos estão aumentando em decorrência da inflação.

Vale explorar ainda o fato de haver um elevado número de respondentes que marcaram a alternativa “não sabe” nos questionamentos, revelando uma insegurança, ou até mesmo desconhecimento total do assunto que estava sendo tratado. Esclarecendo melhor esse resultado, Lusardi e Mitchell (2011) revelam que as mulheres são significativamente menos propensas a responder às perguntas sobre finanças corretamente, e mais predispostas a dizer que não sabem a resposta. Essa justificativa se firma ainda mais, dado que o estudo foi realizado em quase sua totalidade com mulheres.

Para compreender o desempenho geral dos pesquisados em relação ao Conhecimento Financeiro, a Tabela 11 exibe frequência, percentual válido, percentual de acertos e a classificação dos beneficiários do PBF.

Tabela 11 - Número de acertos por respondente, percentual válido, percentual de acerto e classificação

<b>Número de acertos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual Válido</b>	<b>Porcentual de Acertos</b>	<b>Classificação*</b>	<b>Acumulado</b>
0	140	23,7	0%	Baixo	
1	122	20,6	20%	Baixo	83,8%
2	128	21,7	40%	Baixo	
3	105	17,8	60%	Baixo	
4	82	13,9	80%	Médio	13,9%
5	14	2,4	100%	Alto	2,4%

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

\* Classificação do nível de Conhecimento Financeiro dos entrevistados baseado no modelo de Chen e Volpe (1998).

Utilizando a classificação proposta por Chen e Volpe (1998), ratifica-se o baixo nível de Conhecimento Financeiro dos entrevistados, sendo que 83,8% deles são identificados como detentores de baixo nível de Conhecimento Financeiro, 13,9% médio e apenas 2,4%

alto. De maneira mais detalhada, salienta-se que apenas 14 indivíduos acertaram todas as questões e 140 não responderam corretamente nenhuma das variáveis, o que representa 23,7% do total dos entrevistados. Esse baixo nível de Conhecimento Financeiro verificado na amostra é um aspecto muito relevante e preocupante, pois demonstra que além da elevada restrição orçamentária a que essas famílias são impostas ainda não possuem o conhecimento que subsidiaria tomadas de decisões mais coerentes (VITT, 2004). Assim, em termos gerais, identifica-se uma carência de Conhecimento Financeiro dessa parcela da população, o que provavelmente desencadeia uma gestão financeira menos eficiente e aponta para a necessidade de cursos que capacitem essas famílias a melhor compreender os conceitos financeiros.

O segundo fator a ser investigado, inerente a alfabetização financeira é a Atitude Financeira. A Tabela 12 exibe a estatística descritiva do fator.

Tabela 12 - Estatística descritiva do construto Atitude Financeira, média e percentuais

Variáveis	Média**	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
44. Para você, é importante definir metas para o futuro.	4,156	2	2	5	61	30
45. Você acredita que a maneira como administra seu dinheiro vai afetar o seu futuro.	2,967	9	39	7	36	9
46. Você não se preocupa com o futuro, vive apenas o presente.*	3,382	19	43	3	25	10
47. Poupar é impossível para a sua família.*	2,844	7	37	6	32	18
48. Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão.*	2,411	5	20	6	47	22
49. Você gosta de comprar coisas, porque isso faz você se sentir bem.*	2,898	12	33	5	33	17
50. É difícil construir um planejamento de gastos familiar.*	2,654	5	29	7	46	13
51. Você se permite gastar dinheiro em coisas que são importantes para você.*	2,991	10	35	8	39	8
52. Você considera mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.*	3,478	14	52	8	21	5
53. Para você, o dinheiro é feito para gastar.*	2,642	7	25	10	40	18

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

\* Variável invertida. \*\* Quanto maior a média das respostas melhor a Atitude Financeiras.

No fator Atitude Financeira, predominam as respostas indiferentes, indicando que os entrevistados não desenvolvem hábitos prejudiciais as suas famílias, mas também não se encontram com atitudes tão favoráveis a ponto de alterar significativamente suas condições monetárias. Dentre as variáveis, destaca-se a elevada média da pergunta “Para você, é importante definir metas para o futuro” (média 4,15), sendo que 91% dos entrevistados concordam ou concordam totalmente com essa afirmação, apontando que os beneficiários preocupam-se com o futuro. Esse resultado positivo pode ter sido tão representativo por ter um escore de respondentes quase que unânime de mulheres, as quais são mais atentas ao futuro, especialmente por pensarem em seus filhos e na qualidade de vida que estes virão a ter (CARVALHO; ALVES, 2010).

Outras duas variáveis de destaque são, “Você considera mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro” (média 3,47) e “Você não se preocupa com o futuro, vive apenas o presente” (média 3,38), sendo que nas duas a maior parte dos respondentes discorda (52% e 43% respectivamente), revelando que preferem economizar a gastar e preocupam-se com o futuro. No entanto, mesmo que eles achem importante e sintam-se mais satisfeitos com o ato de economizar do que gastar, raramente o conseguem fazer, pois a indisponibilidade de caixa restringe suas ações (LUCKE et al., 2014), podendo ser esse também um fato que impulsiona as preocupações com o futuro.

Respostas mais heterogêneas são verificadas nas alternativas “Você se permite gastar dinheiro em coisas que são importantes para você” (média 2,99), “Você acredita que a maneira como administra seu dinheiro vai afetar o seu futuro” (média 2,96), “Você gosta de comprar coisas, porque isso faz você se sentir bem” (média 2,89) e “Poupar é impossível para a sua família” (média 2,84). Por meio das médias, poder-se-ia dizer que os respondentes estão indiferentes quanto a essas perguntas, mas observando a frequência, nota-se que há uma dispersão nas respostas. Assim, há boa parte dos entrevistados que não se permitem gastar com coisas que acham importantes para si, preocupam-se com a administração do dinheiro hoje, pois acreditam que isso vai alterar o futuro, não direcionam grande entusiasmo em comprar e relatam ser possível poupar. Essas percepções desencadeiam uma boa Atitude Financeira, todavia na mesma amostra há pessoas com atitude contrária e que assim, gastam mais, não se preocupam com a administração financeira, gostam de comprar e elucidam não conseguir economizar. Esse último grupo de respondentes encaixa-se em um perfil com atitudes mais desfavoráveis, que merecem uma maior atenção, pois se tornam mais propícios a descontroles financeiros.

Por fim, destacam-se as variáveis em que os respondentes apresentaram pior percepção, tais como: “Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão” (média 2,41), “Para você, o dinheiro é feito para gastar” (média 2,64) e “É difícil construir um planejamento de gastos familiar” (média 2,65). Na primeira 67% dos pesquisados concordam com a afirmação, revelando que as pessoas preocupam-se com suas decisões, ou seja, as tomam muitas vezes de maneira impulsiva e acabam por pensar muito nela posteriormente. De mesma forma, a maioria (58%) concordam que o dinheiro foi feito para gastar e que é muito difícil planejar os gastos da casa (59%). Essa caracterização pode ser fundamentada, mais uma vez, no fato de a maioria ser mulheres, as quais costumam ser mais consumistas que os homens (PONCHIO, 2006) e terem maiores dificuldades com assuntos financeiros (LUSARDI; WALLACE, 2013; MOTTOLA; 2013).

Finalizando a investigação acerca da Alfabetização Financeira, aborda-se na Tabela 13 o Comportamento Financeiro.

Tabela 13 - Estatística descritiva do construto Comportamento Financeiro, média e percentuais

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Nunca	Quase nunca	Às vezes	Quase sempre	Sempre
70. Você anota e controla os seus gastos (ex: com planilha).	3,308	23	10	16	14	37
71. Você compara preços ao fazer uma compra.	4,519	3	1	7	20	69
72. Você tem um plano de gastos/orçamento.	3,143	22	11	22	21	24
73. Você consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto no crédito.	3,128	24	10	20	23	23
74. Você paga suas contas em dia.	4,143	1	7	16	28	48
75. Você analisa suas contas antes de fazer uma compra grande.	4,429	4	2	6	22	66
76. Passa a poupar mais quando recebe um aumento de salário.	3,534	14	10	15	29	32
77. Nos últimos 12 meses, você tem conseguido poupar dinheiro.	1,875	58	14	15	8	5

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

\* Quanto maior a média das respostas melhor o Comportamento Financeiro.

Em relação ao Comportamento Financeiro, ressaltam-se as altas médias na maioria das questões, manifestando que os entrevistados, de maneira geral, comportam-se adequadamente no uso de seus recursos financeiros. Investigando as variáveis separadamente, detecta-se que

os melhores comportamentos são relativos ao processo de comparar preços (média 4,51), sendo que 69% dos pesquisados dizem realizar essa atividade sempre, buscando por desembolsar o mínimo possível em cada aquisição. Além desse comportamento adequado, 66% relatam analisar as contas antes de fazer uma grande compra (média 4,42) e 48% procuram pagar as contas em dia (média 4,14). Esse conjunto de comportamento faz com que os indivíduos tenham uma fundamentação no ato de suas compras, pois comparam preços, pensam se possuem condições de realizar aquela compra e posteriormente à aquisição, procuram pagar em dia.

Ressalta-se ainda um comportamento positivo nas variáveis: “Passa a poupar mais quando recebe um aumento de salário” (média 3,53, 32% assinalaram sempre), “Você anota e controla os seus gastos (ex: com planilha).” (média 3,30, 37% marcaram sempre), “Você tem um plano de gastos/orçamento.” (média 3,14, 24% responderam sempre e 21% quase sempre) e “Você consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto no crédito.” (média 3,12, 23% disseram sempre e 23% quase sempre). Assim, exhibe-se que a amostra pesquisada tenta poupar quando recebe um aumento salarial, boa parte anota os gastos, tentam desenvolver um orçamento dos gastos e conseguem verificar o custo das mercadorias. Observa-se que essas variáveis estão mais relacionadas ao processo de controle financeiro que para esse público em específico se faz de extrema relevância, já que os escassos recursos monetários mensais devem ser suficientes para suprir as necessidades da família e para isso o controle é indispensável (PLANO CDE; BANKABLE FRONTIER ASSOCIATES, 2012).

Outro comportamento que auxiliaria na melhor qualidade de vida desses indivíduos e na segurança financeira seria a poupança, no entanto destaca-se que 58% nunca realizaram nenhum tipo de economia (média 1,87). Shim, Serido e Tang (2012) enaltecem que a poupança é importantíssima para a vida futura, pois possibilita e garante estabilidade, por outro lado a ausência de economias acarreta problemas financeiros potenciais, não somente em termos de insegurança financeira em longo prazo, mas também ocasiona, no curto prazo, preocupações quanto à capacidade da família em atender despesas inesperadas (BABIARZ; ROBB, 2014). Todavia, considerando a situação financeira das famílias investigadas nesse estudo, compreende-se que elas não guardam dinheiro por não terem disponibilidade de recursos financeiros para isso, ou por considerarem que a compra de bens duráveis é uma maneira de economia (LUCKE et al., 2014).

Concluindo a análise descritiva da Alfabetização Financeira, elucida-se que em termos de conhecimento a amostra investigada tem muito que aprender, pois o nível de Conhecimento Financeiro verificado foi muito baixo. Inerente a Atitude Financeira, destaca-



se pontos positivos e outros a melhorar, mas em relação ao Comportamento Financeiro resultados mais favoráveis foram observados. O que se pode conjecturar, é que o baixo nível de conhecimento leva a atitudes ainda difusas, mas que diante da restrição que eles estão impostos buscam comportar-se de maneira a controlar o máximo possível de seus recursos monetários a fim de suprir as necessidades da família e evitar elevados níveis de endividamento. Nesse sentido, busca-se compreender a Atitude ao Endividamento dessas famílias (Tabela 14).

Tabela 14 - Estatística descritiva do construto Atitude ao Endividamento, média e percentuais

Variáveis	Média**	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
54. Para você, é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas.	2,381	20	51	4	21	4
55. Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.	3,065	9	36	5	39	11
56. Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro.	2,951	14	33	7	35	11
57. Não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar.	3,630	4	18	4	58	16
58. Não é certo gastar mais do que você ganha.*	1,835	4	5	2	48	41
59. As pessoas ficariam desapontadas contigo se soubessem que você tem dívida.*	3,171	14	36	12	28	10
60. É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.*	2,083	4	9	4	59	24
61. Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco.*	2,453	9	18	8	39	26
62. É importante saber controlar os gastos da sua casa.*	1,677	1	1	2	58	38

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

\* Variável invertida. \*\* Quanto maior a média das respostas maior a Atitude ao Endividamento.

No fator Atitude ao Endividamento, a média das variáveis fixa-se em torno de três, ou seja, indiferente, mostrando que a amostra não tem uma elevada probabilidade de endividar-se, mas que deve atentar-se para elevados níveis de desembolso que possam comprometer sua saúde financeira. Neste sentido, preocupa o fato dos entrevistados concordarem (40%) que o dinheiro foi feito para gastar (média 3,35), indicando que eles visualizam o dinheiro prioritariamente como uma forma de aquisição de bens, sem que haja perspectiva de

poupança. Além disso, concordam (58%) que não tem problema ter dívida se sabem que podem pagar (média 3,63), todavia, diante da sazonalidade de seus rendimentos e da informalidade de suas relações empregatícias, esse deveria ser um aspecto relevante para essas famílias, que mesmo que naquele momento tenham condições de arcar com os compromissos firmados, em um futuro próximo podem não ter.

Além dessas evidências desfavoráveis, atenta-se para o fato dos pesquisados relatarem que as pessoas ficariam desapontadas se soubessem sobre suas dívidas (média 3,17, 48% concordam ou concordam totalmente) e que preferem comprar parcelado a esperar ter dinheiro para comprar à vista (média 3,06, 50% concordam ou concordam totalmente) mesmo que no final seja mais caro (2,95 média, 46% concordam ou concordam totalmente). Pesquisa realizada pelo MDS e SAGI (2014a) justifica a ampla utilização de parcelamentos, segundo resultados a restrição orçamentária dos beneficiários do PBF fazem com que eles analisem apenas se a parcela “cabe no bolso” e realizem a compra, já que essa é a única alternativa para que eles consigam adquirir o que aspiram, ampliando ainda mais a necessidade de controle financeiro e gestão.

Variáveis que amenizam essa tendência a Atitude ao Endividamento são: “Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco. (média 2,45), “Para você, é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas” (média 2,38), “É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar” (média 2,08), “Não é certo gastar mais do que você ganha” (média 1,83) e “É importante saber controlar os gastos da sua casa” (média 1,67). Observando as médias das questões e suas frequências, concebe-se que a amostra sabe quanto deve em lojas de crediário, não acham normal que as pessoas fiquem endividadas mesmo que seja para pagar contas, acham melhor primeiro juntar dinheiro para depois gastar, não acham certo gastar mais do que ganham e acreditam ser importante controlar os gastos. Essas percepções levam a um maior controle dos desembolsos financeiros que minimizam a Atitude ao Endividamento.

De maneira geral, percebe-se que as piores atitudes, que levam a uma maior probabilidade de contrair dívida dizem respeito ao uso indiscriminado do dinheiro, especialmente com compras parcelas. Por outro lado, a preocupação com o controle dos gastos equilibra a Atitude ao Endividamento dessa parcela da população, que por meio de mecanismos de gestão podem afastar-se das dívidas elevadas. Ratificando o exposto, Braidó (2014) destaca que os controles financeiros são grandes aliados na busca por uma maior equidade entre despesas e receitas, sendo que para famílias de baixa renda a importância é

ainda maior, pois as disponibilidades financeiras são escassas e as necessidades de alimentação, moradia, educação e saúde são eminentes.

Por meio dessas evidências, percebe-se que a dívida pode além de gerar maior instabilidade financeira, maximizar o mal estar financeiro (SEVIM; TEMIZEL; SAYILIR, 2012) alterando a qualidade de vida desses indivíduos que pela restrição orçamentária acabam por não atenderem suas necessidades e, conseqüentemente, agravam os problemas de ordem psicológica, como sintomas de depressão, doenças do coração e insônia, que afetam diretamente a Satisfação Global de Vida (LUCKE et al., 2014). Partindo dessas constatações, investigam-se o Bem-estar Financeiro (Tabela 15).

Tabela 15 - Estatística descritiva do construto Bem-estar Financeiro, média e percentuais

Variáveis	Média **	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
36. Você se sente financeiramente satisfeito.	2,830	9	40	12	37	2
37. Você acredita estar em uma boa situação financeira.	2,558	11	50	14	23	2
38. Daqui a 1 ano, você pretende ter pago todas suas dívidas.	4,075	1	5	5	62	27
39. Daqui a 5 anos, você pretende ter pago todas as suas dívidas.	4,380	1	2	5	41	51
40. Você se sente desconfortável com a quantia que deve.*	2,330	7	16	8	40	29
41. Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas.*	1,747	4	6	2	38	50
42. Você pensa muito em suas dívidas.*	1,851	4	9	4	32	51
43. Você tem tido discussões com outras pessoas (pais, amigos, esposo(a) e outros) devido a sua dívida.*	3,941	47	27	4	17	5

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

\* Questões invertidas. \*\* Quanto maior a média das respostas melhor o Bem-estar Financeiro

Inicialmente discute-se o Bem-estar Financeiro, o qual exibiu algumas médias bastante elevadas, outras intermediárias e ainda aquelas muito baixas, revelando uma instabilidade no Bem-estar Financeiro dos respondentes. Percebe-se que as variáveis com maior média são: “Daqui a 1 ano, você pretende ter pago todas suas dívidas” (média 4,07, 89% dos respondentes concordam ou concordam totalmente) e “Daqui a 5 anos, você pretende ter pago todas as suas dívidas” (média 4,38, 92% dos respondentes concordam ou concordam

totalmente) indicando que os beneficiários acreditam que estarão, no futuro, em melhores condições financeiras, podendo assim arcar com as compromissos firmados hoje. De mesmo modo, destaca-se que eles não estão tendo discussões com outras pessoas (pais, amigos, esposo(a) e outros) devido a sua dívida (média 3,94, 47% discordam totalmente).

Percepções mais desfavoráveis foram verificadas nas variáveis “Você se sente financeiramente satisfeito” (média 2,83) e “Você acredita estar em uma boa situação financeira” (média 2,55), sendo que 40% dos pesquisados discordam da primeira afirmação e 50% da segunda, assinalando que a maior parcela dos respondentes não se sentem satisfeitos e não consideram estar em boa situação financeira. Esse resultado corrobora o fato, já evidenciado na estatística descritiva, da situação financeira dessas famílias ser bastante controversa.

Agravando ainda mais o Bem-estar Financeiro dessas famílias, 40% relatam sentirem-se desconfortáveis com a quantia que devem (média 2,33), tendo as questões “Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas” e “Você pensa muito em suas dívidas”, médias ainda mais inferiores (1,74 e 1,85 respectivamente). O percentual das respostas concentradas nas alternativas concordo e concordo totalmente ratificam essa evidência. Diante desses resultados, admite-se que os beneficiários preocupam-se, pensam constantemente em suas dívidas e sentem-se desconfortáveis com essa situação, o que minimiza o sentimento de bem-estar com as finanças.

Esse panorama revela, que de modo geral, os beneficiários do Programa Bolsa Família pesquisados apresentam baixo nível de Bem-estar Financeiro. Todavia, esse não é um resultado restrito apenas para essa amostra. Gutter e Copur (2011) pesquisou 15.797 estudantes norte-americanos e os resultados exibem um nível de Bem-estar Financeiro moderado. De mesmo modo, em cenário brasileiro, pontualmente no estado do Maranhão, 629 pesquisados relataram estarem insatisfeitos financeiramente, pensar e preocupar-se com as dívidas e acreditar que no futuro não terão contas com o cartão de crédito (DINIZ et al., 2014).

Por fim, empenha-se em compreender a Satisfação Global de Vida desses indivíduos (Tabela 16).

Tabela 16 - Estatística descritiva do construto Satisfação Global de Vida, média e percentuais

Variáveis	Média*	Percentuais				
		Discordo totalmente	Discordo	Indiferente	Concordo	Concordo totalmente
63. Você tem tudo o que precisa.	2,683	13	46	7	29	5
64. Você gosta da sua vida.	4,055	1	6	8	56	29
65. Você está satisfeito com as coisas que tem.	3,634	4	17	8	53	18
66. Você se sente bem do jeito que você é.	4,015	2	9	4	57	28
67. Você está satisfeito com a sua vida.	3,839	2	12	9	53	24
68. Você é uma pessoa feliz.	4,052	1	7	10	48	34
69. Você se sente realizado com a vida que leva.	3,564	3	19	16	42	20

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

\* Quanto maior a concordância com as alternativas maior será a Satisfação Global de Vida.

Partindo de todas as evidências de vulnerabilidades e dificuldades financeiras apontadas, surpreendentemente a amostra exhibe uma percepção positiva quando a Satisfação Global de Vida, dado que a maioria das médias ultrapassam o três. Observando de maneira mais detalhada, salienta-se que as perguntas com maior concordância foram: “Você gosta da sua vida” (média 4,05, 56% concordam e 29% concordam totalmente), “Você se sente bem do jeito que você é” (média 4,01, 57% concordam e 28% concordam totalmente) e “Você é uma pessoa feliz” (média 4,05, 48% concordam e 34% concordam totalmente). Esse resultado mostra que esses beneficiários gostam, são felizes com suas vidas e se sentem bem do jeito que são. Ademais, estão satisfeitos com a vida (média 3,83), estão satisfeitos com as coisas que tem (média 3,63) e sentem-se realizados com a vida que levam (média 3,56). Ratificando mais uma vez, que eles observam suas vidas de maneira satisfatória.

Um estudo realizado com 400 famílias de mesmo perfil (restrição orçamentária) na cidade de Sicelo – Gauteng, estado Sul Africano resultou em achados distintos. Os pesquisados apresentaram níveis relativamente baixos de satisfação com a vida, sendo que o nível de renda, a situação profissional, o estado de pobreza e os serviços do governo podem influenciar esse resultado (MEYER; DUNGA, 2014). Atenta-se para o destaque que o estudo dá aos serviços governamentais, nesse sentido o PBF pode ser o desencadeador dessa elevada Satisfação Global de Vida, pois como destacado necessidades básicas passam a ser supridas.

Todavia, ao serem indagados se possuem tudo que precisam, 46% das pessoas discordam (média 2,68), ou seja, elas estão satisfeitas e felizes, mas não possuem tudo que

precisam. Esse resultado permite conjecturar que os aspectos materiais não são tão relevantes para a consolidação da Satisfação Global de Vida para essa parcela da população. Ng e Diener (2014) corroboram, elucidando que os mais ricos levam as questões materiais mais em consideração na construção da satisfação de vida do que os mais pobres.

Por meio desses resultados, verifica-se que há um elevado nível de Satisfação Global de Vida dos entrevistados que recebem o recurso do PBF, todavia, eles apresentam um baixo nível de Bem-estar Financeiro. Aprofundando-se nesses resultados e vinculando com as evidências de vulnerabilidades e dificuldades financeiras apontadas, pode-se sugerir que o fato dessa parcela da população não dar tanta importância aos aspectos materiais faz com que se sintam mais satisfeitas com a vida, pois provavelmente outros fatores que impactam a Satisfação Global de Vida estão sendo atendidos. Além disso, enaltece-se a relevância desses entrevistados estarem inseridos no Programa Bolsa Família, pois o programa proporciona um empoderamento dessas famílias, que a partir da renda garantida conseguem ampliar o atendimento as necessidades básicas.

#### 4.3 VALIDAÇÃO INDIVIDUAL DOS CONSTRUTOS

Para a validação individual dos construtos utilizou-se a Modelagem de Equações Estruturais (MEE), levando em consideração os coeficientes de determinação, os índices de ajuste e a confiabilidade dos fatores como já apresentado na metodologia. Este subcapítulo é organizado em subseções, que evidenciam todo o processo de validação de cada uma dos construtos: Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida.

##### 4.3.1 Validação do construto Atitude Financeira

Para mensurar a Atitude Financeira foi utilizada uma escala do tipo *likert* com dez questões que abrangem aspectos para identificar como o indivíduo avalia suas atitudes vinculadas as decisões financeiras. O construto está representado pela Figura 10, que consiste no modelo inicial estimado pelo estudo.

Figura 10 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ . \*\*  $p < 0,010$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Identifica-se que a maior parte das variáveis, com exceção da AF44 e AF45, estão com o indicativo “INVER”, exibindo que estas são questões que necessitaram passar por um tratamento de inversão da escala para que se mantivesse o sentido de quanto maior a concordância com as respostas melhor a Atitude ao Endividamento. Para isso, utilizou-se uma recodificação, onde o valor 1 na escala passa a ser 5, o valor 2 para 4, o valor 3 continua com 3, o valor 4 para 2 e por fim, o valor 5 passa a ser 1. Em seguida, o modelo foi estimado, sendo seus coeficientes e significância indicados na Tabela 17.

Tabela 17 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira- Modelo inicial

Variáveis	Coefficientes padronizados	Z
AF44	0,233 <sup>1</sup>	-
AF45	0,016	0,313
AF46INVER	0,254	3,475*
AF47INVER	0,095	1,668
AF48INVER	-0,142	-2,510

Tabela 17 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira- Modelo inicial

Variáveis	Coeficientes padronizados	Z
AF49INVER	0,538	4,463*
AF50INVER	0,157	2,576
AF51INVER	0,174	2,773
AF52INVER	0,652	4,388*
AF53INVER	0,667	4,526*

(conclusão)

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

A Tabela 17 apresenta todas as variáveis, seus respectivos coeficientes padronizados e sua significância. Assim, demonstra-se que as questões AF45, AF47INVER, AF48INVER, AF50INVER e AF51INVER não são significativas, ou seja, não contribuem para a consolidação da Atitude Financeira dessa parcela da população. Além disso, ao analisar os valores dos coeficientes, verifica-se que a maior parte apresenta valores baixos, não contribuindo com isso, para o ajuste do modelo. Logo, a fim de confirmar que o modelo não está adequado, analisou-se simultaneamente os índices de ajuste, os quais estão apresentados na Tabela 18.

Tabela 18 - Índices de ajuste do construto Atitude Financeira - Modelo inicial

Índices de ajuste	Atitude Financeira Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	170,101
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000
Graus de Liberdade	35
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	4,860
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,942
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,697
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,654
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,611
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,101
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,081
Índice de Confiabilidade	0,457
Alpha de Cronbach	0,437

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os resultados indicam que o modelo proposto é inadequado, pois a razão do qui-quadrado/graus de liberdade é superior ao valor três, os índices de ajuste GFI, CFI, NFI e TLI,



não atingem o valor mínimo de 0,95 e os índices RMR e RMSEA são superiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. Além disso, os índices de confiabilidade ficaram abaixo de 0,6. Com isso, na busca por um modelo de mensuração mais adequado, foi adotada a estratégia de retirada das variáveis não significativas e com carga fatorial padronizada com valores baixos que não contribuíam significativamente para o modelo.

Assim, o primeiro processo a ser adotado foi a exclusão das variáveis que não se mostram significativas. Desse modo, excluíram-se gradativamente as variáveis AF45 (SIG, 0,745), AF47INVER (SIG. 0,091) e AF50INVER (sig. 0,014). Na sequência, foram eliminadas as questões com coeficientes muito baixos, nesse processo retirou-se do modelo às perguntas AF48INVER (coeficiente -0,162), AF51INVER (coeficiente 0,177), AF44 (coeficiente 0,237) e AF46INVER (coeficiente 0,251). Com a realização de todos esses procedimentos, atingiu-se um modelo de mensuração adequado. Os índices de ajuste do modelo final validado são exibidos na Tabela 19.

Tabela 19 - Índices de ajuste do construto Atitude Financeira - Modelo final

Índices de ajuste	Atitude Financeira Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	0,598
Qui-quadrado (probabilidade)	0,439
Graus de Liberdade	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	0,598
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,999
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	1,000
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,997
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	1,005
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,013
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,000
Índice de Confiabilidade	0,750
Alpha de Cronbach	0,644

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Satisfatoriamente, percebe-se que todos os índices de ajuste estão dentro dos limites estipulados como adequados. O Qui-Quadrado deixa de ser significativo, os índices GFI, CFI, NFI e TLI atingem valores superiores a 0,95 necessário, bem como o RMR e o RMSEA são inferiores a 0,05 e 0,08 respectivamente. Além disso, os índices de confiabilidade mostram-se superiores a 0,6. A Tabela 20 representa o coeficiente e a significância das variáveis que compõem o modelo final.

Tabela 20 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira - Modelo final

Variáveis	Coeficientes padronizados	Z
AF49INVER	0,538 <sup>1</sup>	-
AF52INVER	0,621	8,869*
AF53INVER	0,697	9,190*

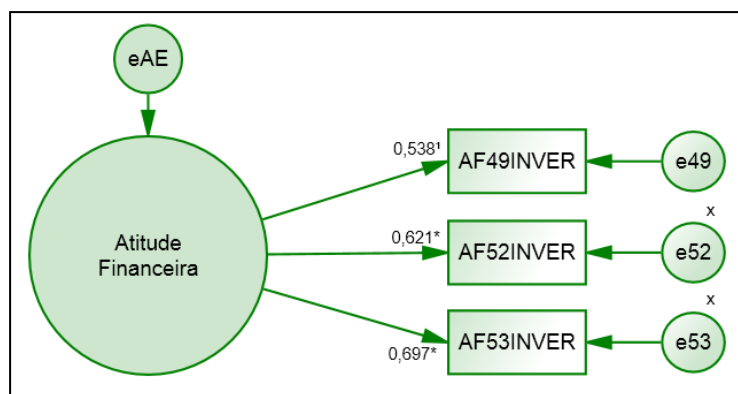
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Salienta-se que as variáveis validadas atingiram coeficientes satisfatórios e exibiram uma significância a um nível de 1%, indicando a relevância destas na consolidação da Atitude Financeira. Todavia, destaca-se que o fator foi formado inicialmente com 10 questões e apenas 3 foram verificadas como contribuintes para o modelo. A Figura 11 representa o modelo final validado.

Figura 11 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude Financeira.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

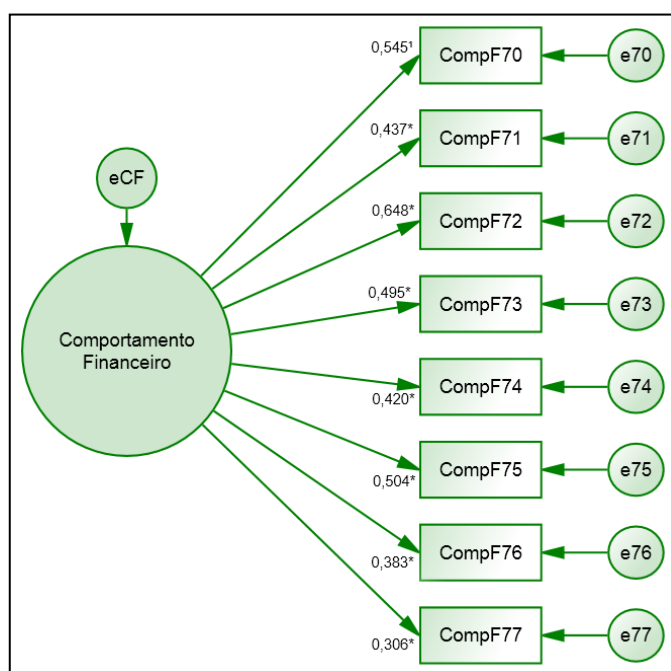
Observando a ilustração do modelo final, verifica-se que a variável com maior coeficiente é a AF53INVER (Para você o dinheiro é feito para gastar – coeficiente 0,697), seguida pela AF52INVER (Você considera mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro – coeficientes 0,621) e AF49INVER (Você gosta de comprar coisas, porque isso faz você se sentir bem – coeficiente 0,538). Por meio dessas variáveis, conclui-se que a

Atitude Financeira é mensurada por questões que se referem especialmente ao ato de consumir, partindo da percepção de para que o dinheiro é feito, se acha mais satisfatório consumir do que guardar e se gosta de comprar.

#### 4.3.2 Validação do construto Comportamento Financeiro

A mensuração do Comportamento Financeiro se deu por meio de um escala adaptada de questões propostas por Shockey (2002), O'Neill e Xiao (2012) e pela OCED (2013b), assim selecionou-se 8 perguntas com o objetivo de verificar qual o Comportamento Financeiro dos beneficiários do PBF. A Figura 12 representa o modelo inicial.

Figura 12 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Para avaliar o Comportamento Financeiro, utilizaram-se todas as variáveis com o mesmo sentido, ou seja, quanto maior a concordância com as respostas melhor o Comportamento Financeiro, não havendo a necessidade de recodificação de nenhuma das questões. Os coeficientes e significância são expostos na Tabela 21.

Tabela 21 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro - Modelo inicial

Variáveis	Coeficientes padronizados	Z
CompF70	0,545 <sup>1</sup>	-
CompF71	0,437	7,320*
CompF72	0,648	10,371*
CompF73	0,495	8,424*
CompF74	0,420	6,933*
CompF75	0,504	7,867*
CompF76	0,383	6,629*
CompF77	0,306	5,545*

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

A primeira vista, identifica-se que todas as variáveis são significativas a um nível de 1%, revelando que de alguma maneira, contribuem para o modelo. Todavia, nem todos os coeficientes atingem um valor plenamente satisfatório, sendo um indicativo de que o modelo não está ajustado. Para ratificar, analisam-se os índices de ajuste (Tabela 22).

Tabela 22 - Índices de ajuste do construto Comportamento Financeiro - Modelo inicial

Índices de ajuste	Comportamento Financeiro Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	105,648
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000
Graus de Liberdade	20
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	5,282
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,954
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,856
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,830
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,798
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,090
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,085
Índice de Confiabilidade	0,693
Alpha de Cronbach	0,686

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os índices de ajuste corroboram que o modelo não está ajustado, pois a probabilidade do Qui-Quadrado é significativa, a divisão entre o Qui-Quadrado e os graus de liberdade é superior a 3, o GFI, CFI, NFI e TLI estão inferiores a 0,95, o RMR é maior que 0,05 e o

RMSEA superior a 0,08. Assim, foi necessário à realização de alguns ajustes. Dado que todas as variáveis mostraram-se significativas a primeira atitude tomada foi a exclusão de variáveis com coeficientes baixos. Ressalta-se que a exclusão foi individual, onde uma variável era excluída por vez, tendo em vista a ordem crescente (do menor ao maior coeficiente), sendo que a cada exclusão um novo modelo foi estimado. Respectivamente foram excluídas as questões CompF77 (coeficiente 0,306), CompF76, (coeficiente 0,352), CompF74 (coeficiente 0,367), CompF71 (coeficiente 0,400) e CompF75 (coeficiente 0,391). Após esse processo o modelo se mostrou validado.

Tabela 23 - Índices de ajuste do construto Comportamento Financeiro - Modelo final

Índices de ajuste	Comportamento Financeiro Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	0,194
Qui-quadrado (probabilidade)	0,660
Graus de Liberdade	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	0,194
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	1,000
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	1,000
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,999
TLI- <i>Tucker-Lewis Index</i>	1,010
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,014
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,000
Índice de Confiabilidade	0,648
Alpha de Cronbach	0,639

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A Tabela 23 ratifica a validade do modelo, sendo que a probabilidade do Qui-Quadrado deixou de ser significativa, os índices de ajuste mostraram-se dentro dos limites desejados, bem como foi confirmada a confiabilidade do modelo. Desse modo, verificam-se na Tabela 24 os coeficientes e significância das variáveis.

Tabela 24 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro - Modelo final

Variáveis	Coeficientes padronizados	Z
CompF70	0,604	9,057*
CompF72	0,747	7,261*
CompF73	0,488 <sup>1</sup>	-

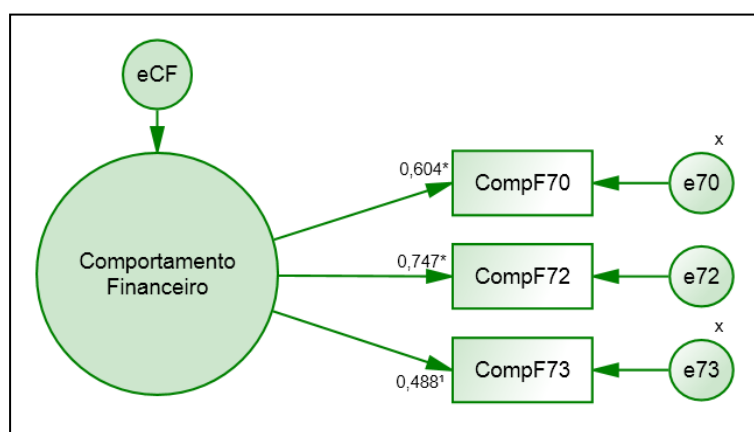
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \* p < 0,01.

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Todas as questões validadas exibiram significância para o modelo a um nível de 1%, revelando que são representativas na consolidação do Comportamento Financeiro. Ademais, os coeficientes são superiores ao limite mínimo estipulado. A Figura 13 clarifica a estrutura do modelo de mensuração final para o Comportamento Financeiro.

Figura 13 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Comportamento Financeiro.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

¹valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

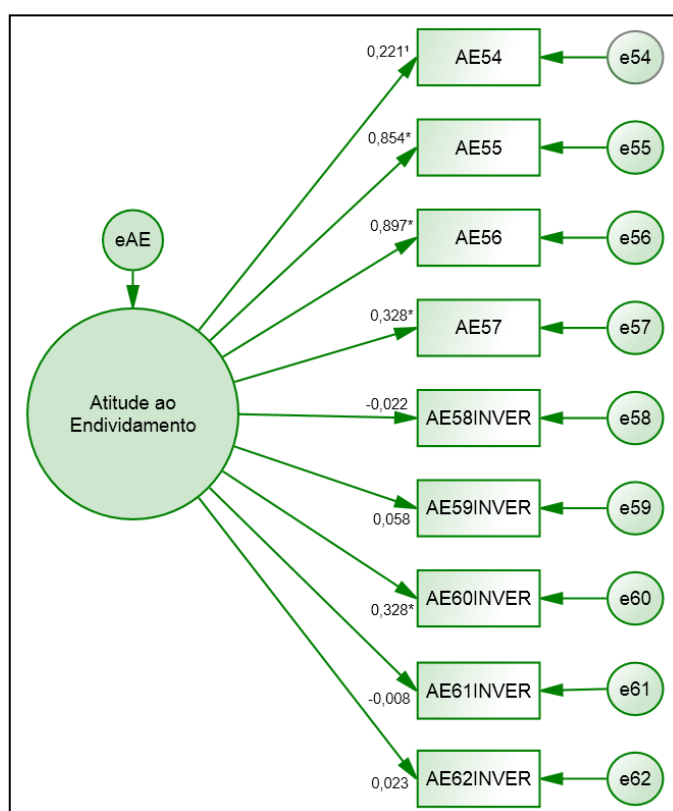
Por meio do modelo final, elucida-se que a variável com maior representatividade na formação do Comportamento Financeiro é a CompF72 (coeficiente 0,747), referente a um plano de gastos/orçamento, indicando que o fato de as pessoas realizarem ou não um planejamento referente ao uso do dinheiro, pode impactar significativamente no Comportamento Financeiro deste. Corroborando com essa evidência as outras duas questões que compõem o modelo final também se referem ao controle do dinheiro. “Você anota e controla os seus gastos (ex: com planilha).” (coeficiente 0,604 – CompF70) e “Você consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto no crédito” (coeficiente 0,488 – CompF73).

#### 4.3.3 Validação do construto Atitude ao Endividamento

Para avaliar a Atitude ao Endividamento dos beneficiários do PBF, optou-se por uma escala validada no Brasil por Moura (2005), composta por nove variáveis, as quais buscam verificar como os indivíduos se comportam com o uso do dinheiro, como planejam suas

aquisições, se acha adequado o consumo a prazo, o que pensam sobre a aquisição de empréstimos com amigos entre outros questionamentos ligados aos recursos financeiros e a probabilidade de executar tarefas que possam torná-los mais propensos ao consumo e conseqüentemente a dívida. A Figura 14 exibe o modelo inicial.

Figura 14 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Atenta-se para o fato de as variáveis AE58INVER, AE59INVER, AE60INVER, AE61INVER e AE62INVER, possuírem escala invertida e terem que ser recodificadas para manter o padrão da escala, de quanto maior o nível de concordância com as respostas maior a Atitude ao Endividamento, ou seja, mais propenso o indivíduo estará de endividar-se. Padronizando a escala de todas as variáveis o modelo foi estimado, sendo o coeficiente das variáveis e a significância representados na Tabela 25.

Tabela 25 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento - Modelo inicial

Variáveis	Coeficientes padronizados	Z
AE54	0,221 <sup>1</sup>	-
AE55	0,854	5,037*
AE56	0,897	5,074*
AE57	0,328	4,314*
AE58INVER	-0,022	-0,488
AE59INVER	0,058	1,285
AE60INVER	0,328	4,336*
AE61INVER	-0,008	-0,184
AE62INVER	0,023	0,529

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Verificando a significância, percebe-se que quatro variáveis não são significativas, além disso, muitos coeficientes não atingem o valor mínimo. Esse panorama aponta para a necessidade de adequações no modelo para que ele seja validado. Para gerar mais evidências sobre a inadequação do modelo apresenta-se os índices de ajuste (Tabela 26).

Tabela 26 - Índices de ajuste do construto Atitude ao Endividamento - Modelo inicial

Índices de ajuste	Atitude ao Endividamento Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	182,436
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000
Graus de Liberdade	27
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	6,756
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,930
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,810
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,786
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,746
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,073
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,098
Índice de Confiabilidade	0,499
Alpha de Cronbach	0,541

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

A verificação dos índices de ajuste corroboram o fato de o modelo não estar adequado. A probabilidade do Qui-Quadrado é significativa, esse dividido pelos graus de liberdade resulta em 6,7, superior ao valor 3 estipulado. Os índices GFI, CFI, NFI e TLI, são muito



inferiores ao 0,95 necessário e o RMR e o RMSEA não atingem valor inferior a 0,05 e 0,08 respectivamente. Desse modo, inicia-se o processo de adequação do modelo. A primeira alternativa é eliminar as questões que não se revelaram significativas para o modelo, assim, foram excluindo-se gradativamente as seguintes variáveis: AE61INVER (sig. 0,854), AE58INVER (sig. 0,627), AE62INVER (sig. 0,584), AE59INVER (sig. 0,197). Posteriormente eliminaram-se também as questões AE54 (coeficiente 0,220) e AE57 (coeficiente 0,326), as quais não exibiram coeficientes satisfatórios. Por fim, o modelo mostrou-se válido como exibido na Tabela 27 por meio dos índices de ajuste.

Tabela 27 - Índices de ajuste do construto Atitude ao Endividamento - Modelo final

Índices de ajuste	Atitude ao Endividamento Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	2,213
Qui-quadrado (probabilidade)	0,137
Graus de Liberdade	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	2,213
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,998
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,998
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,996
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,994
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,014
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,045
Índice de Confiabilidade	0,759
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,724

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Depois de todos os procedimentos adotados, nota-se que todos os índices de ajuste e de confiabilidade calculados assumiram valores dentro do limite estabelecido, contribuindo para a validação do construto. De forma mais específica, ratificou-se a i) validade convergente, dado que os índices CFI, GFI, NFI e TLI foram superiores a 0,95 e os índices RMR e RMSEA foram inferiores a 0,05 e 0,08, respectivamente, ii) confiabilidade, tendo em vista que o *Alpha de Cronbach* e o índice de confiabilidade foram superiores ao valor mínimo de 0,6 e, iii) unidimensionalidade, dado que o valor de todos os resíduos padronizados foi inferior a 2,58 ( $p < 0.05$ ). Além disso, o qui-quadrado deixou de ser significativo, ao nível de 1%, confirmando os ajustes das matrizes estimadas e observadas.

Tabela 28 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento - Modelo final

Variáveis	Coeficientes padronizados	Z
AE55	0,871 <sup>1</sup>	-
AE56	0,881	29,215*
AE60INVER	0,323	7,600*

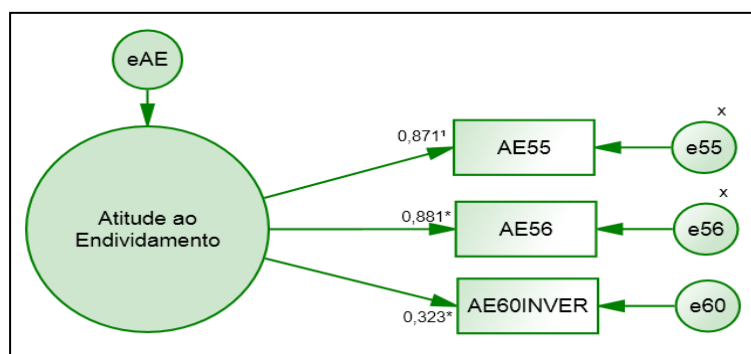
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

A partir da Tabela 28 pode-se constatar que os coeficientes padronizados e a significância das variáveis que compõem o modelo final do construto Atitude ao Endividamento, demonstram que as variáveis AE55 e AE56 são as que mais impactam na atitude dos indivíduos frente às dívidas, apresentando coeficientes padronizados de 0,871 e 0,881, respectivamente. Tais questões referem-se à percepção quanto comprar ou não parcelados, sendo este um aspecto de suma importância para determinar a Atitude ao Endividamento. A Figura 15 ilustra o modelo final validado.

Figura 15 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Atitude ao Endividamento.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

O construto Atitude ao Endividamento apresentou em seu modelo final três variáveis. Salienta-se que todas as questões referem-se ao fato da preferência dos indivíduos no ato da compra, ou seja, se eles preferem comprar parcelado mesmo que no final seja mais caro e se acham melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar. Provavelmente as pessoas que indicarem preferir comprar parcelado, não vão assinalar que preferem primeiro juntar dinheiro

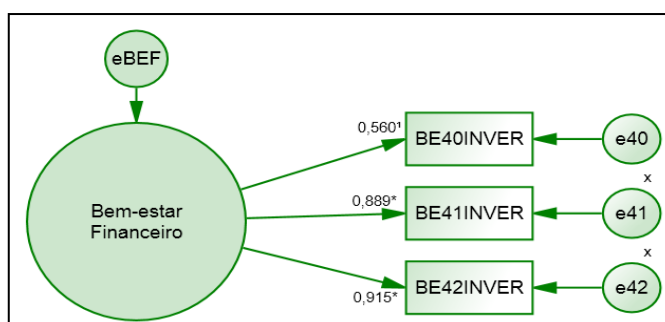
para só depois gasta, sendo essas atitudes comprometedoras a saúde e equidade financeira dessas famílias.

#### 4.3.4 Validação do construto Bem-estar Financeiro

Para mensurar o fator Bem-estar Financeiro, utilizou-se 8 questões propostas inicialmente por Norvilitis, Szablicki e Wilson (2003) e adaptadas ao escopo do trabalho pesquisa, as quais visam identificar o sentimento dos indivíduos em relação à dívida, à preocupação com o cumprimento dos compromissos, à satisfação com a situação financeira e às perspectivas futuras.

Ressalta-se que no processo de validação as estimativas iniciais do construto mostraram um grande número de variáveis com coeficientes muito baixos ou não significativos. Assim, optou-se por realizar uma análise fatorial exploratória antes da modelagem. Os resultados indicaram que o componente principal deveria ser formado pelas variáveis (BE40INVER, BE41INVER e BE42INVER). Portanto, optou-se pela estimação do construto com estas dimensões, as quais já compuseram o modelo validado sem que houvesse a necessidade de realizar alterações (Figura 16).

Figura 16 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Bem-estar Financeiro.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ , \*\*  $p < 0,05$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Salienta-se que estas variáveis, utilizadas no modelo são invertidas, ou seja, quanto maior a concordância com as alternativas menor o Bem-estar Financeiro. Para recodificá-las, foi necessário à reversão da escala destas questões no momento de análise, resultando assim,

que uma maior concordância resulta em melhor bem-estar financeiro. A Tabela 29 aponta os índices de ajuste do modelo final.

Tabela 29 - Índices de ajuste do construto Bem-estar Financeiro - Modelo final

<b>Índices de ajuste</b>	<b>Bem-estar Financeiro Modelo Final</b>
Qui-quadrado (valor)	0,305
Qui-quadrado (probabilidade)	0,581
Graus de Liberdade	1
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	0,305
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	1,000
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	1,000
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	1,000
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	1,002
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,004
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,000
Índice de Confiabilidade	0,841
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,814

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os índices de ajuste do modelo de Bem-estar Financeiro demonstram que este é adequado. A probabilidade do Qui-Quadrado não é significativa, os índices GFI, CFI, NFI e TLI, atendem ao mínimo de 0,95, o RMR e o RMSEA atingem valores inferiores a 0,05 e 0,08 respectivamente e os índices de confiabilidade são superiores a 0,6 revelando assim que o modelo é confiável e está adequado. A Tabela 30 evidencia os coeficientes e significância das variáveis.

Tabela 30 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Bem-estar Financeiro - Modelo final

<b>Variáveis</b>	<b>Coeficientes padronizados</b>	<b>Z</b>
BE40INVER	0,560 <sup>1</sup>	-
BE41INVER	0,889	14,675*
BE42INVER	0,915	14,866*

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

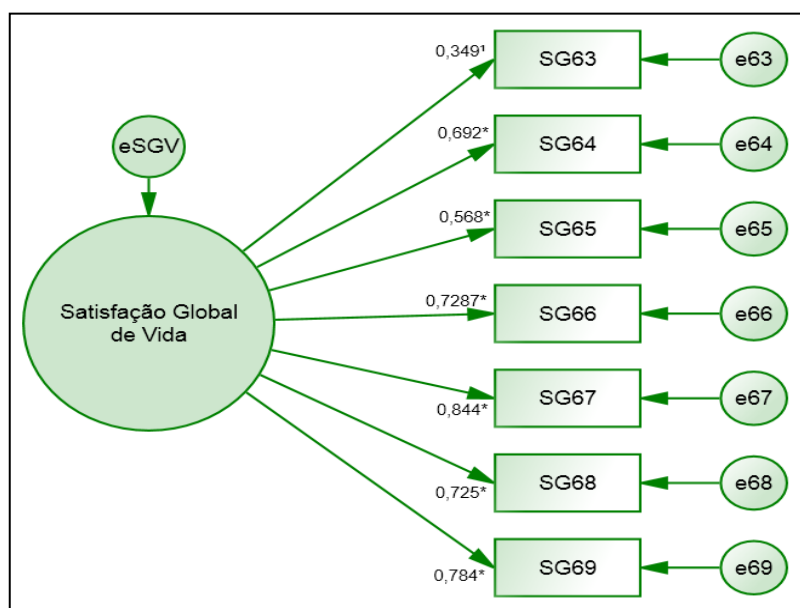
Observando os coeficientes do modelo de mensuração validado, percebe-se que a variável que mais impacta na percepção de Bem-estar Financeiro é a BE42INVER

(coeficiente 0,915), a qual questiona se os entrevistados pensam muito sobre suas dívidas, seguida da pergunta “Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas contas” (coeficiente 0,889). A BE40INVER é relacionada ao sentimento de desconforto com a quantia que devem, sendo esta a que menos contribui para a formação do modelo (coeficiente 0,560). Esse resultado indica que há uma maior relevância da preocupação em relação à dívida para a consolidação de um Bem-estar Financeiro do que o sentimento de encontrar-se nessa situação, ou seja, o fato de pensar e preocuparem-se constantemente em quitar os compromissos atrasados são de extrema relevância para uma pessoa sentir-se com maior ou menor Bem-estar Financeiro.

#### 4.3.5 Validação do construto Satisfação Global de Vida

Para mensurar o fator Satisfação Global de Vida utilizou-se a escala de Hutz (2014) composta originalmente por 10 variáveis. Todavia, posteriormente a análise de conteúdo, optou-se por utilizar 7 questões com escala do tipo *likert* de cinco pontos, as quais dizem respeito ao sentimento de felicidade, realização e satisfação com a vida de maneira global. O modelo inicial proposto está indicado na Figura 17.

Figura 17 - Modelo de mensuração inicial com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

O desenho do modelo inicial evidencia a significância de todas as variáveis. Todavia, aponta um valor de 0,349 para o coeficiente da variável SG63, revelando que estratégias podem ser adotadas para melhorar o ajuste do modelo. De maneira mais detalhada, a Tabela 31 destaca os coeficientes padronizados e significância das variáveis que compõem o construto Satisfação Global de Vida.

Tabela 31 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida - Modelo inicial

Variáveis	Coeficientes padronizados	Z
SG63	0,349 <sup>1</sup>	-
SG64	0,692	7,851*
SG65	0,568	7,654*
SG66	0,727	8,001*
SG67	0,844	8,244*
SG68	0,725	7,921*
SG69	0,784	8,166*

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Ao examinar as variáveis e a significância dos coeficientes padronizados, observa-se que todas são significativas ao nível de 1%. No entanto, ao analisar os valores dos coeficientes, verifica-se que uma das variáveis apresenta valor inferior ao necessário, não contribuindo para o ajuste do modelo. Assim, a fim de confirmar que o modelo não está adequado, analisou-se simultaneamente os índices de ajuste, os quais estão demonstrados na Tabela 32.

Tabela 32 - Índices de ajuste do construto Satisfação Global de Vida - Modelo inicial

Índices de ajuste	Satisfação Global de Vida Modelo Inicial
Qui-quadrado (valor)	150,648
Qui-quadrado (probabilidade)	0,000
Graus de Liberdade	14
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	10,760
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,932
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,921
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,914
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,881
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,073

Tabela 32 - Índices de ajuste do construto Satisfação Global de Vida - Modelo inicial (conclusão)

Índices de ajuste	Satisfação Global de Vida Modelo Inicial
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,128
Índice de Confiabilidade	0,856
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,843

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os índices de ajuste do modelo inicial apresentam valores fora dos padrões pré-estabelecidos, pois a razão do qui-quadrado/graus de liberdade é superior ao valor cinco, os índices de ajuste GFI, CFI, NFI e TLI não atingem o valor mínimo de 0,95 e os índices RMR e RMSEA são superiores a 0,05 e 0,08, respectivamente. Na busca de modelos de mensuração mais adequados foram adotadas duas medidas principais: retirada das variáveis com coeficiente inferior a 0,4 (HAIR et al., 2010) e inserção de correlações entre os erros das variáveis, as quais foram, sugeridas pelo relatório do AMOS 18 e que faziam sentido teórico. Kline (2011, p. 358) afirma que “correlações entre os resíduos podem ser inseridas quando são justificáveis”. Assim, excluiu-se a questão “Você tem tudo que precisa”, por apresentar um coeficiente de 0,349 e foi inserida uma correlação entre o erro das variáveis “Você gosta da sua vida” e “Você é uma pessoa feliz” (e64 e e68 respectivamente, valor 36,040).

Após estas alterações os índices de ajuste foram verificados mais uma vez (Tabela 33).

Tabela 33 - Índices de ajuste do construto Satisfação Global de Vida - Modelo final

Índices de ajuste	Satisfação Global de Vida Modelo Final
Qui-quadrado (valor)	16,026
Qui-quadrado (probabilidade)	0,042
Graus de Liberdade	8
Qui-quadrado / Graus de Liberdade	2,003
GFI - <i>Goodness of Fit</i>	0,991
CFI - <i>Comparative Fit Index</i>	0,995
NFI - <i>Normed Fit Index</i>	0,990
TLI - <i>Tucker-Lewis Index</i>	0,990
RMR - <i>Root Mean Square Residual</i>	0,015
RMSEA - <i>R. M. S Error of Approximation</i>	0,041
Índice de Confiabilidade	0,865
<i>Alpha de Cronbach</i>	0,863

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

As alterações realizadas no modelo propiciaram o ajuste deste, todos os índices de ajuste, confiabilidade e unidimensionalidade apresentaram valores satisfatórios. Além disso, o qui-quadrado/graus de liberdade atingiu o valor de 2,003. Os coeficientes padronizados, bem como sua significância são exibidos na Tabela 34.

Tabela 34 - Coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida - Modelo final

Variáveis	Coefficientes padronizados	Z
SG64	0,660 <sup>1</sup>	-
SG65	0,558	12,032*
SG66	0,730	15,216*
SG67	0,859	16,957*
SG68	0,699	17,484*
SG69	0,787	15,955*

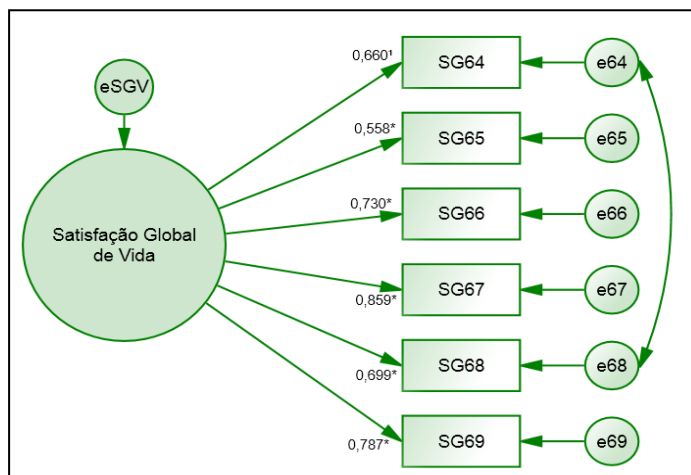
Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.

Por meio da Tabela 36 destaca-se que todos os coeficientes padronizados foram superiores a 0,4, ratificando o ajuste do modelo. Além disso, todos apresentaram significância a um nível de 1%, evidenciando a contribuição destas variáveis para composição da Satisfação Global de Vida. A Figura 18 ilustra o modelo validado.

Figura 18 - Modelo de mensuração final com os coeficientes padronizados e significância das variáveis do construto Satisfação Global de Vida.



Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: \*  $p < 0,01$ .

<sup>1</sup>valor de z não calculado, onde o parâmetro foi fixado em 1, devido às exigências do modelo.



Assim, conforme se verifica na Figura 19, o construto Satisfação Global de Vida, composto inicialmente por sete questões, foi validado com seis variáveis, sendo que a variável SG67, que indagava se os indivíduos estão satisfeitos com suas vidas, apresentou o maior coeficiente (0,859), indicando seu maior impacto na consolidação da Satisfação Global de Vida, seguida pela questão SG69 (Você se sente realizado com a vida que leva). O maior coeficiente identificado nessas duas questões enaltece a representatividade da percepção de satisfação e realização pessoal na formação de uma melhor ou pior Satisfação Global de Vida. Atenta-se para o menor coeficiente na questão SG65 (0,558 - você está satisfeito com as coisas que tem), a qual evidencia uma menor relevância da percepção positiva acerca de aspectos materiais para a formação da Satisfação Global de Vida.

#### 4.3.6 Formação dos fatores

A partir dos modelos validados, foram formados os construtos de Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida para as etapas seguintes de análise. Para formação de cada construto utilizou-se os coeficientes identificados para cada uma das variáveis nos modelos validados. Assim, ponderou-se a 100% o impacto de cada uma das questões na formação de cada construto e posteriormente formaram-se os fatores com a soma das variáveis multiplicadas pelos seus respectivos pesos. Assim, os fatores foram calculados a partir das seguintes equações:

$$\text{Atitude Financeira} = [Q49i*0,290+Q52i*0,335+Q53i*0,375] \quad (2)$$

$$\text{Comportamento Financeiro} = [Q70*0,328+Q72*0,406+Q73*0,266] \quad (3)$$

$$\text{Atitude ao Endividamento} = [Q55*0,420+Q56*0,425+Q60i*0,155] \quad (4)$$

$$\text{Bem-estar Financeiro} = [Q40i*0,237+Q41i*0,376+Q42i*0,387] \quad (5)$$

$$\begin{aligned} \text{Satisfação Global de Vida} = \\ [Q64*0,154+Q65*0,130+Q66*0,170+Q67*0,200+Q68*0,163+Q69*0,183] \quad (6) \end{aligned}$$

Diferentemente da formação desses fatores, o Conhecimento Financeiro foi consolidado por meio da soma dos acertos de cada indivíduo. Para isso, as cinco perguntas realizadas tinham apenas uma alternativa correta, sendo cada uma das respostas certas equivalente a 1 ponto. Então o fator foi formado pela soma das respostas corretas e erradas de cada entrevistado, sendo a variação da nota de 0 (errou todas as questões) a 5 (acertou todas as questões). A equação 7 ilustra esse cálculo.

$$\text{Conhecimento Financeiro} = Q78+Q79+Q80+Q81+Q82 \quad (7)$$

A Tabela 35 exibe a estatística descritiva dos fatores.

Tabela 35 - Estatística descritiva dos fatores ponderados

<b>Construtos</b>	<b>Média</b>	<b>Mediana</b>	<b>Desvio Padrão</b>
<b>Conhecimento Financeiro</b>	1,846	2,000	1,442
<b>Atitude Financeira</b>	3,000	3,093	0,944
<b>Comportamento Financeiro</b>	3,189	3,255	1,167
<b>Atitude ao Endividamento</b>	2,869	2,847	1,068
<b>Bem-estar Financeiro</b>	1,925	1,711	0,973
<b>Satisfação Global de Vida</b>	3,860	4,000	0,761

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

De maneira geral, a média dos construtos ratifica o baixo nível de Conhecimento Financeiro dos entrevistados, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Atitude ao Endividamento intermediário, baixo nível Bem-estar Financeiro e elevada Satisfação Global de Vida. Ressalta-se que as médias que se concentram no nível intermediário, revelam como já explorado na estatística descritiva dos fatores, que a amostra é heterogênea, havendo entrevistados com boas atitudes, comportamentos financeiros e baixa atitude ao endividamento, todavia também há aqueles que encontram-se em situação contrária, dificultando a gestão e condições financeiras. Desse modo, atenta-se para a necessidade de maiores investimentos por parte do governo em prol de alfabetizar essas famílias financeiramente, para que assim possam desenvolver melhores Conhecimentos, Atitudes e Comportamento Financeiros evitando elevados níveis de endividamento e maximizando o Bem-estar Financeiro e a Satisfação Global de Vida.

De posse dos fatores padronizados, aplicou-se a análise de *cluster* a fim de classificar os indivíduos acerca dos construtos investigados.

#### 4.4 ANÁLISE DE CLUSTERS

Nesta etapa foram realizadas duas análises de *cluster* hierárquico por meio do método de Ward. O primeiro é consolidado por meio dos fatores padronizados de Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Conhecimento Financeiro e Atitude ao Endividamento. Já o segundo explora grupos com características de Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida semelhantes.

O resultado do primeiro *cluster* indica a formação de três *clusters*, o primeiro (*Cluster1*) representa os indivíduos que possuem Atitude e Comportamento Financeiro mediano, baixo Conhecimento Financeiro e baixa Atitude ao Endividamento (26% dos beneficiários), o segundo (*Cluster 2*) representa aqueles que possuem uma Atitude Financeira mediana, bom Comportamento Financeiro, razoável Conhecimento Financeiro e baixa Atitude ao Endividamento (50% dos respondentes). Por fim, o *Cluster 3*, representa os indivíduos com Atitude e Comportamento Financeiro desfavorável, baixo Conhecimento Financeiro e elevada Atitude ao Endividamento (22% dos entrevistado). A Tabela 36 apresenta as estatísticas descritivas dos construtos padronizados conforme a distribuição dos *clusters*.

Tabela 36 - Estatísticas descritivas dos construtos conforme a distribuição dos *clusters*

Construto	Cluster 1 n=153 (26%) Atitude e Comportamento Financeiro <b>mediano</b> , <b>baixo</b> Conhecimento Financeiro e <b>baixa</b> Atitude ao Endividamento			Cluster 2 n=296 (51%) Atitude Financeira <b>mediana</b> , <b>bom</b> Comportamento Financeiro, <b>razoável</b> conhecimento e <b>baixa</b> Atitude ao Endividamento			Cluster 3 n=132 (23%) Atitude e Comportamento Financeiro <b>desfavorável</b> , <b>baixo</b> Conhecimento Financeiro e <b>elevada</b> Atitude ao Endividamento			Teste ANOVA
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Sig.
<b>Atitude Financeira</b>	3,010	3,093	0,857	3,270	3,334	0,908	2,377	2,337	0,832	0,000
<b>Comportamento Financeiro</b>	2,976	2,997	1,104	3,658	3,918	1,031	2,405	2,341	0,993	0,000
<b>Conhecimento Financeiro</b>	0,608	0,000	0,681	3,020	3,000	0,890	0,614	1,000	0,626	0,000
<b>Atitude ao Endividamento</b>	2,128	2,002	0,691	2,804	2,845	1,055	3,885	3,692	0,581	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observando a estatística descritiva da composição dos *clusters* verifica-se que o *Cluster 1* é formado por indivíduos com Atitude (média 3,01) e Comportamento Financeiro (média 2,97) medianos, baixo nível de Conhecimento Financeiro (média 0,608) e baixa Atitude ao Endividamento (média 2,12). Nessa perspectiva, verifica-se um perfil curioso, em que os beneficiários não apresentam uma boa Alfabetização Financeira, mas por outro lado não possuem elevada atitude ao endividamento. Na busca por compreender esse resultado, destaca-se que outras variáveis podem estar balizando a gestão financeira desses indivíduos e desse modo, mesmo sem muito conhecimento e com atitudes e comportamentos nem sempre positivos eles estão conseguindo se manter longe das dívidas.

Surpreendentemente, o *Cluster 2* é formado pela maior parte dos respondentes (51%), os quais são descritos com Atitude Financeira mediana (média 3,27), bom Comportamento Financeiro (média 3,65), Conhecimento Financeiro razoável (média 3,02) e baixa Atitude ao Endividamento (média 2,80). Essa caracterização revela que mesmo em condições precárias financeiramente, com elevada restrição orçamentária, ainda há boa parte dos respondentes que se preocupam em desenvolver uma boa Alfabetização Financeira que evite elevados níveis de dívida. Em contra partida, ainda há aqueles que exibem um elevado analfabetismo financeiro, o qual pode ser o responsável por uma maior atitude ao endividamento. Esse perfil é verificado no *cluster 3*, o qual representa a composição mais crítica, em que os pesquisados revelam Atitude (média 2,37) e Comportamento Financeiro (média 2,40) desfavorável, baixo Conhecimento Financeiro (média 0,61) e elevada Atitude ao Endividamento (média 3,88).

Comparativamente, tanto o *cluster 2* quanto o 3, revelam que uma melhor Alfabetização Financeira pode minimizar a Atitude ao Endividamento (*cluster 2*), mas por outro lado, a falta da Alfabetização Financeira pode acarretar uma ampliação no nível de dívida (*Cluster 3*). Ratificando essa evidência, Lusardi e Mitchell (2013) elucidam que fatores como a Alfabetização Financeira pode ser determinante para redução da probabilidade de exposição à dívida, pois possibilita uma melhora na tomada de decisão (LUSARDI; TUFANO, 2009). Klapper, Lusardi e Panos (2013) destacam que a Alfabetização Financeira auxilia no direcionamento à poupança, à gestão de caixa eficiente e à proteção de instabilidades financeiras. De mesmo modo, Lizote e Verdinelli (2014) enfatizam que indivíduos com pouca Alfabetização Financeira são mais propensos ao endividamento, principalmente pelo acesso ao consumo.

Em famílias mais pobres como os beneficiários do PBF esse fato pode ser ainda mais representativo, pois eles acabam visualizando no ato de consumir um meio de se tornarem parte integrante da sociedade, como se a ausência de determinado produto em suas vidas

representa a não aceitação social e uma maior marginalização (LUCKE et al., 2014). Vilain e Pereira (2013) corroboram, revelando que o consumo é visto como sinônimo de status e luxo, sendo que as pessoas em busca de prazeres materiais, reconhecimento social, sucesso profissional, respeito, satisfação e felicidade realizam aquisições sem necessidade e sem condições monetárias para arcar com os compromissos fixados, mesmo que saibam que estão sendo precipitados.

Assim, sabendo que a Alfabetização Financeira pode ser um alicerce para minimizar o nível de dívida e ampliar a qualidade da gestão financeira, busca-se reconhecer como se procede a gestão financeira de cada um desses *clusters*, a fim de caracterizá-los e compreender mais pontualmente a composição de cada um deles. Ressalta-se que as estimativas foram realizadas da questão 1 a 35 do questionário, mas foram apresentadas apenas aquelas que se mostraram significativas no teste de Qui-Quadrado. A Tabela 37 exibe a estatística descritiva de cada uma das variáveis para cada um dos *clusters* formados.

Tabela 37 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos *Clusters* e Qui<sup>2</sup> com seu valor e significância

Variável	Alternativas	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Qui <sup>2</sup> Pearson [p-valor]
No dia em que você recebe o dinheiro do Bolsa Família, o que você faz primeiro:	Paga suas dívidas (prestação de lojas, carnês).	11,0	13,0	18,5	24,112 [0,087]
	Compra material escolar para as crianças.	13,0	13,0	6,9	
	Compra passagens para o transporte.	1,4	4,2	0,8	
	Compra remédio.	5,5	4,9	5,4	
	Compra alimentos.	36,3	40,5	40,0	
	Paga as contas de água/luz/gás/aluguel.	16,4	13,7	21,5	
	Compra roupas/calçados/créditos para o celular.	9,6	6,7	5,4	
	Guarda o dinheiro.	2,1	2,1	0,0	
	Outros.	4,8	1,8	1,5	
Em quanto tempo o recurso do bolsa família é gasto?	Quando recebo já estou com todo o dinheiro gasto.	43,1	53,6	66,4	27,804 [0,002]
	Em uma semana.	27,5	30,5	21,4	
	Em duas semanas.	18,3	9,8	9,2	
	Em três semanas.	6,5	2,7	1,5	
	Em um mês.	4,6	3,1	0,8	
	Em mais de um mês.	0,0	0,3	0,8	
Você possui dívida	Não	45,8	32,8	34,1	7,758 [0,021]
	Sim	54,2	67,2	65,9	
Você possui algum tipo de poupança?	Não	76,5	67,9	84,1	13,125 [0,001]
	Sim	23,5	32,1	15,9	

Tabela 37 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos *Clusters* e Qui<sup>2</sup> com seu valor e significância

Variável	Alternativas	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	(conclusão)
					Qui <sup>2</sup> Pearson [p-valor]
Você já emprestou seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?	Não	58,0	40,8	50,0	17,853 [0,001]
	Sim, já emprestou.	38,7	54,4	40,9	
	Sim, está emprestando.	3,3	4,8	9,1	
Na sua casa, alguém possui cartão de crédito	Não	63,4	43,9	43,9	17,103 [0,000]
	Sim	36,6	56,1	56,1	
Você tem conta em algum banco	Não	64,7	49,0	74,2	26,975 [0,000]
	Sim	35,3	51,0	25,8	
Qual das seguintes afirmações MELHOR descreve o quanto você controla seus gastos regulares.	Não costuma controlar seus gastos.	10,5	5,1	22,7	80,311 [0,000]
	Mantém um pequeno controle sobre seus gastos.	21,6	16,6	31,8	
	Não mantém escrito, mas controla os gastos.	39,2	26,7	31,1	
	Utiliza anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos.	28,8	51,7	14,4	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Nota: Cluster 1 (Atitude e Comportamento Financeiro mediano, baixo Conhecimento Financeiro e baixa Atitude ao Endividamento); Cluster 2 (Atitude Financeira mediana, bom Comportamento Financeiro, razoável conhecimento e baixa Atitude ao Endividamento) e Cluster 3 (Atitude e Comportamento Financeiro desfavorável, baixo Conhecimento Financeiro e elevada Atitude ao Endividamento). %, representa o quanto por cento cada alternativa representa para aquele cluster.

Inicialmente, destacam-se características semelhantes entre os *clusters*. Nos três grupos investigados a compra de alimentos é o primeiro destino do dinheiro do PBF (36,3%, 40,5% e 40,0% respectivamente cluster 1, 2 e 3), sendo que quando recebem o recurso ele já está todo comprometido (43,1%, 53,6% e 66,4% respectivamente cluster 1, 2 e 3), estão endividados (54,2%, 67,2% e 65,9% respectivamente cluster 1, 2 e 3) e não conseguem realizar nenhum tipo de economia (76,5%, 67,9% e 84,1% respectivamente cluster 1, 2 e 3). Deste modo, essas são variáveis que não interferem na consolidação de cada um dos *clusters*, todavia deixam claro a restrição orçamentária destes, que independente de serem ou não alfabetizados financeiramente ou de terem uma maior ou menor atitude ao endividamento não disponibilizam de recursos extras, estão endividados e não conseguem economizar dinheiro por que realmente não sobra no final do mês.

Observando as demais variáveis, percebe-se no *Cluster* 1 em que os indivíduos possuem Atitude e Comportamento Financeiro mediano, baixo Conhecimento Financeiro e baixa Atitude ao Endividamento, são aqueles que relatam já terem emprestado o nome para outra pessoa comprar (58,0%), não possuir cartão de crédito (63,4%), nem conta em banco (64,7%) e não manter escrito as despesas da família, mas controla os gastos (39,2%). Essas

características explicam parte do fato de terem baixa atitude à dívida mesmo com baixa Alfabetização Financeira. Isso, pois, não possuem cartão de crédito o que poderia estimular ao consumo, não possuem conta em banco, o que poderia leva-los a realização de empréstimos e de alguma maneira realizam controle de seus gastos o que gera uma segurança na equidade entre receitas e despesas.

Quando ao *cluster 2* (são Alfabetizados Financeiramente e possuem baixa Atitude ao Endividamento) os respondentes também exibem terem emprestado o nome para amigos e/ou familiares comprar (54,4%), mas contrário ao *cluster 1* possuem cartão de crédito (56,1%) e conta em banco (51,0%) e buscam manter por escrito o controle dos gastos (51,7%). Dado que eles são mais alfabetizados financeiramente, o fato de terem cartão de crédito e conta em banco ampliam as alternativas financeiras, sendo a manutenção de um controle por escrito dos gastos um grande aliado do baixo nível de atitude ao endividamento. Segundo Collins et al., (2009), essa relação com os bancos para quem sabe gerir é muito positiva, pois possibilita em casos de necessidades recorrerem a obtenção de recursos por meios formais, evitando a informalidade, os elevados juros e a insegurança em relação aos contratos informais.

Por fim o *cluster 3*, representa a situação mais crítica dos pesquisados, baixa Alfabetização Financeira e alta Atitude ao Endividamento, além disso são aqueles que nunca emprestaram o nome (50,0%), que possuem cartão de crédito (56,1%) não possuem conta em banco (74,2%) e costumam manter apenas um pequeno controle sobre seus gastos (31,8%). O fato de terem cartão de crédito e não terem uma boa Alfabetização Financeira faz com que potencialize o endividamento, já que o cartão de crédito influencia a compra, pois o dinheiro envolvido no consumo parece irreal e abstrato, além disso, o desembolso não é imediato (ROCHA, 2007) dando uma falsa impressão de comprar sem ter gasto. Outro fato que torna esse grupo de indivíduos ainda mais vulneráveis é a evidência de que eles costumam manter apenas um pequeno controle dos gastos, sem nenhum tipo de anotação ou rigidez, o que faz com que eles dificilmente se mantenham financeiramente saudáveis (LIZOTE; SIMAS; LANA, 2012).

Após a caracterização dos *clusters* compostos pelos fatores que formam a Alfabetização Financeira e a Atitude ao Endividamento, busca-se investigar grupos com perfis de Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida semelhantes.

Assim, a segunda análise de *Cluster* também resultou na formação de três *clusters*, o primeiro (*Cluster1*) representa os indivíduos que possuem alta Satisfação Global de Vida e elevado Bem-estar Financeiro (15% dos beneficiários), o segundo (*Cluster 2*) representando aqueles que possuem uma Alta Satisfação Global de Vida, Baixo Bem-estar Financeiro (64%

dos respondentes). Por fim, o *Cluster 3*, representa os indivíduos com Média Satisfação Global de Vida, Baixo Bem-estar Financeiro (21% dos entrevistados). A Tabela 38 apresenta as estatísticas descritivas dos construtos padronizados conforme a distribuição dos *clusters*.

Tabela 38 - Estatísticas descritivas dos construtos conforme a distribuição dos *clusters*

Construto	Cluster 1 n=380 (64% ) Alta Satisfação Global de Vida, Baixo Bem-estar Financeiro			Cluster 2 n=122 (21%) Média Satisfação Global de Vida, Baixo Bem-estar Financeiro			Cluster 3 n=86 (15%) Alta Satisfação Global de Vida e Alto Bem-estar Financeiro			Teste ANOVA
	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Média	Mediana	Desvio Padrão	Sig.
<b>Satisfação Global de Vida</b>	4,202	4,092	0,459	2,746	2,870	0,483	3,955	4,000	0,651	0,000
<b>Bem-estar Financeiro</b>	1,608	1,613	0,532	1,584	1,474	0,568	3,831	4,000	0,750	0,000

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Ao analisar as estatísticas descritivas dos construtos que formam cada um dos *clusters*, observa-se que os indivíduos com alta Satisfação Global de Vida (média 4,20) e baixo Bem-estar Financeiro (média 1,60) compõem o *Cluster 1*, o qual abarca o maior número de respondentes. Essa composição caracteriza uma combinação instigante, a medida que representa os beneficiários do PBF que estão satisfeitos com suas vidas, mas que financeiramente possuem restrições significativas, que os levam a um Bem-estar Financeiro reduzido. Esse resultado vai ao encontro das evidências identificadas na estatística descritiva desses construtos, pois já naquela análise verificou-se essa estrutura de respostas. Como justificativas para esse fato, salienta-se a pesquisa realizada pela OECD (2014) que evidencia a renda como sendo o aspecto que menos impacta o bem-estar dos brasileiros.

No *Cluster 2*, tem-se indivíduos com uma Satisfação Global de Vida intermediária (média 2,74), próximo da alternativa indiferente e um baixo Bem-estar Financeiro (média 1,58). Assim, verifica-se que a satisfação com a vida não é completamente eminente, sendo que o mal-estar financeiro pode ser um dos fatores que maximizam uma percepção mais desfavorável com a vida nesse grupo em específico, já que no *Cluster 1* não é verificado esse mesmo comportamento.

Analisando conjuntamente o *Cluster 1* e o *Cluster 2*, verifica-se que estes representam em torno de 85% dos entrevistados, os quais apresentam uma baixo nível de Bem-estar Financeiro, mas uma elevada e intermediária Satisfação Global de Vida respectivamente. Além do aspecto material já apontado anteriormente, outra justificativa para essa situação que



pode ser levantada é o fato de a pesquisa ter sido realizada com beneficiários do PBF, os quais recebem um montante financeiro mensalmente do Governo Federal, que, em média, fixa-se no grupo investigado em torno de R\$ 173,62. Segundo Collins et al. (2009), a disponibilização de um recurso financeiro mensal a essas famílias ocasiona uma maior elevação dos padrões de vida, especialmente pelo fato do maior dilema delas ser a sazonalidade da renda mensal, sendo que para maior parte dos beneficiados, o valor recebido do PBF é o único recurso fixo auferido mensalmente (SUGIYAMA; HUNTER, 2013). Além disso, Souza e Lamounier (2010) acrescentam que o PBF amplia as possibilidades de consumo dessa parcela da população.

Esse panorama deixa claro que este montante concedido pelo PBF ainda não é suficiente para que essas famílias tenham uma condição financeira adequada que lhes permita consumir satisfatoriamente, evitando as preocupações com as dívidas e consolidando um bom Bem-estar Financeiro. Por outro lado, estas famílias apresentaram níveis alto e médio de Satisfação Global de Vida. Buscando compreender essa relação, pesquisas anteriores apontam que a possibilidade de satisfazer as necessidades básicas para indivíduos de baixa renda já os tornam mais satisfeitos com a vida (Howell e Howell, 2008). Essa perspectiva leva em consideração a teoria de Maslow, a qual revela que os indivíduos são motivados segundo suas necessidades (Maslow, 1943); desse modo, para indivíduos de baixa renda o fato de a base da pirâmide ser contemplada (necessidades fisiológicas) já amplia a satisfação de vida (Diener et al., 2010), visto que, antes do PBF nem essas necessidades eram supridas, o que poderia os tornar mais insatisfeitos e gerar emoções negativas. Clark, Frijters e Shields (2006) relatam que as pessoas mais pobres se adaptam a realidade a que estão impostas, o que as torna mais satisfeitas com a vida mesmo em condições financeiras precárias.

Assim, pode-se dizer que do ponto de vista psicológico essas famílias tem a percepção de que a vida melhorou a partir do momento em que se tornaram beneficiárias do PBF (Santos et al., 2014; Brasil, 2009), o que impacta positivamente na percepção de SGV. Mas, por outro lado, o valor auferido não é suficiente para gerar BEF e afastar as preocupações inerentes a dívidas e instabilidades financeiras. O governo concede um valor médio de R\$173,62 aos pesquisados, os quais o descrevem como baixo (36,97%) e suficiente (25,04%). Santos et al. (2014) ratificam, esclarecendo que os beneficiários sentem-se mais satisfeitos pela possibilidade de ampliação da renda por meio de um programa social, no entanto que este não é suficiente para suprir todas as necessidades para a emancipação sustentada da família.

Por fim, de maneira contrária ao comportamento dos outros *clusters* o *Cluster 3* é formado por indivíduos com alta Satisfação Global de Vida (média 3,95) e alto Bem-estar

Financeiro (média 3,83). Esse grupo evidencia uma característica de fácil compreensão, dado que diversos fatores revelam que pessoas com elevado Bem-estar Financeiro também apresentam alta Satisfação Global de Vida. Ratificando essa afirmativa, Falahati et al. (2012) enfatizam que a satisfação financeira é fundamental para a satisfação pessoal e mais global com a vida, já que conforme Kim e Tech (1999), os sentimentos de satisfação ou insatisfação vinculados aos aspectos financeiros influenciam em diversos âmbitos da vida do indivíduo, como família e trabalho.

Partindo do reconhecimento dos grupos que compõem cada um dos *clusters* busca-se, de maneira mais específica, caracterizar cada *cluster* com o intuito de compreender quais as variáveis que contribuem para as composições apontadas. Para isso, utilizam-se variáveis de gestão. Assim, a Tabela 39 exibe a estatística descritiva de cada uma das variáveis para cada um dos *clusters* formados.

Tabela 39 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos *Clusters* e Qui<sup>2</sup> com seu valor e significância

Variável	Alternativas	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Qui <sup>2</sup> Pearson [p-valor]
Você possui dívida	Não	40,0	14,8	53,5	37,493 [0,000]
	Sim	60,0	85,2	46,5	
Com relação aos seus gastos, você diria que:	Gasta mais do que ganha.	50,8	73,0	34,9	33,012 [0,000]
	Gasta igual ao que ganha.	36,1	18,9	43,0	
	Gasta menos do que ganha.	13,2	8,2	22,1	
Qual a frase que MELHOR descreve a situação do dinheiro que a sua família ganha a cada mês?	Geralmente, têm mais do que precisam para pagar todas as contas mensais e podemos	1,6	0,0	3,5	32,524 [0,000]
	Pagam todas as contas e de vez em quando sobra um pouco para comprarmos coisas extras.	16,6	7,4	28,2	
	Pagam todas as contas e têm o suficiente para gastos esporádicos (ex. presentes de aniversário).	13,7	7,4	17,6	
	Pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras.	36,8	41,0	29,4	
	Geralmente, não conseguem pagar todas as despesas mensais.	31,3	44,3	21,2	
Qual das seguintes afirmações MELHOR descreve o quanto você controla seus gastos regulares.	Não costuma controlar seus gastos.	9,5	8,2	18,6	12,511 [0,050]
	Mantém um pequeno controle sobre seus gastos.	20,0	22,1	24,4	
	Não mantém escrito, mas controla os gastos.	33,9	31,1	18,6	
	Utiliza anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos.	36,6	38,5	38,4	

Tabela 39 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos *Clusters* e Qui<sup>2</sup> com seu valor e significância

Variável	Alternativas	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	(conclusão)	
					Qui <sup>2</sup> Pearson	[p-valor]
No geral, quanto satisfeito você está com sua situação financeira?	Totalmente Insatisfeito.	4,5	15,6	3,5	50,109	[0,000]
	Insatisfeito.	29,2	47,5	25,6		
	Indiferente.	21,6	18,0	22,1		
	Satisfeito.	40,5	18,9	46,5		
	Totalmente Satisfeito.	4,2	0,0	2,3		
Você faz algum tipo de poupança?	Não	77,1	69,7	64,0	7,497	[0,024]
	Sim	22,9	30,3	36,0		
Você já teve, ou tem, seu nome ligado ao cadastro negativo?	Não	36,8	22,3	44,2	13,591	[0,009]
	Sim, já esteve no passado.	23,4	31,4	25,6		
	Sim, está atualmente.	39,7	46,3	30,2		
Você já emprestou seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?	Não	47,2	40,0	55,8	9,729	[0,045]
	Sim, já emprestou.	47,	55,8	34,9		
	Sim, está emprestando.	5,6	4,2	9,3		
Você tem conta em algum banco	Não	62,9	46,7	59,3	9,991	[0,007]
	Sim	37,1	53,3	40,7		

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

**Nota.** *Cluster 1* (Alta Satisfação Global de Vida, Baixo Bem-estar Financeiro); *Cluster 2* (Média Satisfação Global de Vida, Baixo Bem-estar Financeiro) e *Cluster 3* (Alta Satisfação Global de Vida e elevado Bem-estar Financeiro). %, representa o quanto por cento cada alternativa representa para aquele cluster.

Por meio do Qui-Quadrado, pode-se observar que há uma relação de dependência estatisticamente significativa ao nível de no mínimo 5% entre os *clusters* e as variáveis: se estão dentro do orçamento mensal, qual a situação financeira que se encontram, se controlam os gastos mensalmente, se estão financeiramente satisfeitos, se conseguem economizar, se já teve o nome vinculado a algum cadastro negativo de dívida, se empresta ou já emprestou o nome para alguém e se possui conta em banco.

Em relação ao *Cluster 1*, o qual é composto por pessoas com alta Satisfação Global de Vida e baixo Bem-estar Financeiro, verifica-se que a maior frequência das respostas encontra-se nas seguintes alternativas: possuem dívida (60,0%), gastam mais do que ganham (50,8%), pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras (36,8%), utilizam anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos (36,6%), estão satisfeitos com a situação financeira (40,5%), não possuem nenhum tipo de poupança (77,1%), estão com o nome vinculado a um cadastro negativo de dívida (39,7%), poucos estão emprestando o nome para alguém (5,6%) e não possuem conta em banco (62,9%).

Esse perfil caracteriza pessoas em uma situação financeira desfavorável, dívidas que chegaram a patamares tão elevados ocasionando a vinculação do nome a um cadastro negativo e restrição orçamentária que não permite a realização de poupança nem o consumo

de coisas extras. Mas, mesmo com todas estas controvérsias apontam estarem satisfeitas com sua situação financeira. Assim, toda essa situação desfavorável vinculada as finanças pode não ser, para essa parcela da amostra, um aspecto que influencie suas vidas, fazendo com que elas não estejam com um bem-estar financeiro, pois preocupam-se com a situação, mas isso não as torna insatisfeitas com a vida e com a situação financeira ultrapassada, pois possivelmente já passaram por circunstâncias ainda piores e além disso podem levar em consideração outros aspectos para consolidação dessas percepções.

O *Cluster 2*, consolidado por indivíduos indiferentes quanto a Satisfação Global de Vida e com baixo Bem-estar Financeiro são aqueles que possuem dívida (85,2%), gastam mais do que ganham (73,0%), geralmente, não conseguem pagar todas as despesas mensais (44,3%), anotam por escrito os gastos mensais para manter maior controle sobre as despesas (38,5%), estão insatisfeitos com a situação financeira (47,5%), não conseguem realizar nenhum tipo de poupança (69,7%), estão com o nome ligado a um cadastro de dívida ativa (46,3%), já emprestaram o nome para amigo e/ou familiares (55,8%) e possuem conta em banco (53,3%).

Comparativamente ao *Cluster 1*, verifica-se que os beneficiários que compõem o *Cluster 2* encontram-se em uma situação financeira ainda mais limitada, pois além das dívidas e restrições eles ainda não conseguem pagar as contas mensais, estão insatisfeitos com a situação financeira, já emprestaram o nome para alguém e possuem conta em banco possivelmente negativas. Essa condição de total instabilidade financeira e limitação ao consumo pode ser um dos fatores que faz com que esse grupo em específico esteja indiferente quanto a Satisfação Global de Vida (média de 2,74).

Por fim, o *Cluster 3* é representado pelos beneficiários com alta Satisfação Global de Vida e alto Bem-estar Financeiro, os quais não possuem dívidas (53,5%), gastam igual ao que ganham (43,0%), pagam as despesas mensais, mas não conseguem comprar coisas extras (29,4%), sendo que boa parcela (28,2%) pagam todas as contas e de vez em quando ainda sobra algum recurso para comprar coisas extras, utilizam anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos (38,4%), estão satisfeitos com a situação financeira (46,5%), não realizam poupança (64,0%), nunca tiveram o nome cadastrado em uma lista de dívida ativa (44,2%), evitam emprestar o nome para outra pessoa realizar alguma compra (55,8%) e não possuem conta em banco (59,3%).

Contrária a situação exposta nos dois grupos anteriores, a condição financeira dos indivíduos pertencentes ao *Cluster 3* é mais amena. Eles não se encontram endividados, gastam controladamente, muitas vezes tem condições de consumir coisas extras, estão

satisfeitos com a situação financeira, não estão negativados, mas por serem pessoas de baixa renda não conseguem realizar poupança. Essa caracterização faz com que esse grupo seja o que se encontra em melhores condições de satisfação com a vida e percepção de Bem-estar Financeiro.

Afastando-se dos aspectos inerentes a questões financeiras, verifica-se o comportamento de cada Cluster em questões como alimentação e o fato de sofrer preconceitos por ser beneficiado do PBF (Tabela 40).

Tabela 40 - Percentual de respostas de cada variável para cada um dos Clusters e Qui<sup>2</sup> com seu valor e significância

Variável	Alternativas	Cluster 1	Cluster 2	Cluster 3	Qui2 Pearson [p-valor]
Pensando na quantidade de alimentos consumidos na sua casa, em um mês, você diria que:	Muitas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.	13,7	25,4	15,1	28,347 [0,00]
	Algumas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.	35,9	45,9	23,3	
	Sempre é suficiente para todos se alimentarem bem.	50,4	28,7	61,6	
Alguma vez você, ou alguém da sua família, sofreu algum preconceito ou constrangimento, pelo fato de receber o Bolsa Família?	Sim	16,6	27,3	17,4	6,986 [0,003]
	Não	83,4	72,7	82,6	

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Os Clusters 1 e 3 são aqueles em que os indivíduos mostraram-se satisfeitos com a vida e a Tabela 41 ilustra que são aqueles que sempre possuem comida suficiente para que a família se alimente bem (50,4% e 61,6% respectivamente). Por outro lado, no Cluster 2, em que os respondentes mostraram-se indiferentes perante a satisfação de vida, algumas vezes a quantidade de alimentos não é suficiente para suprir as necessidade da família (45,9%). Quando questionados a respeito de terem sofrido algum preconceito por receber o PBF, nos três grupos identificados pelo cluster a resposta de maior frequência é não, no entanto pode-se notar que no Cluster 2 o percentual de respostas não (72,7%) é inferior aos outros dois (83,4% e 82,6%, Clusters 1 e 3 respectivamente). Ressalta-se que as variáveis de perfil também foram testadas, mas não se mostraram relevantes na consolidação dos clusters.

Resumidamente, por meio das análises de cluster pode-se notar perfis bem distintos dentro da amostra, em que há aqueles que se encontram com atitudes que os levam a

distanciar-se do endividamento, mas também exhibe-se indivíduos com baixíssima Alfabetização Financeira, situação controversa em relação ao dinheiro e atitude muito favorável ao endividamento. Além disso, identificam-se pessoas satisfeitas com a vida, mas diante das restrições e dificuldade financeiras apresentam baixo Bem-estar Financeiro. Esse panorama revela, que mesmo em um contexto interiorano em que as cidades apresentam características semelhantes, há uma heterogeneidade da amostra que enfatiza a necessidade de maiores investigações que aprofundem os estudos acerca desse público para que se compreendam melhor quais suas reais necessidades.

#### 4.5 SÍNTESE DOS RESULTADOS E IMPLICAÇÕES

Para melhor visualizar os achados apontados e compreender como estes podem ser importante para o aprimoramento do PBF, são elencados os principais resultados encontrados e as implicações de cada um deles. Assim, em relação à caracterização da amostra, ressalta-se a quase unanime presença feminina, ratificando o interesse do governo em priorizar a concessão do benefício a elas. Desse modo, as mulheres passam a ter mais autonomia na toma de decisão financeira, o que exige delas uma gestão financeira eficiente, já que a unidade familiar é grande, com cônjuge, filhos e às vezes outros parentes, o nível educacional (não ultrapassa a 8ª série) é baixo, os empregos são informais e a restrição orçamentária é elevada (renda mensal de R\$200,00 a R\$500,00, sendo que do PBF auferem em torno de R\$112,00). Esse perfil aponta para a necessidade de novas frentes de projetos e investimentos, por parte do governo, em prol de ampliar o nível educacional dos beneficiários, para que assim sejam mais bem informados e tenham condições de tomarem melhores decisões e principalmente tenham maiores oportunidades de empregos formais pela qualificação que adquiririam, já que a sazonalidade salarial também é uma dificuldade encontrada por essas famílias.

Nesse sentido, os respondentes afirmaram que o PBF amenizou as dificuldades relacionadas à sazonalidade das rendas mensais, pois garante um recurso mínimo regularmente, o que proporcionou uma melhora na qualidade de vida dessas famílias. Logo, os pesquisados relataram estarem conseguindo se alimentar bem, que nunca sofreram preconceito por ser beneficiários do PBF, que a vida melhorou após a participação no programa e que de maneira geral o programa é nota 10. Mas, por outro lado, apontaram que o valor concedido pelo governo é baixo. Nesse sentido, uma das possibilidades seria a ampliação dos investimentos por parte do governo no programa, realizando estudos que viabilizassem o aumento do valor do benefício para as famílias mais necessitadas.

A elevação do valor do benefício também seria importante, uma vez que essas pessoas muitas vezes não conseguem pagar todas as despesas mensais ou pagam, mas não sobra dinheiro para comprar coisas extras, gastam mais do que ganham, estão endividados principalmente com lojas de crediário e supermercados e quando recebem o dinheiro este já está todo comprometido. Todavia, mesmo com essas condições, a maior parte revela estar satisfeito com sua situação financeira. Esse resultado é instigante, à medida que diante das adversidades vividas a percepção da situação financeira é positiva. Assim, pode-se conjecturar que a concessão do benefício trás para estas pessoas uma percepção de melhoria na vida cotidiana de maneira que, comparativamente com sua situação anterior, elas se sintam financeiramente mais realizadas, sendo que uma ampliação do valor concedido poderia maximizar ainda mais esse sentimento bem como a qualidade de vida dessas pessoas.

No entanto, salienta-se que apenas ampliar o valor monetário do benefício pode não solucionar todos os problemas, pois os recursos concedidos pelo PBF não detém regras de aplicação específicas, ou seja, as famílias necessitam cumprir com as condicionalidades impostas, mas tem total liberdade para alocação do recurso. Desse modo, salienta-se a importância de uma gestão financeira eficiente. Nesse sentido, os achados revelam que a gestão financeira das famílias é realizada prioritariamente pelas mulheres beneficiárias, as quais se dizem mais responsáveis e conhecedoras das necessidades da família, relatam controlar seus gastos por meio de anotações ou não, comparar preços e, quando necessitam, pedem dinheiro emprestado. Como ferramentas adotadas para essa gestão, elucidam não possuir cartão de crédito nem conta em banco e muito menos realizar poupança, mas grande parte diz ter carnê de crediário o que os estimula o consumo e muitas vezes o descontrole financeiro.

Em relação aos fatores comportamentais, discute-se inicialmente a Alfabetização Financeira, na qual os entrevistados apresentaram baixo nível de Conhecimento Financeiro e Atitude e Comportamento intermediários, havendo aqueles com melhores e outros com piores atitudes e comportamentos, ou seja, perfis heterogêneos. Assim, preocupa mais pontualmente o fato de terem apresentado baixo nível de Conhecimento Financeiro, pois este influencia os outros dois fatores, e mais ainda, dificulta a toma de decisões financeiras eficientes. As lacunas mais eminentes em relação ao conhecimento desses indivíduos dizem respeito à realização de contas matemáticas que possibilitem tanto a realização de cálculos básicos, como também a compreensão de taxas de juros, o conhecimento do valor do dinheiro no tempo e os aspectos inerentes à relação risco e retorno.

Vislumbrando essa circunstância e a maneira como os pesquisados gerenciam seus recursos é que se propõe o desenvolvimento de ações preventivas e corretivas que contribuirão para uma melhor qualidade de vida dessas famílias. Essas medidas, dizem respeito a maiores investimentos do governo em prol do letramento financeiro desses indivíduos, por meio de cursos de capacitação, por exemplo. Os resultados indicam que esses esforços devem ser pelo menos na região investigada, voltados às mulheres, as quais costumam ter o controle das operações financeiras e além delas sugere-se, a inclusão de cursos de alfabetização financeira nas escolas públicas da região, pois se acredita que a capacitação de jovens pode gerar adultos mais conscientes e capacitados a tomarem decisões financeiras mais assertivas. Os tópicos que poderiam ser abordados são: controle de receitas e despesas, relação bancária, cálculos matemáticos básicos, conceitos de taxa de juros, relação risco e retorno e valor do dinheiro no tempo. Salientam-se esses pontos, pois foram nestes que os entrevistados mostraram maiores dificuldades. Esse aprendizado tornaria os beneficiários do PBF mais capazes de gerir seus recursos financeiros, os adequando as necessidades e distanciando-os dos elevados níveis de endividamento.

Partindo dessa preocupação, buscou-se também verificar a atitude dos beneficiários em relação ao endividamento. Os resultados apontaram que as piores atitudes estão relacionadas com o uso indiscriminado do dinheiro, especialmente com compras parceladas, mas que melhores atitude são exibidas quando se questiona a preocupação com o controle dos gastos. De maneira geral, a amostra está dividida, havendo aqueles com atitudes muito favoráveis a elevados níveis de endividamento, mas também existem outros mais preocupados com essas questões. Comparando esse resultado com a variável que questiona se eles possuem dívidas, pode-se notar que a maior parte já se encontra endividada, mas que a preocupação com o controle dos gastos, por parte do grupo que apresentou boa atitude, pode amenizar essas dificuldades e auxiliar no distanciamento das dívidas futuras e na aproximação com o Bem-estar Financeiro e conseqüentemente a satisfação global de vida.

Assim, para o fator Bem-estar Financeiro verifica-se uma percepção negativa, justificada por uma elevada preocupação com as dívidas e pensamentos constantes vinculados a essa situação. Disso, conclui-se que eles pretendem eliminar as dívidas no futuro, mas no presente sentem-se desconfortáveis com as contas atuais. Quanto à Satisfação Global de Vida revela-se que, em média, os entrevistados estão satisfeitos com suas vidas, gostam, são felizes e sentem-se bem com a vida que possuem, mas dizem não possuir tudo o que precisam. Esse resultado é um indicativo de que os aspectos materiais não são tão relevantes para a consolidação da satisfação global de vida, pois mesmo eles não possuindo tudo o que



precisam estão satisfeitos com a vida. Por meio dos achados desses dois fatores, ratifica-se o fato de que mesmo em condições financeiras difusas e com baixo bem-estar financeiro os beneficiados sentem-se felizes e satisfeitos com a vida, revelando o efeito positivo do PBF para vida destes.

No âmbito da validação de instrumentos, esse trabalho é relevante, à medida que se desenvolveu a validação de escalas para mensuração da Atitude Financeira, Comportamento Financeiro, Atitude ao Endividamento, Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida de indivíduos de baixa renda. Todavia, atenta-se nesse processo para o grande número de variáveis que tiveram de ser eliminadas em todos os fatores, com exceção do de satisfação global de vida. Isso traz um *insight* de que outras escalas devem ser testadas com públicos de baixa renda, pois provavelmente há outras questões relevantes em cada um desses fatores.

Por fim, a análise de cluster possibilitou identificar que dentro da mesma amostra, há indivíduos mais alfabetizados financeiramente com menor nível de Atitude ao Endividamento, mas que também existem aqueles com baixo nível de conhecimento financeiro, atitude e comportamento intermediário e elevada atitude a dívida. Os que se encontram com as características do segundo grupo representam indivíduos em situações críticas, que merecem uma maior atenção das autoridades no sentido de alfabetizá-los financeiramente para que sejam mais eficientes nas suas decisões e controlem melhor seus gastos já que eles também apontam não possuírem um controle rígido de suas despesas.

Em relação ao segundo cluster, o mais representativo é formado por pessoas com alta Satisfação Global de Vida e baixo Bem-estar Financeiro. Buscando caracterizar o perfil financeiro desses indivíduos percebeu-se que esse grupo foi o que exibiu uma pior situação financeira. Todavia, quando questionados quanto à satisfação com a situação financeira eles revelam estarem satisfeitos. Como justificativas para esse contexto, exhibe-se mais uma vez o fato de terem sido entrevistados beneficiários do PBF, que só por esse fato já percebem a vida de uma maneira mais positiva, pois as necessidades básicas foram melhor supridas após o ingresso no programa. Para melhor ilustrar os resultados discutidos e suas implicações apresenta-se a Figura 19.

Figura 19 – Síntese dos principais resultados e de suas implicações

	<b>Resultado</b>	<b>Implicações</b>
<b>Estatística Descritiva</b>		
<b>Perfil</b>	Em média 38 anos, mulheres, casadas, com dependentes, casa própria, possuem até a 8ª série, trabalho informal, receita mensal de R\$200,00 a R\$500,00.	Necessidade de maiores investimentos na escolaridade dos beneficiários, bem como na ampliação dos trabalhos formais.
<b>Percepção com relação ao PBF</b>	A vida melhor, o PBF é nota 10, os alimentos são suficientes, não sofrem preconceito e o valor recebido é de médio para baixo.	Efeito positivo do PBF na vida dos beneficiários. Por outro lado, o valor concedido é dito baixo.
<b>Situação Financeira</b>	Pagam as despesas mensais, mas não compram coisas extras, gastam mais do que ganham, o dinheiro do PBF já é comprometido, possuem dívida, não emprestam o nome e tem alguns satisfeitos e outros insatisfeitos.	O programa ampliou a qualidade de vida dos beneficiários, mas o valor recebido não permite a total emancipação financeira das famílias, assim a gestão do PBF poderia repensar o valor repassado.
<b>Alocação dos recursos</b>	Material escolar, alimento, remédio, água/luz/gás/aluguel e roupas/calçados	Ampliação das condições de consumo e consequentemente da qualidade de vida.
<b>Gestão financeira</b>	As mulheres que gerem o dinheiro, pois se dizem mais responsáveis, normalmente não sobra recursos ao fim do mês, mas o controle é realizado por anotações, quando necessitam pedem dinheiro emprestado para amigo/familiar e pesquisam os preços e compra no local mais barato.	Buscam controlar o orçamento, mas este é muito limitado. Isso, aliado ao fato de as mulheres gerirem o dinheiro, aponta para possíveis iniciativas voltadas ao melhoramento da gestão financeira dessas mães de família.
<b>Ferramentas de gestão financeira</b>	Não possuem cartão de crédito, possuem carnê de crediário, não realizam poupança, recebem o benefício pelo cartão e não possuem conta em banco.	Necessidade de maior bancarização e maior controle na disponibilização de carnês de loja.
<b>Fatores comportamentais</b>	De maneira geral, a média dos construtos ratifica o baixo nível de Conhecimento Financeiro dos entrevistados, Atitude Financeira, Comportamento Financeiro e Atitude ao Endividamento intermediário, baixo nível Bem-estar Financeiro e elevada Satisfação Global de Vida.	Necessidade de maior alfabetização financeira dos beneficiários, que propiciasse decisões mais assertivas e consequentemente melhor bem-estar financeiro e satisfação global de vida.
<b>Validação</b>		
<b>Atitude financeira</b>	De 10 sobraram 3 variáveis, sendo a de maior impacto, para você o dinheiro é feito para gastar.	Queda de muitas variáveis, evidenciando que novas escalas devem ser testadas. Por outro lado, possibilita que pesquisas voltadas para o público de baixa renda utilizem as escalas aqui validadas.
<b>Comportamento financeiro</b>	De 8 sobraram 3 variáveis, sendo a de maior impacto, referente a um plano de gatos/orçamento	
<b>Atitude ao Endividamento</b>	De 9 sobraram 3 variáveis, sendo a de maior impacto, prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro.	
<b>Bem-estar Financeiro</b>	De 8 sobraram 3 variáveis, passou pela análise fatorial exploratória inicialmente, variável de maior impacto, pensam muito sobre suas dívidas.	
<b>Satisfação Global de Vida</b>	De 7 sobraram 6 variáveis, sendo a de maior impacto, se estão satisfeitos com suas vidas.	

Figura 19 – Síntese dos principais resultados e de suas implicações

(conclusão)

Cluster		
<b>Alfabetização financeira e Atitude ao Endividamento</b>	Há indivíduos mais alfabetizados financeiramente, com menor nível de Atitude ao Endividamento, mas também existem aqueles com baixo nível de conhecimento financeiro, atitude e comportamento intermediário e elevada atitude a dívida.	Demonstra que a amostra é heterogênea, mas que há grupos que necessitam de uma maior atenção no sentido de alfabetiza-los financeiramente. Assim, sugerem-se cursos como os do ENEF.
<b>Bem-estar Financeiro e Satisfação Global de Vida</b>	Maior representatividade do grupo com Alta satisfação global de vida e Baixo bem-estar Financeiro, os quais se encontram em condições críticas financeiramente.	Indicativo para a gestão do PBF focar em outros fatores além da transferência de renda como emprego, moradia e alimentação, considerando os conceitos multidimensionais da pobreza.

Fonte: Elaborado pela autora (2015).

Por meio da Figura 19, podem-se observar os diversos resultados e insight trazidos por este estudo. Dentre eles, destaca-se o fato de o valor do benefício ser apontado como baixo, as condições financeiras serem precárias e o nível de dívida elevado, esses resultados levantam a possibilidade de a gestão do PBF repensar os valores do benefício, considerando que cada contexto econômico e social possuem necessidades e vulnerabilidades específicas. Além disso, salienta-se a necessidade de maiores investimentos em prol da alfabetização financeira dos beneficiários do PBF. Por fim, aponta-se o fato de terem apresentado baixo nível de bem-estar financeiro, mas elevada satisfação global de vida, evidenciando que o Governo Federal poderia investir em outros aspectos como emprego, moradia e alimentação, afastando-se da mera concessão de recursos financeiros.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza e a extrema pobreza vivenciada por muitos brasileiros desencadeia a necessidade de iniciativas governamentais que amparem essa parcela da população no sentido de propiciar uma melhor qualidade de vida, um exemplo dessas ações é o PBF. Todavia, mesmo com esse auxílio, essas pessoas possuem vulnerabilidades que as tornam um grupo de extrema relevância para pesquisas, principalmente relacionadas aos aspectos financeiros, dado que a restrição orçamentária é ampla e os incentivos ao consumo também.

Partindo desse contexto, o estudo teve como objetivo identificar como as famílias da Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense beneficiadas pelo Programa Bolsa Família geram seus recursos financeiros e como percebem a atitude ao endividamento, alfabetização financeira, bem-estar financeiro e satisfação global de vida. Para isso, realizou-se 595 entrevistas com os beneficiários do PBF residentes na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

Em síntese, os dados mostram que a distribuição dos benefícios principalmente às mulheres deu a elas o poder da decisão financeira e que as mesmas vêm adotando práticas que buscam melhorar o consumo pelo menos para satisfação das necessidades básicas de suas famílias. No entanto, ainda carecem de um aporte educacional para que conheçam melhor o mundo das finanças e possam conseguir alocar de maneira mais eficiente os recursos recebidos, pois suas condições financeiras são precárias, a sazonalidade salarial é eminente e o nível de alfabetização financeira é preocupante. Neste contexto, enfatiza-se a sugestão da intensificação dos investimentos em prol de ações como a Estratégia Nacional de Alfabetização Financeira (ENEF), mas direcionada e adaptada às famílias de baixa renda balizando-se nas lacunas evidenciadas pelos resultados desse estudo. Essas iniciativas poderiam trazer resultados a médio e longo prazo, evitando assim os problemas financeiros, sociais e emocionais decorrentes da inadimplência. Além disso, podem gerar um maior nível de conhecimento, fazendo com que as pessoas consumam mais conscientemente, já que boa parte dessa parcela da população acaba por comprar observando apenas se “as parcelas cabem no bolso”, o que incorre em elevadas taxas de juros e acúmulo de despesas.

Observa-se também que um dos propósitos do Governo Federal com o desenvolvimento do PBF está sendo atendido, pelo menos na região investigada, as famílias estão ampliando seu bem-estar e melhorando suas condições. Por outro lado, fica claro que o valor do benefício ainda não é suficiente para que as famílias atendam as suas necessidades

financeiras o que implica em baixo nível de bem-estar financeiro, elevado nível de dívida e restrição orçamentária.

Como maiores contribuições do estudo, do ponto de vista governamental, destaca-se a necessidade de maiores investimentos do Governo Federal em prol do programa. Esses investimentos podem ser voltados ao letramento financeiro dessas famílias, a ampliação do nível educacional dessas mães, a disponibilização de cestas básicas e ampliação do desenvolvimento de ações complementares, pois se percebeu que os aspectos materiais, bem como o dinheiro advindo do programa podem não ser tão relevantes na consolidação da satisfação com a vida, podendo a gestão do PBF focar em outros fatores além da transferência de renda como emprego, moradia e alimentação levando em consideração os conceitos multidimensionais da pobreza.

Para a academia, as principais contribuições dizem respeito à ampliação dos conhecimentos inerentes as famílias de baixa renda, aprofundando-se nos aspectos psicológicos como a satisfação global de vida e o bem-estar financeiro, mas também nas questões financeiras dessas famílias. Além disso, enaltece-se a validação dos fatores, por meio da modelagem de equações estruturais, que proporciona às pesquisas futuras a utilização das escalas aqui validadas para públicos de baixa renda. Do ponto de vista empresarial, este estudo contribui ao ponto de revelar a necessidade de maiores ações principalmente das instituições financeiras voltadas ao público de baixa renda, pois os achados apontaram que estes são em sua maioria desbancarizados, possivelmente por sentirem-se incapazes de firmar essa relação ou por não terem produtos nos bancos condizentes com suas condições. Assim, surge à possibilidade de os bancos e instituições financeiras adotarem estratégias para aproximar esse público de seus serviços, o que para as organizações traria maior clientela e para as pessoas de baixa renda maiores oportunidades e opções.

Como sugestão para estudos futuros destaca-se a ampliação da população, o aprofundamento da relação da situação financeira adversa contrastada com a percepção de uma situação financeira satisfatória, a tentativa de validação de outras escalas com os mesmos objetivos para públicos de baixa renda, o aprofundamento de estudos que investiguem a alfabetização financeira dessa parcela da população e a realização de pesquisas similares, para que se possa verificar se a elevada satisfação global de vida e o baixo bem-estar financeiro é um resultado específico para essa amostra ou ocorre em outros contextos de baixa renda. Neste sentido, destaca-se a necessidade de estudos mais focados nos aspectos Como limitações, destaca-se o fato da pesquisa ser *cross-section*, assim, sugere-se o desenvolvimento de estudos longitudinais.

## REFERÊNCIAS

AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organization Behavior Human Decision Process**, v. 50, p. 179–211, 1991.

ALMEIDA, A. T. C.; MESQUITA, S. P.; SILVA, M. V. B. Impactos do Programa Bolsa Família sobre a demanda por diversificação alimentar no Brasil. Área 12 - Economia Social e Demografia Econômica. In: 41º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2013.

ALONSO, J. A. F. A emergência de Aglomerações Urbanas não metropolitanas no Rio Grande do Sul, **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.37, n.3, 2009.

AMADEU, J.R. **A educação financeira e sua influência nas decisões de consumo e investimento: proposta de inserção da disciplina na matriz curricular**. 2009. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Oeste Paulista, São Paulo, 2009.

AMARAL, E. F. L.; MONTEIRO, V. de P. Avaliação de Impacto das Condicionalidades de Educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 531-570, 2013.

ANCOCHEA, D. S; MATTEI, L. Lauro Mattei. “Bolsa Família, poverty and inequality: Political and economic effects in the short and long run”. **Global Social Policy**, v. 11, n. 2, p. 299-318, 2011.

ANDERLONI, L.; VANDONE, D. Risk of overindebtedness and behavioral factors. In: **Social Science Research Network**, 2010. Disponível em: <<http://papers.ssrn.com/sol3/results.cfm?npage=2&>>. Acesso em: 27/09/2013.

ARBER, S.; FENN, K., MEADOWS, R. Subjective financial well-being, income and health inequalities in mid and later life in Britain. **Social Science & Medicine**, v. 100, p. 12-20, 2014.

ATKINSON, A.; MESSY, F.A. Measuring financial literacy: results of the OECD infel pilot study. **Papers on Finance, Insurance and Private Pensions - OECD Publishing**, v. 15, p. 01-73, 2012.

BABIARZ, P. K.; ROBB, C. A. Financial literacy and emergency saving. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 35, n. 1, p. 40-50, 2014.

BAKER, M. J. Selecting a research methodology. **The Marketing Review**. Westburn Publishers Ltda, v. 1, p. 373-397, 2001.

BARROS, R. P. CARVALHO, M. FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para discussão** n. 1227. Brasília: IPEA, 2006. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1227.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf)> Acesso em: 06 jan, 2015.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais RBCS**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

BARROS, R.; P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas para a queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: *Desigualdade de renda no Brasil : uma análise da queda recente*. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (Org.). – Brasília: Ipea, 2006

BECCHETTI, L.; ROSSETTI, Fiammetta. When money does not buy happiness: The case of “frustrated achievers”. **The Journal of Socio-Economics**, v. 38, n. 1, p. 159-167, 2009.

BAEK, E.; HONG, G. Effects of family life-cycle stages on consumer debts. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 25, n. 3, p. 359-385, 2004.

BRAIDO, G. M. Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do rio grande do sul. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 21, n. 1, p. 37-58, 2014.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Programa de Gestão do PBF**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/um-panorama-da-gestao-do-bolsa-familia.pdf/view>> Acesso em: 23/09/2013

BRICKER, J.; KENNICKELL, A. B.; MOORE, K. B.; SABELHAUS, J. Changes in U.S. family finances from 2007 to 2010: evidence from the Survey of Consumer Finances. **Federal Reserve Bulletin**, v. 98, n. 2, p. 1-80, 2012.

BRUSKY, B.; MAGALHÃES, R. S. **Assessing indebtedness: results from a pilot survey among steel workers**. São Paulo: International Labour Organization, 2007.

BUDESCU, MIA, TAYLOR R. D. Order in the home: Family routines moderate the impact of financial hardship. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.34, n.2, p. 63–72, 2013.

BYRNE, B. M. **Structural equation modeling with AMOS: Basic concepts, applications, and programming**. 2.ed. New York: Routledge, 2010.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (2014a). Bolsa Família. Disponível em: <[http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa\\_familia/saiba\\_mais.asp](http://www.caixa.gov.br/Voce/Social/Transferencia/bolsa_familia/saiba_mais.asp)>. Acesso em: 09 jan, 2014

CAMPELLO, T. “Uma década derrubando mitos e superando expectativas”. In: **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania**. Campello, T.; NERI, M. C.(Org.). Brasília: IPEA, p. 15-24, 2013.



CAMPOS, M. M. Educação e políticas de combate à pobreza. In: 26ª Reunião Anual da ANPED, 2003, Poços de Caldas. **Anais...** Trabalho apresentado na sessão especial “Políticas sociais para a infância e a juventude”, 2003.

CANOVA, L. RATTAZZI, A., E WEBLEY, P. The hierarchical structure of saving motive. **Journal of Economic Psychology**, v. 26, n. 1, p. 21-34, 2005.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. **As relações entre o consumo das famílias brasileiras, ciclo de vida e gênero.** XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2010.

CAVALCANTE, P. L. Programa Bolsa Família: descentralização, centralização ou gestão em redes?. **Revista do Serviço Público**, v. 60, n. 1, p. 29-46, 2014.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. Programa bolsa família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Revista Econômica Contemporânea**, v. 17, n. 1, 2013

CHAN, K.Y. K.; CHAN, S. F.; CHAU, A. W. L. Financial knowledge and aptitudes: impacts on college students' financial well-being. **College Student Journal**, v. 46 , n. 1, p.114, 2012.

CHAUVEL, M. A.; MATTOS, M.P.A.Z. Consumidores de Baixa Renda: Uma Revisão dos Achados de Estudos Feitos no Brasil. **Cadernos EBAPE. BR (FGV)**, v. 6, n.2, p. 1-17, 2008.

CHEN, H.; VOLPE, R. P. An analysis of personal financial literacy among college students. **Financial Services Review**, v. 7, n. 2, p. 107-128, 1998.

CHUAN, C. S.; KAI, S. B.; KOK, N. K. Resource transfers and financial satisfaction: a preliminary correlation analysis. **Journal Of Global Business and Economics**, v. 3, n. 1, p. 146-156, 2011.

CLARK, A. E.; FRIJTERS, P.; SHIELDS, M. A. Income and happiness: Evidence, explanations and economic implications. **Paris Jourdan Sciences Economiques**, N. 2024, 2006.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. In: **Texto para discussão** nº 1332, Brasília: IPEA, 2008

COLIN, D. R. A.; PEREIRA, J. M. F.; GONELLI, V. M. DE M. Trajetória de construção da gestão integrada do sistema único de assistência social, do cadastro único e do programa bolsa família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. **In: Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri.(Org.) –Brasília : Ipea, 2013.**

COLLINS, D.; MORDUCH, J.; RUTHERFORD, S.; RUTHVEN, O. **Portfolios of the Poor: How the World's Poor Live on \$2 a Day** Hardcover.1. ed. Nova Jérsei: Princeton University Press, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). **Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência**, 2011. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/>>. Acesso em: 07/09/2014.

COMIS, M., A. C.; PINTO, C. D. A Influência da Cognição no Bem-Estar Subjetivo na Visão da Teoria Cognitiva. **Psicologando**, v. 6, 2014.

CUI, C.; I –JUN, C.; YAN, G. Family Resource Management Style and Life Adjustment of Low-Income Single Mothers in China. **Social Behavior and Personality: an international journal**, v. 40, n. 6, p. 959-970, 2012.

DASGUPTA, N.; GREENWALD, A. G. On the malleability of automatic attitudes: Combating automatic prejudice with images of admired and disliked individuals. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 81, p. 800–814, 2001.

DEDECCA, C. S.; O enfoque Multidimensional da Pobreza no Plano Brasil Sem Miséria, Inclusão Produtiva Urbana: Experiências, Desafios e Resultados, In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, nº 19, p. 22-34, 2014.

DELAFFROOZ, N.; PAIM, L. H. Determinants of financial wellness among Malaysia workers. **African Journal of Business Management**, v. 5, n. 24, p. 10.092-10.100, 2011.

DELAVANDE, A.; ROHWEDDER, S.; WILLIS, R. J. Retirement Planning and the Role of Financial Literacy and Cognition. In: Michigan Retirement Research Center Working Paper 2008-190. 2008.

DIENER, E., Subjective Well-Being The Science of Happiness and a Proposal for a National Index American Psychologist Copyright. **American Psychological Association**, v. 55, n. 1, p. 34-43, 2000

DIENER, Ed. **Well-being for public policy**. New York: Oxford University Press, 2009.

DIENER, Ed. et al. Wealth and happiness across the world: material prosperity predicts life evaluation, whereas psychosocial prosperity predicts positive feeling. **Journal of personality and social psychology**, v. 99, n. 1, p. 52, 2010.

DINIZ, A. P. C.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G.; CAMPARA, J. P. Influência das variáveis socioeconômicas e demográficas no bem-estar financeiro: um estudo do comportamento maranhense. **Revista UNIABEU**, v. 7, n. 17, p 218-234, 2014.

DONADIO, R. C.; CAMPANARIO, M. A.; RANGEL; A. S. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 11, n. 1, p. 75-93, 2012.

DURIEUX, M. **Transferência de renda: Programa Bolsa Família e Cidadania**. 2011. 65 f. Dissertação (Curso de Especialização em Educação Fiscal e Cidadania) - Escola de Administração Fazendária, Brasília: ESAF-DIREC, 2011.

DYNAN, K.; KOHN, D. The rise in US household indebtedness: Causes and consequences. **FEDS Working Paper** nº 2007-37, 2007.

FACCHINI, L. A. et al. **Perfil epidemiológico dos beneficiários do bolsa família e desempenho dos serviços básicos de saúde**. Pelotas: UFPEL, 2013. (Relatório final).

FALAHATI, L.; SABRI, M. F.; PAIM, L. H. J. Assessment a model of financial satisfaction predictors: examining the mediate effect of financial behaviour and financial strain. **World Applied Sciences Journal**, v. 20, n.2, p. 190-197, 2012.

FAZIO, R. H.; EISER, J. R.; SHOOK, Natalie J. Attitude formation through exploration: valence asymmetries. **Journal of personality and social psychology**, v. 87, n. 3, p. 293, 2004.

FERREIRA. R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo, 2006.

FLORES, S. A. M. **Modelagem de equações estruturais aplicada à propensão ao endividamento: uma análise de fatores comportamentais**. 2012. 192 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

FONTELES, A. L. et al. Programa Bolsa Família e mobilidade social: sociabilização, trabalho e educação nas famílias beneficiadas. In: 35º Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração. **Anais...** Rio de Janeiro: ENANPAD, 2011.

FRADE, C. et al. **Um perfil dos sobre-endividados em Portugal**. Portugal: Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia de Coimbra, 2008.

FREUND, J. E. **Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade**. 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

GAO, S.; WANG, H.; XU, D.; WANG, Y. An intelligent agent-assisted decision support system for family financial planning. **Decision Support Systems**, v. 44, n.1, p. 60–78, 2007.

GARVER, N. S.; MENTZER, J. T. Logistics research methods: employing structural equation modeling to test for construct validity. **Journal of Business Logistics**, v. 20, n. 1, p. 33-57, 1999.

GATHERGOOD, J. Self-control, financial literacy and consumer over-indebtedness. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 3, p. 590–602, 2012.

GERARDI, K.; GOETTE, L.; MEIER, S. Financial literacy and subprime mortgage delinquency: evidence from a survey matched to administrative data. Federal Reserve Bank of Atlanta, Working Paper Series No. 2010-10, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODWIN, D. D. Family Financial Management. **Family Relations**, v. 39, n. 2, p. 221-228, 1990.

GREENBERG, S. B. **Race and state in capitalist development: Comparative perspectives**. Yale University Press, 1980.

GUTTER, M.; COPUR, Z. Financial behaviors and financial well-being of college students: evidence from a national survey. **Journal of Family and Economic**, v. 32, n. 4, p. 699-714, 2011.

HAGERTY, M. R.; VEENHOVEN, R. Wealth and happiness revisited—growing national income does go with greater happiness. **Social indicators research**, v. 64, n. 1, p. 1-27, 2003.

HAIR, J. R.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate Data Analyses**. 7 ed. New Jersey: Pearson, 2010.

HAYHOE, C. R.; WILHELM, M. S. Modeling perceived economic well-being in a family setting: a gender perspective. **Financial Counseling and Planning**, v. 9, n. 1, p. 21-34, 1998.

HOOPER, D.; COUGHLAN, J.; MULLEN, M. R. Structural Equation Modelling: Guidelines for Determining Model Fit. **The Electronic Journal of Business Research Methods**, v. 6, n. 1, p. 53–60, 2008.

HOWELL, R. T.; HOWELL, C. J. The relation of economic status to subjective well-being in developing countries: a meta-analysis. **Psychological bulletin**, v. 134, n. 4, p. 536, 2008.

HUNG, A. A.; PARKER, A. M.; YOONG, J. K. Defining and measuring financial literacy. RAND Working Paper Series WR-708, 2009.

HUSTON, S. J. Measuring financial literacy. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 296-316, 2010.

HUTZ, C. S. (Org.). Avaliação em psicologia positiva. In: SEGABINAZI, J. D.; ZORTEA M.; GIACOMONI, C. H. Avaliação de bem-estar subjetivo em adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em 23/09/2013.

JOIA, L. C. **Satisfação com a vida entre idosos**. 2012. 151 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2012.

JOO, S. Personal financial wellness. In J. J. Xiao (Ed.), **Handbook of consumer finance research** (pp. 21–34). New York: Springer, 2008.

JUMP\$TART; COALITION. **National Standards in K-12 Personal Finance Education**. 2007. Disponível em: < <http://www.jumpstart.org/guide.html> >. Acesso em: 16/09/2013.

KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 1975.

KEESE, M.; SCHMITZ, H. Broke, ill, and obese: The effect of household debt on health. In: **Social Science Research Network**. 2011. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1750216](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1750216)> Acesso em: 22 dez 2014.

KENTIKELLENIS, A., KARANIKOLOS, M., PAPANICOLAS, I., BASU S., MCKEE, M.; STUCKLER, D. Health effects of financial crisis: omens of a Greek tragedy. **The Lancet**, v. 378, n. 9801, p. 1457 – 1458, 2011.

KEESE, Matthias. Who feels constrained by high debt burdens? Subjective vs. objective measures of household debt. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 1, p. 125-141, 2012.

KIM, H.; DEVANEY, S. A. **The determinants of outstanding balances among credit card revolvers**, 2001. Association for Financial Counseling and Planning Education. Disponível em: < <http://www.afcpe.org/assets/pdf/vol1216.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2012.

KIM, J. **The effects of workplace financial education on personal finances and work outcomes**. 471 f. Dissertation (Doctor of Philosophy) - Virginia Polytechnic Institute and State University, Blacksburg, Virginia, 2000.

KIM, J.; GARMAN, E. T.; SORHAINDO, B. Relationships among credit counseling clients' financial well-being, financial behaviors, financial stressor events, and health. **Financial Counseling and Planning**, v. 14, 75–87, 2003.

KIM, J.; TECH, V. Financial satisfaction, personal finance-work conflict, and work outcomes: pay satisfaction, organizational commitment, and productivity. **Proceedings of Association for Financial Counseling and Planning Education**, p. 38-45, 1999.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. Financial literacy and its consequences: Evidence from Russia during the financial crisis. **Journal of Banking & Finance**, v. 37, p. 3904–3923, 2013.

KLING, R. B. **Principles and practice of structural equation modeling**. 3 ed. New York: The Guilford Press, 2011.

KUPPENS P.; REALO, A. DIENER E. The Role of Positive and Negative Emotions in Life Satisfaction Judgment Across nations. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 95, n. 1, p. 66–75, 2008.

KYRIUS, M.; MCQUEEN, P.; MOULDING, R. Experimental analysis of the relationship between depressed mood and compulsive buying. **Journal of Behavior Therapy and Experimental Psychiatry**, v. 44, n. 1, p. 194-200, 2013.

LEA, S. EG; WEBLEY, P.; WALKER, C. M. Psychological factors in consumer debt: Money management, economic socialization, and credit use. **Journal of economic psychology**, v. 16, n. 4, p. 681-701, 1995

LEACH, L. J.; HAYHOE, C. R.; TURNER, P. R. Factors affecting perceived economic well-being of college students: a gender perspective. **Financial Counseling and Planning**, v. 10, n. 2, p. 11-24, 1999.

LEAL, C. P.; NASCIMENTO, J. A. R. Planejamento Financeiro Pessoal. **Revista de Ciência, Gerenciais**, v. 15, n. 22, p. 163-183, 2012.

LEBOUTTE, C. **A queda recente da desigualdade na distribuição de renda no Brasil, uma análise da importância do Programa Bolsa Família**. 2010. 67 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIZOTE, S. A.; SIMAS, J. de; LANAS, J. Finanças Pessoais: um Estudo Envolvendo os Alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina. In: Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. **Anais... IX SEGeT 2012**. Resende, 2012.

LIZOTE, S. A.; VERDINELLI, M. A. Educação Financeira: um Estudo das Associações entre o Conhecimento sobre Finanças Pessoais e as Características dos Estudantes Universitários do Curso de Ciências Contábeis. In: XIV Congresso USP Controladoria e Contabilidade: Novas perspectivas na pesquisa contábil. **Anais... XIV Congresso USP São Paulo**, jul, 2014,

LOIOLA, L. D. P. **O estresse financeiro em dois grupos de profissionais brasileiros**. 2014. 54 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2014.

LOWN, J. M.; JU, I. S. A model of credit use and financial satisfaction. **Financial Counseling and Planning**, v. 3, p. 105-125, 1992.

LUCKE, V. A. C.; FILIPIN, R.; BRIZOLLA, M. M. B.; VIEIRA, E. P. Comportamento financeiro pessoal: um comparativo entre jovens e adultos de uma cidade da região noroeste do estado do RS. **Anais... dos Seminários em Administração**, São Paulo, Brasil, 2014.

- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning: new evidence from the rand American life panel. In: **Social Science Research Network**, 2007. Disponível em: <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1095869](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1095869)>. Acesso: 20 nov. 2013.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. Financial literacy and retirement planning in the United States. **Journal of Pension Economics and Finance**, Cambridge University Press, v. 10, n. 04, p. 509-525, 2011.
- LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The economic importance of financial literacy: Theory and evidence. **National Bureau of Economic Research**, 2013.
- LUSARDI, A.; TUFANO, P. Debt Literacy, Financial Experiences, and Overindebtedness. In: **National Bureau of Economic Research**, Cambridge, 2009. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w14808.pdf>> . Acesso em: 04 set. 2011
- LUSARDI, A.; WALLACE, D. Financial literacy and quantitative reasoning in the high school and college classroom. **Numeracy**, v. 6, n. 2, 2013.
- LYONS, A. C. Credit practices and financial education needs of Midwest college students. In: **Social Science Research Network**, 2007. Disponível em: <<http://www.acrwebsite.org/search/view-conference-proceedings.aspx?Id=6915>>. Acesso em: 26 set. 2013.
- LYONS, A. C.; YILMAZERT, T. Health And financial strain: evidence from the survey of consumer finances. **Southern Economic Journal**, v. 71, n. 4, p. 873-890, 2005.
- MAGALHÃES JÚNIOR, H. M.; JAIME P. C.; LIMA, A. M. C. O Sistema Único de Saúde e o Programa Bolsa Família: compromissos e desafios. In: Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, nº 17, 2014.
- MAGALHÃES, R.; COELHO, A. V.; NOGUEIRA, M. F.; BOCCA, C. Intersetorialidade, Convergência e Sustentabilidade: desafios do Programa Bolsa Família em Manguinhos, RJ. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 11, p. 4443-4453, 2011.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 6 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.
- MALONE, K.; STEWART, S. D.; WILSON, J.; KORSCHING, P. F. Perceptions of financial well-being among american women in diverse families. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 31, n. 1, p. 63-81, 2010.
- MARQUES, M. M.; FRADE, C. (2004). Regular o sobreendividamento. **Gabinete de Política Legislativa e Planejamento do Ministério da Justiça (Ed.), Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas**. Coimbra: Coimbra Editora, 2004.
- MARTINS, G. A. **Estatística geral e aplicada**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASLOW, Abraham H. A dynamic theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, p. 370–396, 1943.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing** (edição compacta). São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, F. **Pesquisa de Marketing: metodologia e planejamento**. 6 Ed., São Paulo: Atlas, 2005.

MATTOSO, C. L. de Q. **Identidade, inserção social e acesso a serviços financeiros: um estudo na favela da Rocinha**. 2005.237 f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MEYER, D.F.; DUNGA, S.H. The Determinants of Life Satisfaction in a Low-Income, Poor Community in South Africa. **Mediterranean Journal of Social Sciences**, v. 5, n. 13, p. 163, 2014.

MESQUITA, A. C.; JACCOUD, L.; SANTOS, M. P. Perspectivas para o sistema de garantia de renda no Brasil. In: IPEA. **Perspectivas da política social no Brasil**. Brasília: Ipea, p. 345-418, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS), SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (SENARC) (MDS; SENARC, 2014a). **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2. ed. Brasília: Governo Federal, maio/2014.

\_\_\_\_\_. (MDS; SENARC, 2014b). **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programadas Sociais do Governo Federal**. 2. ed. Brasília: Governo Federal, maio/2014.

\_\_\_\_\_. (MDS; SENARC, 2009c). **Condicionalidades**. Brasília: Governo Federal, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/capacitacao/arquivos/apostilas/gestao-das-condicionalidades.pdf/view>>. Acesso em: 19 dez. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS); SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (MDS; SAGI, 2014a). **Pesquisa sobre os conhecimentos, atitude e práticas das famílias inscritas no cadastro único para programas sociais**. Cadernos de Estudo, n. 16, Brasília: Indago, 2014

\_\_\_\_\_. (MDS; SAGI 2012b). **Análise da Pesquisa sobre os Conhecimentos, Atitudes e Práticas financeiras de Famílias inscritas no CadÚnico**. **Estudo Técnico** No. 09/2012, Brasília: Indago, 2012.

\_\_\_\_\_. (MDS; SAGI 2007c). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados, Bolsa Família e Assistência Social**. Brasília, DF: Instituto Pólis1, Pesquisa de Opinião com Beneficiários do Programa Bolsa Família, 2007.



\_\_\_\_\_. (MDS; SAGI 2012d). Avaliação de impacto do programa bolsa família. In: 2a rodada (AIBF II). **Sumário Executivo**. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Brasília, 2012.

MITCHELL, O. S.; LUSARDI, A. Financial Literacy and Economic Outcomes: Evidence and Policy Implications. **Available at SSRN 2568732**, 2015.

MODESTO, L. M.; CASTRO, J. (Org.). Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios. Brasília: Ipea, 2010. 2 v. (344p.)

MONTEIRO, F.; SCHMIDT, S. T. O Programa Bolsa Família no contexto da segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Transformação Social**, v. 5, n. 3, p. 91-97, 2014.

MONTE-MÓR, R. L. What is the urban in the contemporary world?. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p.942-948, 2005

MORAES, S. L. **A relação entre interação setorial e o desempenho econômico das mesorregiões gaúchas nos anos 2000**. 2013. 81f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Porto Alegre, 2013.

MOURA, A. G. **Impacto dos Diferentes Níveis de Materialismo na Atitude ao Endividamento e no Nível de Dívida para Financiamento do Consumo nas Famílias de Baixa Renda do Município de São Paulo**. 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, São Paulo, 2005.

MOTTOLA, G. R. In our best interest: Women, financial literacy, and credit card behavior. **Numeracy**, v. 6, n. 2, art. 4, 2013.

MUNDY, S. Financial Education Programmes in Schools: Analysis of Selected Current Programmes and Literature - **Draft recommendations for best practices**. OECD. Mimeo. 2011.

NATIONAL FINANCIAL CAPABILITY STUDY (NFCS). **Financial Capability in the United States** - Report of Findings from the 2012 National Financial Capability Study. Financial Industry Regulatory Authority (FINRA) Investor Education Foundation, 2013. Disponível em: <[http://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS\\_2012\\_Report\\_Natl\\_Findings.pdf](http://www.usfinancialcapability.org/downloads/NFCS_2012_Report_Natl_Findings.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2013.

NG, W.; DIENER, Ed. What matters to the rich and the poor? Subjective well-being, financial satisfaction, and postmaterialist needs across the world. **Journal of personality and social psychology**, v. 107, n. 2, p. 326, 2014.

NORVILITIS, J. M.; MERWIN, M. M.; OSBERG, T. M.; ROEHLING, P. V.; YOUNG, P.; KAMAS, M.M. Personality factors, money attitudes, financial knowledge, and credit-card debt in college students. **Journal of Applied Social Psychology**, v.36, n.6, p. 1395-1413, 2006.

NORVILITIS, J. M.; SZABLICKI, P. B.; WILSON, S. D. Factors influencing levels of credit card debt in college students. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 33, n. 5, p. 935-947, 2003.

NORVILITS, J. M.; MACLEAN, M. G. The role of parents in college students' financial behaviors and attitudes. **Journal of Economic Psychology**, v. 31, n. 1, p. 55-63, 2010.

NUNES, M. MENEZES, O. **O bem-estar, a qualidade de vida e a saúde dos idosos**. Caminho: Lisboa, 2014.

O'NEILL, B.; SORHAINDO, B.; XIAO, J. J.; GARMAN, E. T. Financially distressed consumers: their financial practices, financial well-being, and health. **Financial Counseling and Planning**, v. 16, n. 1, p. 73-87, 2005.

O'NEILL, B.; XIAO, J. Financial Behaviors Before and After the Financial Crisis: Evidence from an Online Survey. **Journal of Financial Counseling and Planning**, v. 23, n. 1, p. 33-46, 2012.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobre-endividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev/2002.

OLIVATO, H.; SOUZA, P. K. L. Endividamento: Um Estudo Preliminar dos Fatores Contribuintes. **Anais...** do Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins, SP, Brasil, 2007.

OLIVEIRA, L. F. B.; SOARES S. S. D. O impacto do programa bolsa família sobre a repetência: resultados a partir do cadastro único, projeto frequência e censo escolar. **In:** Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania /organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri (Org.) –Brasília : Ipea, 2013.

OLIVEIRA, M. V. de S. S. A corrente do bem da educação financeira: o cidadão está aprendendo o que o Banco Central está ensinando? In: ENCONTRO DA ANPAD, 23., 2012, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVI EnANPAD**. Rio de Janeiro: Anpad, 2012. p. 1-16.

OPLETALOVÁ, Alena. Financial Education and Financial Literacy in the Czech Education System. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 171, p. 1176-1184, 2015.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - INFE – (OECD INFE, 2009). Financial Education and the Crisis: Policy Paper and Guidance, OECD Publishing, 2009.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD, 2009). **Improving financial literacy: analysis of issues and policies**, 2009. Disponível em: <ftp://ftp.fsb.co.za/public/Consumer%20Education/Presentations/2009%20Improving\_Financial\_%20Literacy.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. (OECD, 2013a), PISA 2012 Assessment and Analytical Framework: Mathematics, Reading, Science, Problem Solving and Financial Literacy, **OECD Publishing**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1787/9789264190511-en>>. Acesso em: 07 set. 2013.

\_\_\_\_\_. (OECD, 2013b). Financial literacy and inclusion: Results of OECD/INFE survey across countries and by gender. **OECD Publishing**. Disponível em: <[http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013\\_OECD\\_INFE\\_Fin\\_Lit\\_and\\_Incl\\_SurveyResults\\_by\\_Country\\_and\\_Gender.pdf](http://www.oecd.org/daf/fin/financialeducation/TrustFund2013_OECD_INFE_Fin_Lit_and_Incl_SurveyResults_by_Country_and_Gender.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2013.

OTTONELLI, J.; MARIN, S. R.; PORSSSE, M.; GLASENAPP, S. A importância das medidas multidimensionais de pobreza para a administração pública: um exercício em Palmeira das Missões (RS). **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 3, p. 837-59, 2011.

PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. CAMPELLO, Tereza e NERI, Marcelo (Orgs). Brasília: Ipea, 2013. p. 25- 46.

PICCINI, R. A. B.; PINZETTA G. Planejamento Financeiro Pessoal e Familiar. **Unoesc & Ciência - ACSA**, v. 5, n. 1, p. 95-102, 2014.

PIETRAS, G. Uma abordagem sobre matemática financeira e educação financeira no ensino médio. 2014. 104 f. Dissertação (Mestre em Matemática) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2014.

PINTO, I. V. **Percepções das titulares do Programa Bolsa Família e as repercussões em suas condições de vida**. Um estudo no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria, em Manguinhos, RJ, 2009. 2010, 144f. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2010

PLAGNOL, A. C. Financial satisfaction over the life course: the influence of assets and liabilities. **Journal of Economic Psychology**, v.32, p. 45-64, 2011.

PLANO CDE; BANKABLEFRONTIER ASSOCIATES. **Gestão Financeira Entre as Classes de Baixa Renda no Brasil: Abrangente, Diversificada, Engajada**. Maio, 2012. 30p. Disponível em: <<https://inclusaofinanceirabrasil.files.wordpress.com/2012/09/plano-cde-bfa-gestc3a3o-financeira-entre-as-classes-de-baixa-renda-no-brasil.pdf>> Acesso em: 16 jan 2015.

PONCHIO, M. C. **The Influence of Materialism on Consumption Indebtedness in the Context of Low Income Consumers From the City of Sao Paulo**. 2006. 175 p. Tese de Doutorado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2006.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Beneficiários de Programas Sociais**, 2013. Disponível em: <<http://www.transparencia.df.gov.br/SitePages/Benefici%C3%A1rios/ListaBenefici%C3%A1rios.aspx>>. Acesso em: 10/10/2013

- PORTER, N. M.; GARMAN, E. T. Testing a conceptual model of financial well-being. **Financial Counseling and Planning**, v. 4, p. 135-165, 1993.
- POTRICH, A. C. G. et al. Educação Financeira dos Gaúchos: Proposição de uma Medida e Relação com as Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 9, n. 3, 2014.
- QFINANCE. Definition of attitude. **QFinance - The Ultimate Financial Resource**, 2013. Disponível em: <<http://www.qfinance.com/dictionary/attitude>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- RÊGO, W. D. L.; PINZANI, A.. Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família. **Revista Política & Trabalho**, v. 1, n. 38, 2013.
- REIS, J. C. dos. **Desempenho macroeconômico, políticas públicas e taxa de pobreza estadual no Brasil: 1981-2006**. 2008. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.
- REMUND, D. L. Financial literacy explicated: The case for a clearer definition in an increasingly complex economy. **Journal of Consumer Affairs**, v. 44, n. 2, p. 276-295, 2010.
- RIBEIRO, E. A. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.
- RICHINS, M. L.; Materialism, transformation expectations, and spending: implications for credit use. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 2, p. 141-156, 2011.
- ROBERTS. J. A.; JONES, E. Money attitudes, credit card use, and compulsive buying among American college students. **The Journal of Consumer Affairs**, v. 35, n. 2, p. 213-240, 2001.
- ROCHA, P. G. A. J. S. **O consumidor e o cartão de crédito: valores esperado e real da fatura e intenção de reutilizar esse meio de pagamento**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, 2007.
- ROCHA, S. Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970–2011). Rio de Janeiro: **XXV Fórum Nacional**, Instituto Nacional de Altos Estudos, 2013.
- ROCHA, S. O programa Bolsa Família Evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), p. 113-139, 2011.
- ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- ROOIJ, M. C. J. V.; LUSARDI, A.; ALESSIE, R. J. M. Financial literacy and retirement planning in the Netherlands. **Journal of Economic Psychology**, v. 32, n. 4, p. 593-608, 2011.
- RÜCKERT, N. I.; RABELO, M. M. O Programa Bolsa Família no Brasil e no Rio Grande do Sul. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 83-98, 2013.

SAMPAIO M. A. P.; SOUSA E. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre os gastos das famílias beneficiárias em Mauriti, Ceará. In: **VIII SOBER Nordeste**, Parnaíba- PI – Brasil, Novembro de 2013

SANTANA, J. Á. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: Seminário População, Pobreza e Desigualdade, Belo Horizonte, Brasil, 2007.

SANTOS, P. O. S.; PIRES, F. F. O Programa Bolsa Família e a voz dos invisíveis: dinheiro, autonomia, liberdade e cidadania. **Revista Política & Trabalho**, v. 1, n. 40, 2014.

SANTOS, M. C. M. D.; GOUVEIA JUNIOR, A.; OLIVEIRA, P. R. M. D.; MELO, D. R. A. D.; SOUZA, W. A. D. R. D. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Revista de Administração Pública**, v. 48, n. 6, 1381-a, 2014.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores: Vivências e Estudos**, v. 7, n. 1, p. 05-17, 2014.

SCHMEISER, M.; HOGARTH, J. Good advice, good outcomes? How financial advice-seeking relates to self-perceived financial well-being. In: **Social Science Research Network**, 2013. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=226170>>. Acesso em: 12 maio 2013.

SCHUMACKER, R. E., LOMAX, R. G. **A beginner's guide to structural equation modeling**. New Jersey, Lawrence Erlbaum, 1996.

SEHN, C. F. & CARLINI JUNIOR, R. J. Inadimplência no sistema financeiro de habitação: um estudo junto à Caixa Econômica Federal (Caixa). *Revista de Administração Mackenzie*, v. 8, n. 2, p. 59-84, 2007.

SELIGMAN, M. E. **Felicidade autêntica: usando a psicologia positiva para a realização permanente**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

SENN, M. DE C. M.; MONNERAT, G. L.; SCHOTTZ V.; MAGALHÃES R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? **Rev. Katál. Florianópolis**, v. 10 n. 1 p. 86-94, 2007.

SERVIÇO DE PRESTAÇÃO AO CRÉDITO (SPC). Índices econômicos 2015. Disponível em: Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/imprensa/indices/150-inadimplenciacresce486emagostoesobeemtodasasregioesdopaismostraspcbrasil>> Acesso em: 16 set. 2015.

SHIM, S.; SERIDO, J.; TANG, C. The ant and the grasshopper revisited: The present psychological benefits of saving and future oriented financial behaviors. **Journal of Economic Psychology**, v. 33, n. 1, p. 155-165, 2012.

SEVIM, N.; TEMIZEL, F.; SAYILIR, O. The effects of financial literacy on the borrowing behavior of Turkish financial consumers. **International Journal of Consumer Studies**, v. 36, n. 5, p. 573-579, 2012.

SHIM, S.; XIAO, J. J.; BARBER, B. L.; LYONS, A. C. Pathways to life success: a conceptual model of financial well-being for young adults. **Journal of Applied Developmental Psychology**, v.30, p. 708-723, 2009.

SHOCKEY, S. S. **Low-wealth adults financial literacy, money management behavior and associates factors, including critical thinking**. 2002. 740 f. Thesis, Ohio State University, Utah, 2002.

SILVA, M. O. da S. Pobreza, desigualdade e política pública: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálisis, Florianópolis**, v. 13, n. 2, p. 155-163, 2010.

SILVA, M. O. da S.; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, M. O. Os Programas de Transferência de Renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação? **Revista de Políticas Públicas**, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.

SILVA, P. A. O. Os avanços e os limites da queda recente da desigualdade no Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 15, n. 29, p. 33-57, 2013

SISTEMA DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO (SPC); INSTITUTO DE ECONOMIA GASTÃO VIDIGAL (IEGV). **Pesquisa de inadimplência**. 2013. Disponível em: <<http://www.acsp.com.br/indicadores/indicadores.html>> Acesso em: 25 abr. 2014.

SLOMP, J.Z.F. Endividamento e consumo. **Revista Relações de Consumo**, v. 108, p. 109-131, 2008.

SOARES S.; SÁTYRO N. O programa bolsa família: desenho institucional e possibilidades futuras. In: **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: IPEA 2010.

SOUSA, M. F.; XIMENES, D. A.; JAIME, P. C. Resultados, avanços e desafios das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, nº 17, 2014.

SOUZA, A. LAMOUNIER, B. **A classe média brasileira: ambições, valores e projetos de sociedade**. Rio de Janeiro: Campus, 2010.

SOUZA, M. F.; XIMENES, D. A.; JAIME, P. C.(Org.). Resultads, avanços e desafios das condicionalidades de saúde do bolsa família. In: **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, nº 17, 2014.

SUÁREZ, Mireya. Fronteiras da modernidade: o programa Bolsa Família em Riachão. In: O programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero: relatório de pesquisa. SUÁREZ, Mireya et al. (Org.) Brasília, DF: MDS; AGENDE, 2006.

SUGIYAMA, N. B.; HUNTER, W. Whither Clientelism? Good Governance and Brazil's Bolsa Família Program. **Comparative Politics**, v. 46, n. 1, p. 43-62, 2013.

SUMARWAN, U. **A Managerial System Approach to Factors Influencing Satisfaction With Households' Financial Status**. 1990. 123 f. Thesis (Master of Science), Iowa State University, Ames, Iowa, 1990.

SUPLICY, E. M.; BUARQUE, C. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 79-93, 1997.

TEODORO, M. L. M. Família, bem-estar e qualidade de vida de crianças e adolescentes. In Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e na adolescência. V. G. Haase, F. de O. Ferreira, F. J. Penna (Eds.), (pp. 111-122), Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Elsevier, 2007.

TOMASI, L. M. B. **Relação entre o bem-estar subjetivo de pais e filhos adolescentes a partir de diferentes medidas de avaliação**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

TRALDI, D. R. C.; ALMEIDA, L. M. M. C.; FERRANTE, V. L. S. B. Repercussões do Programa Bolsa Família no município de Araraquara, SP: um olhar sobre a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. **Revista Interações, Campo Grande**, v. 13, n. 1, p. 23-37, 2012.

URBACH, N.; AHLEMANN, F., Structural Equation Modeling in Information Systems Research Using Partial Least Squares. **Journal of Information Technology Theory and Application**, v. 11, n. 2; p. 5-40, 2010.

VELDHOVEN, G. M.; GROENLAND, E.A. Exploring saving behavior: A frame work and a research agenda. Special Issue: The future of economic psychology. **Journal of Economic Psychology**, n 14, v. 3, p. 507-522, 1993.

VILAIN, J. S. B.; PEREIRA, M. F. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 14, n. 3, p. 470-488, 2013.

VITT, L. A. Consumers financial decisions and the psychology of values. **Journal of Financial Service Professionals**, v. 58, n. 6, p. 68-77, nov. 2004.

VITT, L. A.; SIEGENTHALER, J. A.; ANDERSON, C.; LYTER, D. M.; KENT, J.; WARD, J. Personal finance and the rush to competence: financial literacy education in the U.S.

**Institute for Socio-Financial Studies**, 2000. Disponível em:  
<<http://www.isfs.org/documents-pdfs/rep-finliteracy.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

XIAO, J. J.; SORHAINDO, B.; GARMAN, E. T. Financial behaviours of consumers in credit counselling. **International Journal of Consumer Studies**, v.30, n. 2, p. 108-121, 2006.

XIAO, J. J.; TANG, C.; SERIDO, J.; SHIM, S. Antecedents and consequences of risky credit behavior among college students: application and extension of the theory of planned behavior. **Journal of Public Policy & Marketing**, v. 30, n. 2, p. 239-258, 2011.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, 2012

ZERRENNER, S. A. **Estudo sobre as razões para a população de baixa renda**. 2007. 57 f. Dissertação (Mestre em Ciências Administrativas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.



## Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Sociais e Humanas

Programa de Pós-Graduação em Administração

**Título do projeto:** Gerenciamento Financeiro dos Benefícios Advindos do Programa Bolsa Família: uma análise da alfabetização financeira, do endividamento e do bem-estar financeiro.

**Pesquisadores responsáveis:** Prof<sup>a</sup>. Kelmara Mendes Vieira, Jéssica Pulino Campara e Ani Caroline Grigion Potrich

**Instituição/Departamento:** UFSM – Centro de Ciências Sociais e Humanas

**Telefone para contato:** (55) 3220-9258

**Local da coleta de dados:** Mesorregião Centro-Ocidental Rio-Grandense

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidada(o) a responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes que você decida participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

O objetivo da pesquisa é identificar como as famílias da Mesorregião Centro-Ocidental Rio-Grandense beneficiadas com os recursos advindos do Programa Bolsa Família gerenciam esse dinheiro se considerados a alfabetização financeira, o bem-estar financeiro e o endividamento. Como benefícios, esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, permitindo compreender como as famílias que são beneficiadas com os recursos advindos do Programa Bolsa Família gerenciam essa renda.

É importante ressaltar que o preenchimento desse questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica. Além disso, as informações fornecidas terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, concordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

\_\_\_\_\_ (cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'KM Vieira', is written over a horizontal line.

Prof<sup>a</sup>. Kelmara Mendes Vieira

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFSM - Cidade Universitária - Bairro Camobi, Av. Roraima, nº1000 - CEP: 97.105.900, Santa Maria – RS. Telefone: (55) 3220-9362 – Fax: (55) 3220-8009. Email: cep.ufsm@gmail.com. Web: [www.ufsm.br/cep](http://www.ufsm.br/cep)

## Apêndice B– Termo de Confidencialidade



**Termo de Confidencialidade**  
Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Administração

**Título do projeto:** Gerenciamento Financeiro dos Benefícios Advindos do Programa Bolsa Família: uma análise da alfabetização financeira, do endividamento e do bem-estar financeiro.

**Pesquisador responsável:** Prof<sup>a</sup>. Kelmara Mendes Vieira

**Endereço do responsável:** UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 74C, sala 4212, Centro de Ciências Sociais e Humanas, CEP 97105-900 - Santa Maria – RS.

**Telefone para contato:** (55) 3220-9258

**Local da coleta de dados:** Mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos respondentes cujos dados serão coletados através de um questionário estruturado aplicado em 31 cidades do estado do Rio Grande do Sul. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), situado na Av. Roraima nº. 1000, Prédio 74 C, sala 4212 – Cidade Universitária, UFSM. As informações serão armazenadas por um período de 5 anos sob a responsabilidade da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Kelmara Mendes Vieira. Após este período, os dados serão destruídos.

Santa Maria, 19 de agosto de 2014.

---

Prof<sup>a</sup> Kelmara Mendes Vieira

## Apêndice C– Instrumento de Coleta de Dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Município:	Entrevistador:	Número:
Beneficiário:		

**1. Depois que passou a receber o benefício do Programa Bolsa Família, a sua vida:**

Melhorou muito	Melhorou	Continua igual	Piorou	Piorou muito

**2. Na sua opinião, o valor que a sua família recebe do Programa Bolsa Família é:**

Bastante alto	Alto	Médio	Suficiente	Muito baixo

**3. De 0 a 10, sendo 0 a pior e 10 a melhor nota, que nota você dá para o Programa Bolsa Família?**

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

**4. Pensando na quantidade de alimentos consumidos por sua família, você diria que:**

- 4.01 ( ) Muitas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.  
 4.02 ( ) Algumas vezes não é suficiente para todos se alimentarem bem.  
 4.03 ( ) Sempre é suficiente para todos se alimentarem bem.



**5. Quando vai ao banco o benefício em dinheiro é retirado com o cartão ou com a guia?**

5.01 ( ) Cartão.

5.02 ( ) Guia.



**6. Em quanto tempo o recurso do bolsa família é gasto?**

6.01 ( ) Quando recebo já estou com todo o dinheiro gasto.



- 6.02 ( ) Em uma semana.
- 6.03 ( ) Em duas semanas.
- 6.04 ( ) Em três semanas.
- 6.05 ( ) Em um mês.

**7. Você possui dívidas ? (Pode marcar mais de uma alternativa).**

7.01 ( ) Não possuo dívidas.



- 7.02 ( ) Sim, com algum banco/financeira.
- 7.03 ( ) Sim, no supermercado do bairro.
- 7.04 ( ) Sim, com amigos.
- 7.05 ( ) Sim, com lojas de crediário próprio (Quero-Quero).
- 7.06 ( ) Sim, com agiotas.
- 7.07 ( ) Sim, com familiares.
- 7.08 ( ) Sim, com outros. Quem? \_\_\_\_\_.

**8. Alguém que mora na sua casa possui cartão de crédito (Visa, Mastercard, Banricompras, etc.)?**

- 8.01 ( ) Não.
- 8.02 ( ) Sim, eu tenho. Quantos? \_\_\_\_\_.
- 8.03 ( ) Sim, outra pessoa. Quantos? \_\_\_\_\_.



8.04 ( ) Não sei.

**9. Alguém que mora na sua casa possui carnê de crediário? (Quero-Quero, etc.)**

- 9.01 ( ) Não.
- 9.02 ( ) Sim, eu tenho. Quantos? \_\_\_\_\_.
- 9.03 ( ) Sim, outra pessoa. Quantos? \_\_\_\_\_.



9.04 ( ) Não sei.

**10. Com relação aos seus gastos, você diria que:**



--	--	--

Gasto mais do que ganho

Gasto igual ao que ganho

Gasto menos do que ganho

**11. Na sua casa, quem decide como vai ser gasto o dinheiro?**

- 11.01 ( ) Você.  
 11.02 ( ) Seu(a) parceiro(a).  
 11.03 ( ) Você e seu(a) parceiro(a).  
 11.04 ( ) Seus filhos e/ou netos.  
 11.05 ( ) Seus pais.  
 11.06 ( ) Outro membro da família.



**12. Por que essa(s) pessoa(s) decide(m) como/onde gastar o dinheiro da casa?**

- 12.01 ( ) Porque é (são) o(s) responsável(is).  
 12.02 ( ) Porque são os que trabalham.  
 12.03 ( ) Porque são os que ganham mais.  
 12.04 ( ) Por que contribuem financeiramente.  
 12.05 ( ) Porque estudam / entendem melhor de contas.  
 12.06 ( ) Porque é quem sabe o que precisa comprar / quais as necessidades da casa.  
 12.07 ( ) Outro motivo. Qual? \_\_\_\_\_.  
 12.08 ( ) Não sei.



**13. Qual a frase que MELHOR descreve a situação do dinheiro que a sua família ganha a cada mês?**

- 13.01 ( ) Geralmente, temos mais do que precisamos para pagar todas as contas mensais e podemos economizar ou comprar coisas extras.  
 13.02 ( ) Pagamos todas as contas e de vez em quando sobra um pouco para comprarmos coisas extras.  
 13.03 ( ) Pagamos todas as contas e temos o suficiente para gastos esporádicos (ex. presentes de aniversário).  
 13.04 ( ) Pagamos as despesas mensais, mas não conseguimos comprar coisas extras.  
 13.05 ( ) Geralmente, não conseguimos pagar todas as despesas mensais.



**14. Qual das seguintes afirmações MELHOR descreve o quanto você controla seus gastos regulares.**

- 14.01 ( ) Não costumo controlar meus gastos.  
 14.02 ( ) Mantenho um pequeno controle sobre meus gastos.  
 14.03 ( ) Não mantenho escrito, mas controlo os gastos.  
 14.04 ( ) Utilizo anotações por escrito para manter maior controle sobre os gastos.



**15. No geral, quanto satisfeito você está com sua situação financeira?**



Totalmente insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente	Satisfeito	Totalmente satisfeito

**16. Você faz algum tipo de poupança?**

16.01 ( ) Não, nunca fiz.

16.03 ( ) Sim, em dinheiro, em casa.

16.02 ( ) Não, mas já fiz.

16.04 ( ) Sim, em dinheiro, no banco/caderneta de poupança.



16.05 ( ) Sim, em animais, sementes e/ou outros produtos.

16.06 ( ) Sim, em estoque/equipamentos do negócio.

16.07 ( ) Sim, de outra forma. Qual? \_\_\_\_\_.

**Como você gasta o dinheiro do Programa Bolsa Família?**



17. Paga suas dívidas (prestação de lojas, carnes).	Sim ( )	Não ( )
18. Compra material escolar para as crianças.	Sim ( )	Não ( )
19. Compra passagens para o transporte.	Sim ( )	Não ( )
20. Compra remédios.	Sim ( )	Não ( )
21. Compra alimentos.	Sim ( )	Não ( )
22. Paga as contas de água/luz/gás/aluguel.	Sim ( )	Não ( )
23. Compra roupas/calçados/ créditos para o celular.	Sim ( )	Não ( )
24. Compra bebidas alcoólicas e cigarro.	Sim ( )	Não ( )
25. Compra bens duráveis (geladeira, televisão, etc.).	Sim ( )	Não ( )
26. Guarda o dinheiro.	Sim ( )	Não ( )

**27. No dia em que você recebe o dinheiro do Bolsa Família, o que você faz primeiro:**

- 27.01 ( ) Paga suas dívidas (prestação de lojas, carnês).  
 27.02 ( ) Compra material escolar para as crianças.  
 27.03 ( ) Compra passagens para o transporte.  
 27.04 ( ) Compra remédios.  
 27.05 ( ) Compra alimentos.  
 27.06 ( ) Paga as contas de água/luz/gás/aluguel.  
 27.07 ( ) Compra roupas/calçados/ créditos para o celular.  
 27.08 ( ) Compra bebidas alcoólicas/cigarro.  
 27.09 ( ) Compra bens duráveis (geladeira, televisão, etc.).  
 27.10 ( ) Guarda o dinheiro.  
 27.11 ( ) Outros: \_\_\_\_\_.



**28. Quando sobra dinheiro no final do mês, o que você faz?**

- 28.01 ( ) Nunca sobra dinheiro.  
 28.02 ( ) Compra mais alimento.  
 28.03 ( ) Gasta com lazer.  
 28.04 ( ) Investe no negócio ou no aumento da produção.  
 28.05 ( ) Faz uma reforma/ampliação da casa.  
 28.06 ( ) Paga prestações.  
 28.07 ( ) Guarda o dinheiro para gastos futuros.  
 28.08 ( ) Compra roupas e calçados.  
 28.09 ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_.



**29. O que você faz quando não tem dinheiro e surge uma necessidade?**

- 29.01 ( ) Compra fiado.  
 29.02 ( ) Pede dinheiro emprestado para amigo/familiar.  
 29.03 ( ) Pede dinheiro ao banco ou a uma financeira.  
 29.04 ( ) Pede para algum conhecido comprar no nome dele.



**30. Como você escolhe o lugar onde vai realizar suas compras?  
 (Supermercado, farmácia, roupas, etc).**

- 30.01 ( ) Pela proximidade com minha casa.  
 30.02 ( ) Pesquiso os preços e compro no local mais barato.  
 30.03 ( ) Por que o dono é meu amigo.  
 30.04 ( ) Por que tenho conta (anoto no caderninho).



**31. Você já teve, ou tem, seu nome ligado ao cadastro negativo? (Nome sujo na praça).**



31.01 ( ) Não.

31.02 ( ) Sim, já estive no passado.

31.03 ( ) Sim, está atualmente.

**32. Você já emprestou seu nome para outra pessoa realizar alguma compra?**

32.01 ( ) Não.

32.02 ( ) Sim, já emprestei.

32.03 ( ) Sim, estou emprestando.

**33. Você tem conta em algum banco?**

33.01 ( ) Não possuo conta.

33.02 ( ) Só possuo conta poupança.

33.03 ( ) Só possuo conta corrente.

33.04 ( ) Possui conta corrente e poupança.



**34. Alguma vez você, ou alguém da sua família, sofreu algum preconceito ou constrangimento, pelo fato de receber o Bolsa Família?**



34.01 ( ) Sim.



34.02 ( ) Não.

**35. Onde isso aconteceu?**

35.01 ( ) Na escola.

35.02 ( ) No serviço de saúde.

35.03 ( ) No local de recebimento do benefício.

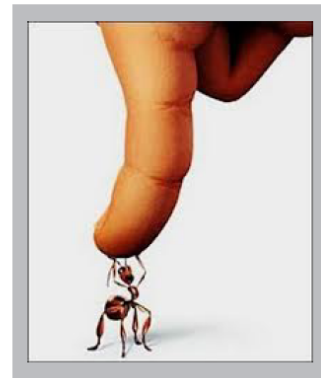
35.04 ( ) No local de trabalho.

35.05 ( ) Na comunidade onde moram.

35.06 ( ) Em prefeituras

35.07 ( ) Em algum outro lugar.

35.08 ( ) Não se aplica.





Marque com um "X" conforme seu modo de pensar, de acordo com a escala abaixo:



**Discordo  
totalmente**



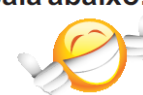
**Discordo**



**Indiferente**



**Concordo**



**Concordo  
totalmente**

36. Você se sente financeiramente satisfeito.

--	--	--	--	--

37. Você acredita estar em uma boa situação financeira.

--	--	--	--	--

38. Daqui a 1 ano, você pretende ter pago todas suas dívidas.

--	--	--	--	--

39. Daqui a 5 anos, você pretende ter pago todas as suas dívidas.

--	--	--	--	--

40. Você se sente desconfortável com a quantia que deve.

--	--	--	--	--

41. Você se preocupa constantemente com o pagamento de suas dívidas.

--	--	--	--	--

42. Você pensa muito em suas dívidas.

--	--	--	--	--

43. Você tem tido discussões com outras pessoas (pais, amigos, esposo(a) e outros) devido a sua dívida.

--	--	--	--	--

44. Para você, é importante definir metas para o futuro.

--	--	--	--	--

Marque com um “X” conforme seu modo de pensar, de acordo com a escala abaixo:



**Discordo totalmente**



**Discordo**



**Indiferente**



**Concordo**



**Concordo totalmente**

45. Você acredita que a maneira como administra seu dinheiro vai afetar o seu futuro.

--	--	--	--	--

46. Você não se preocupa com o futuro, vive apenas o presente.

--	--	--	--	--

47. Poupar é impossível para a sua família.

--	--	--	--	--

48. Depois de tomar uma decisão sobre dinheiro, você se preocupa muito com a sua decisão.

--	--	--	--	--

49. Você gosta de comprar coisas, porque isso faz você se sentir bem.

--	--	--	--	--

50. É difícil construir um planejamento de gastos familiar.

--	--	--	--	--

51. Você se dispõe a gastar dinheiro em coisas que são importantes para você.

--	--	--	--	--

52. Você considera mais satisfatório gastar dinheiro do que poupar para o futuro.

--	--	--	--	--

53. Para você, o dinheiro é feito para gastar.

--	--	--	--	--

Marque com um "X" conforme seu modo de pensar, de acordo com a escala abaixo:



Discordo  
totalmente



Discordo



Indiferente



Concordo



Concordo  
totalmente

54. Para você, é normal as pessoas ficarem endividadas para pagar suas contas.

--	--	--	--	--

55. Você prefere comprar parcelado do que esperar ter dinheiro para comprar à vista.

--	--	--	--	--

56. Você prefere pagar parcelado mesmo que no total saia mais caro.

--	--	--	--	--

57. Não tem problema ter dívida se você sabe que pode pagar.

--	--	--	--	--

58. Não é certo gastar mais do que você ganha..

--	--	--	--	--

59. As pessoas ficariam desapontadas contigo se soubessem que você tem dívida.

--	--	--	--	--

60. É melhor primeiro juntar dinheiro e só depois gastar.

--	--	--	--	--

61. Você sabe exatamente quanto deve em lojas, cartão de crédito ou banco.

--	--	--	--	--

62. É importante saber controlar os gastos da sua casa.

--	--	--	--	--

Marque com um “X” conforme o seu comportamento, de acordo com a escala abaixo:



Nunca



Quase nunca



Às vezes



Quase sempre



Sempre

63. Você anota e controla os seus gastos (ex: com planilha).

--	--	--	--	--

64. Você compara preços ao fazer uma compra.

--	--	--	--	--

65. Você tem um plano de gastos / orçamento.

--	--	--	--	--

66. Você consegue identificar os custos que paga ao comprar um produto no crédito.

--	--	--	--	--

67. Você paga suas contas em dia.

--	--	--	--	--

68. Você analisa suas contas antes de fazer uma compra grande.

--	--	--	--	--

69. Passa a poupar mais quando recebe um aumento de salário.

--	--	--	--	--

70. Nos últimos 12 meses, você tem conseguido poupar dinheiro.

--	--	--	--	--

Marque com um "X" conforme o seu sentimento, de acordo com a escala abaixo:



Nem um pouco



Um pouco



Mais ou menos



Bastante



Muitíssimo

71. Você tem tudo o que precisa.

--	--	--	--	--

72. Você gosta da sua vida.

--	--	--	--	--

73. Você está satisfeito com as coisas que tem.

--	--	--	--	--

74. Você se sente bem do jeito que você é.

--	--	--	--	--

75. Você está satisfeito com a sua vida.

--	--	--	--	--

76. Você é uma pessoa feliz..

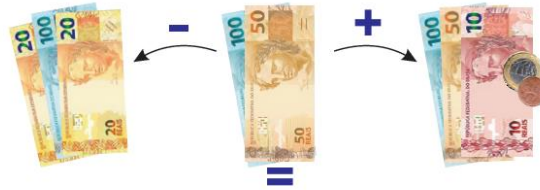
--	--	--	--	--

77. Você se sente realizado com a vida que leva.

--	--	--	--	--

78. Suponha que você tenha R\$ 100,00 em uma conta poupança a uma taxa de juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, qual o valor que você terá na poupança? Considere que não tenha sido depositado e nem retirado dinheiro.

- 78.01 ( ) Mais do que R\$ 150,00.  
 78.02 ( ) Exatamente R\$ 150,00.  
 78.03 ( ) Menos do que R\$ 150,00.  
 78.04 ( ) Não sei.



79. Suponha que no ano de 2014 sua renda dobrará e os preços de todos os bens também dobrarão. Em 2014, o quanto você será capaz de comprar com a sua renda?

- 79.01 ( ) Mais do que hoje.  
 79.02 ( ) Exatamente o mesmo.  
 79.03 ( ) Menos do que hoje.  
 79.04 ( ) Não sei.



80. Imagine que cinco amigos recebem uma doação de R\$ 1.000,00 e precisam dividir o dinheiro igualmente entre eles. Quanto cada um vai obter?

- 80.01 ( ) 100.  
 80.02 ( ) 200.  
 80.03 ( ) 1000.  
 80.04 ( ) 5000.  
 80.05 ( ) Não sei.



81. Um investimento com alta taxa de retorno terá alta taxa de risco. Essa afirmação é:



81.01 ( ) Verdadeira.

81.02 ( ) Falsa.

81.03 ( ) Não sei.

82. Alta inflação significa que o custo de vida está subindo rapidamente. Essa afirmação é:



82.01 ( ) Verdadeira.

82.02 ( ) Falsa.

82.03 ( ) Não sei.

## Perfil



1. Idade: \_\_\_\_\_ anos.

2. Gênero: 2.01 ( ) Masculino. 2.02 ( ) Feminino.

### 3. Estado civil:

3.01. ( ) Casado(a).

3.02. ( ) Solteiro(a).

3.03. ( ) Viúvo(a).

3.04. ( ) Separado(a).

### 4. Possui dependentes (filhos, enteados, menores, etc.):



4.01 ( ) Não.



4.02 ( ) Sim. Quantos? \_\_\_\_\_.

### 5. Sua moradia é:

5.01 ( ) Própria.



5.03 ( ) Financiada.

5.02 ( ) Alugada.

5.04 ( ) Outros. Qual? \_\_\_\_\_.

### 6. Qual seu nível de escolaridade?

(Marque a alternativa que contém o curso mais elevado que já concluiu).

6.01 ( ) Nunca estudei.

6.02 ( ) Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série (antigo Primário).

6.03 ( ) Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série.

6.04 ( ) Ensino Médio (antigo 2º Grau).

6.05 ( ) Faculdade (Ensino Superior).

6.06 ( ) Não sei.

### 7. Quem mora com você atualmente?

7.01 ( ) Moro sozinho(a).

7.02 ( ) Com meu(a) parceiro(a).

7.03 ( ) Com meu(a) parceiro(a) e meus filhos. Quantos filhos? \_\_\_\_\_.

7.04 ( ) Com meu(a) parceiro(a) e meus netos. Quantos netos? \_\_\_\_\_.

7.05 ( ) Com meu(a) parceiro(a), meus filhos e meus netos. Quantos filhos? \_\_\_\_\_.  
Quantos netos? \_\_\_\_\_.

7.06 ( ) Com meus filhos e/ou eus netos. Quantos filhos? \_\_\_\_\_.  
Quantos netos? \_\_\_\_\_.

7.07 ( ) Com outros familiares. Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_.



## Perfil

### 8. Quem trabalha na sua família:

- 8.01 ( ) Você.  
 8.02 ( ) Seu parceiro(a).  
 8.03 ( ) Você e seu(a) parceiro(a).  
 8.04 ( ) Seus filhos/netos.  
 8.05 ( ) Você, seu(a) parceiro(a) e seus filhos/netos.  
 8.06 ( ) Outras pessoas.



### 9. Qual é a sua ocupação?

- |   |   |
|---|---|
| 9.01 ( ) Assalariado (com carteira de trabalho assinada). | 9.09 ( ) Dona de casa.                        |
| 9.02 ( ) Assalariado (sem carteira de trabalho assinada). | 9.10 ( ) Só aposentado.                       |
| 9.03 ( ) Funcionário Público.                             | 9.11 ( ) Só estudante.                        |
| 9.04 ( ) Autônomo regular (Paga ISS).                     | 9.12 ( ) Só vive de rendas.                   |
| 9.05 ( ) Profissional Liberal (Autônomo Universitário).   | 9.13 ( ) Desempregado (à procura de emprego). |
| 9.06 ( ) Empresário.                                      | 9.14 ( ) Desempregado (não procuro emprego).  |
| 9.07 ( ) <i>Free-lance</i> / Bico.                        |   |
| 9.08 ( ) Estagiário/aprendiz (Remunerado).                |   |
| 9.15 ( ) Outra. Qual? _____.                              |   |

10. Quanto recebe por mês do Programa Bolsa Família? \_\_\_\_\_.

11. Qual é aproximadamente a renda total mensal de todas as pessoas que moram neste domicílio, somando todas as fontes como salário, pensão, aposentadoria, benefícios sociais, aluguéis, bicos?

- 11.01 ( ) Até 100 reais.  
 11.02 ( ) De 100 a 200 reais.  
 11.03 ( ) De 200 a 500 reais.  
 11.04 ( ) De 500 a 700 reais.  
 11.05 ( ) De 700 a 800 reais.  
 11.06 ( ) De 800 a 1.000 reais.  
 11.07 ( ) De 1.000 a 1.500 reais.  
 11.08 ( ) De 1.500 a 2.000 reais.  
 11.09 ( ) Mais de 2.000 reais.



**MUITO OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!**